

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

PAULO ROBERTO DA SILVA DE SOUZA

**FERNANDO COLLOR NA IMPRENSA BRASILEIRA:
REPRESENTAÇÕES EM TORNO DA SEDUÇÃO E DA
SATANIZAÇÃO**

Vitória - ES
2008

PAULO ROBERTO DA SILVA DE SOUZA

**FERNANDO COLLOR NA IMPRENSA BRASILEIRA:
REPRESENTAÇÕES EM TORNO DA SEDUÇÃO E DA
SATANIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em História Social das Relações Políticas, na área de concentração Estado e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça

Vitória - ES
2008

PAULO ROBERTO DA SILVA DE SOUZA

**FERNANDO COLLOR NA IMPRENSA BRASILEIRA:
REPRESENTAÇÕES EM TORNO DA SEDUÇÃO E DA
SATANIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social das Relações Políticas, na área de concentração Estado e Políticas Públicas.

Aprovado em ____ de _____ de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. José de Souza Miguel Lopes
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof^a. Dr^a. Márcia Barros Ferreira Rodrigues
Universidade Federal do Espírito Santo

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S729f Souza, Paulo Roberto da Silva de, 1960-
Fernando Collor na imprensa brasileira : representações em
torno da sedução e da satanização / Paulo Roberto da Silva de
Souza. – 2008.
130 f. : il.

Orientador: Carlos Vinícius Costa de Mendonça.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito
Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Collor, Fernando, 1949-. 2. Imprensa e política - Brasil. 3.
Representações sociais. 4. Eleições. 5. Brasil – História – 1990-
1992. 6. Brasil - Política e governo. I. Mendonça, Carlos Vinícius
Costa de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Dinarte e Armandina, por propiciarem-me
o gosto pela leitura mesmo sendo analfabetos;
Aos meus amigos, por vivenciarem solidariamente esta trajetória;
E a minha esposa Juraci e ao meu filho, Daniel,
Simplesmente por amor.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus colegas de mestrado e de trabalho que colaboraram com suas sugestões, críticas e indagações para o desenvolvimento do texto.

Ao orientador desta dissertação de mestrado, prof. Dr. Carlos Vinícius Costa de Mendonça, a quem coube a dura tarefa de fazer emergir, da pele de um jornalista apaixonado pelo tema, um historiador minimamente distanciado de seu objeto.

E especialmente a minha esposa Juraci, pela compreensão das minhas angústias intelectuais e pela insistente voz de incentivo para realização do meu objetivo.

RESUMO

Aborda a representação de Fernando Afonso Collor de Mello nos principais periódicos (revistas e jornais) de circulação, abrangência, projeção e repercussão nacional no período compreendido entre janeiro de 1987 e dezembro de 1992. Sobre esse recorte temporal procura desenvolver reflexões sobre a diversidade de relações e de interesses, pessoais e profissionais, que marcaram a sua ascensão no cenário político nacional, permitindo-lhe ser o protagonista da eleição presidencial de 1989 e levaram-no a ser afastado da presidência em 29 de dezembro de 1992 e colocado em uma quarentena política que durou oito anos. Propõe desvendar de que forma isso aconteceu durante esse breve período histórico e quais às forças em jogo que possibilitaram a sua entrada apoteótica em cena e levaram-no a ser aliado do poder de forma dramática. Entende a sua representação na imprensa como uma versão publicada dos fatos. Na elaboração desta pesquisa foi utilizada parte da literatura produzida por jornalistas que vivenciaram o período histórico estudado e elaboraram considerações sobre a relação entre a atuação da imprensa e os candidatos, bem como sobre a eleição propriamente dita, e consultados exemplares das revistas semanais *Veja* e *IstoÉ-Senhor*.

Palavras-chave: História. Política. Jornalismo. Universidade Federal do Espírito Santo – História.

ABSTRACT

It approaches the representation of Fernando Afonso Collor de Mello in the main large circulation, widespread and nationally reverberating periodicals (magazines and newspapers) within the period between January of 1987 and December of 1992. It aims at raising considerations on the diversity of personal and professional relations and interests that marked Fernando Collor de Mello's ascent in the national political scenario, allowing him to be a protagonist in the presidential election of 1989, taking him away from presidency on December 29, 1992, and putting him in an eight-year quarantine. This study aims at unveiling the way these events happened during this short period of time, and which playing forces enabled his glorious entrance on the scene and made him be thrown away so dramatically. This study understands his representation in the press as a published version of facts. In the elaboration of this study, we used part of the literature produced by journalists who experienced this historical period and made comments both on the relation between the press and the candidates and on the election itself. This study also refers to editions of the weekly magazines *Veja* and *IstoÉ-Senhor*.

Key-words: History. Politics. Press. Journalism. Federal University of Espírito Santo – History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.122, de 21 mar. 1990	26
Figura 2 – Collor a bordo de um avião Super Tucano, da Esquadrilha da Fumaça, com seu nome escrito na carenagem da aeronave	39
Figura 3 – reprodução de infográfico com o perfil do candidato preferido pelo eleitor publicado pela revista <i>Veja</i> , n. 978, de 3 jun. 1987	42
Figura 4 – Collor durante a campanha com frei Damião no interior de Pernambuco	45
Figura 5 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.101, de 18 out. 1989	57
Figura 6 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.106, de 22 nov. 1989	58
Figura 7 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.107, de 29 nov. 1989	58
Figura 8 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.108, de 6 dez. 1989	58
Figura 9 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.110, de 13 dez. 1989	58
Figura 10 – reprodução de matéria da revista <i>IstoÉ-Senhor</i> sobre o depoimento do motorista Eriberto França na Comissão Parlamentar de Inquérito	68
Figura 11 – A revista <i>Veja</i> ilustra a troca de poder no Grupo Estado	69
Figura 12 – A revista <i>Veja</i> ilustra a troca de comando no <i>JB</i>	71
Figura 13 – Collor posa para a reportagem da <i>Veja</i> sobre a “praga” do funcionalismo público	74
Figura 14 – Collor posa para a entrevista que a <i>Veja</i> publicou nas páginas amarelas	75
Figura 15 – Collor posa em frente ao Palácio do Planalto para reportagem da <i>Veja</i>	76
Figura 16 – Collor é ovacionado pela multidão presente ao desfile de carnaval de 1988, no Rio de Janeiro	78
Figura 17 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.020, de 24/2/1988	78
Figura 18 – reprodução da capa da revista <i>Istoé-Senhor</i> , n. 1.023, de 26/4/1988	79

Figura 19 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.099, de 4/10/1989	82
Figura 20 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.103, de 15/11/1989	84
Figura 21 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.110, de 24/12/1989	88
Figura 22 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.123, de 28/3/1990	89
Figura 23 – reprodução do editorial do jornal <i>A Folha de São Paulo</i> , criticando o presidente e o comparando ao líder fascista Mussolini	93
Figura 24 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.199, de 4/9/1991	96
Figura 25 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.218, de 15/1/1992	97
Figura 26 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.237, de 27/5/1992	98
Figura 27 – reprodução do editorial da revista <i>IstoÉ-Senhor</i> , da edição de 8 de julho de 1992	98
Figura 28 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.249, de 19/8/1992	99
Figura 29 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.251, de 2/9/1992	100
Figura 30 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.252, de 9/9/1992	102
Figura 31 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.255, de 2/10/1992	103
Figura 32 – página do JB sobre o julgamento de Collor e PC Farias no STF ..	104
Figura 33 – reprodução da capa da revista <i>IstoÉ-Senhor</i> , n. 1.945, de 7/2/2007	105
Figura 34 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.165, de 9/1/1992	107
Figura 35 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.020, de 23/03/1988	114
Figura 36 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.079, de 17/05/1989	114
Figura 37 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.120, de 24/12/1989	114
Figura 38 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.155, de 01/11/1990	114
Figura 39 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.250, de 26/08/1992	115
Figura 40 – reprodução da capa da revista <i>Veja</i> , n. 1.268, de 30/12/1992	115

LISTA DE SIGLAS

1. EUA – Estados Unidos da América
2. PPS – Partido Popular Socialista
3. PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
4. CIA – Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency)
5. SESC – Serviço Estadual do Comércio
6. Sesi – Serviço Estadual da Indústria
7. PT – Partido dos Trabalhadores
8. Ufes – Universidade Federal do espírito Santo
9. Furg – Fundação Universidade Federal de Rio Grande
10. Sintufes – Sindicato dos Trabalhadores na Ufes
11. Fasubra-Sindical – Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
12. PC Farias – Paulo César Cavalcante de Farias
13. JB – Jornal do Brasil
14. ESTADÃO – jornal O Estado de São Paulo
15. RBS – Rede Brasil Sul de Comunicação
16. PDS – Partido Democrático Social
17. PRN – Partido da Reconstrução Nacional
18. Codeal – Companhia de Desenvolvimento de Alagoas
19. Ematur – Empresa Alagoana de Turismo
20. PSC – Partido Social Cristão
21. PSB – Partido Socialista Brasileiro
22. PCdoB - Partido Comunista do Brasil
23. PDT – Partido Democrático Trabalhista
24. PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
25. PL – Partido Liberal
26. PDC – Partido Democrata Cristão
27. PCB – Partido Comunista Brasileiro
28. PFL – Partido da Frente Liberal
29. PSD – Partido Social Democrata
30. PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
31. Prona – Partido da Reedificação da Ordem Nacional
32. PSP – Partido Social Progressista
33. PP – Partido Popular

34. PCN – Partido Comunitário Nacional
35. PN – Partido Nacionalista
36. PLB – Partido Liberal Progressista
37. PV – Partido Verde
38. PMN – Partido da Mobilização Nacional
39. PPB – Partido Popular Brasileiro
40. PDCdoB – Partido Democrata Cristão do Brasil
41. STF – Supremo Tribunal Federal
42. URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
43. RDA – República Democrática da Alemanha (Alemanha Oriental)
44. UDN – União Democrática Nacional
45. FIESP – Federação das Indústrias de São Paulo
46. Febraban – Federação Nacional das Associações de Bancos
47. CNF – Confederação Nacional das Instituições Financeiras
48. CNI – Confederação Nacional da Indústria
49. Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
50. ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
51. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
52. FAB – Força Aérea Brasileira
53. UNB – Universidade de Brasília
54. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
55. CUT – Central Única dos Trabalhadores
56. CACB – Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil
57. CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
58. UDR – União Democrática Ruralista
59. Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo
60. Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
61. PJ – Partido da Juventude
62. Ibope – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
63. PTR – Partido Trabalhista Renovador
64. RTVC – Rádio e Televisão Caracas
65. CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
66. SBT – Sistema Brasileiro de Televisão
67. SNI – Serviço Nacional de Informação
68. Sudeco - Superintendência para o Desenvolvimento da região Centro-Oeste

69. Sudesul - Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul
70. IBC - Instituto Brasileiro do Café
71. DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento
72. IAA - Instituto do Alcool e do Açúcar
73. Educar - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos
74. Funarte - Fundação Nacional de Artes
75. Fundacen - Fundação Nacional de Artes Cênicas
76. FCB - Fundação do Cinema Brasileiro
77. EBTU - Empresa Brasileira de Trens Urbanos
78. Embrater - Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural
79. Portobrás - Empresa Brasileira de Portos
80. INFAZ - Companhia Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária
81. CAEEB - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
82. Siderbrás - Siderurgia Brasileira S/A
83. Interbrás - Petrobras Comércio Internacional
84. PETROMISA - Petrobras Mineração
85. Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A.
86. BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
87. DI – Departamento de Informação
88. EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
89. LBA – Legião Brasileira de Assistência
90. Siafi – Sistema de Integrado de Administração Financeira
91. VASP – Viação Aérea de São Paulo
92. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
93. ABI – Associação Brasileira de Imprensa
94. PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
95. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Sumário:

TRAJETÓRIA DO INTELLECTUAL	15
INTRODUÇÃO	22
PRIMEIRO CAPÍTULO: SEDUÇÃO, IMAGEM E PERSUASÃO	29
SEGUNDO CAPÍTULO: A IMPRENSA EM AÇÃO.....	60
TERCEIRO CAPÍTULO: A SATANIZAÇÃO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
FONTES E REFERÊNCIAS	117
FONTES.....	117
REFERÊNCIAS.....	118
OUTRAS OBRAS CONSULTADAS.....	119
ANEXO 1	121
A TRAJETÓRIA DE FERNANDO AFONSO COLLOR DE MELLO	121
ANEXO 2	128
MANIFESTO DA GOVERNABILIDADE, ASSINADO PELOS MINISTROS NOMEADOS POR COLLOR DE MELLO	128
ANEXO 3	129
NOTA OFICIAL DA OAB.....	129
ANEXO 4	130
PÁGINA INICIAL DA DENÚNCIA FORMULADA PELA ABI E OAB.....	130

Trajectoria do intelectual

“A longo prazo, duas coisas estarão certas. Uma: estaremos todos mortos. E a outra: estaremos todos errados. Evidentemente, uma carreira acadêmica feliz é aquela em que a primeira coisa acontece antes da segunda”.

Marshall Sahlins¹

Certamente que ao acadêmico e postulante ao grau de Mestre em História não deveria ser difícil elaborar um relato objetivo, esclarecedor e atraente sobre sua biografia e, particularmente, trajetória acadêmica. Principalmente se o postulante é jornalista por formação e poeta por vocação.

Essa narrativa poderia começar assim: nasci em 21 de janeiro de 1960, na cidade de São Pedro do Rio Grande, conhecida simplesmente como Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, exatos três meses antes da inauguração de Brasília, no Distrito Federal. Comecei a frequentar o primeiro ano do curso primário numa manhã de março de 1966, pouco depois da edição do Ato Institucional Número 3. A nova norma determinava que a partir de então a eleição de governadores e vice-governadores seria indireta, executada por um colégio eleitoral estadual; os prefeitos das capitais também não seriam mais eleitos e sim indicados por nomeação pelos governadores.

Eu também poderia ter seguido por um outro caminho, talvez mais seguro, e respondido objetivamente as seis questões fundamentais do texto jornalístico: quem,

¹ Nascido em Chicago em 1930, Marshall David Sahlins é formado em antropologia na University of Michigan, em Ann Arbor, nos Estados Unidos da América (EUA). Em 1954 defendeu, na University of Columbia, em Nova York, sua tese de doutoramento sobre a estratificação social na Polinésia. Foi professor da University of Michigan entre 1957 e 1973. A partir dos anos 60, destacou-se como ativista político - tanto na mobilização contra a guerra do Vietnã, EUA, quanto nos protestos estudantis de maio de 68, em Paris. Em 1973, tornou-se professor da University of Chicago, onde se aposentou em 1997. Autor de 15 livros, a maior parte traduzida em várias línguas, Sahlins já recebeu o mesmo título de outras quatro universidades: St. Andrews University, Escócia (2003), University of Michigan, EUA (2001), Université Paris X – Nanterre, França (1999) e Université Libre de Bruxelles, Bélgica (1985). O antropólogo é membro honorário do Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland e da National Academy of Sciences, dos EUA. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/online/arquivos/005827.shtml>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

quando, o que, onde, como e porquê. Mas em um determinado ponto de minha jornada acadêmica, a professora doutora Maria Dalva Ramaldes, orientadora da minha monografia para o curso de graduação em Comunicação – Jornalismo, apresentou-me uma percepção movediça da realidade. Com base nos textos por ela indicados compreendi que o “eu” (presente na nossa individualidade sejamos nós jornalistas, atores da cena política, doutores ou meros postulantes ao grau de mestre) é na verdade uma pluralidade de vozes sociais, de vários interlocutores do diálogo social e de vários “eus”.

No decurso de uma história de vida o “eu” postulante sofreu influências objetivas e subjetivas diversas: sociais, históricas, pessoais (conscientes ou não), ideológicas, físicas, geográficas, climáticas, etc. E inclusive telúricas, como cantou Fogaça, na música *Semeadura* ao dizer que “(...) minha guitarra, companheiro, fala o idioma das águas, das pedras, dos cárceres, do medo, do fogo e do sol (...)”.²

Assim, ao interpretar as palavras de Baccega, acredito que os vários “eus” presentes no indivíduo estão em luta permanente, quando da elaboração do texto (verbal ou não verbal), em busca de espaço e afirmação: o burguês e o revolucionário; o urbano e o campesino; o poeta e o racionalista; o coronel do sertão e o jovem prefeito da capital, o homem e o Presidente. O cotidiano de cada indivíduo está inserido nesse universo de discursos e a subjetividade nada mais é que o resultado da polifonia das muitas vozes sociais que cada indivíduo recebe e tem a condição de reproduzir (paciente) e ou de reelaborar (agente).³

Desse modo, o meu “eu” leitor, por exemplo, começou a entrar em cena antes mesmo de meu primeiro dia na pequena escola primária municipal Mate Amargo que tinha apenas duas salas de aula. Por essa razão a turma do segundo ano assistia às aulas junto com os veteranos do quarto ano. Meus pais eram analfabetos, mas na nossa

2 José Alberto Fogaça de Medeiros (13/01/1947) é compositor de música nativista do Rio Grande do Sul, advogado, com graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e atual prefeito de Porto Alegre pelo Partido Popular Socialista (PPS). Exerceu também os cargos de Deputado Estadual (1978 a 1982), Deputado federal (1982 a 1986) e senador (1987 a 2002) pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia>. Acesso em: 09 jul. 2006.

3 BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1995, p. 22.

casa havia um armário guarda-roupas que também abrigava um outro item de necessidade básica: livros. Em geral eram sobras de outros leitores, talvez entediados com seus livros ou apenas em busca de espaço em suas estantes, como dicionários diversos, enciclopédias, inúmeras edições da revista *Readers Digest's* e tantos outros, quase todos gastos pelo uso. Além é claro de coleções de *Pato Donald*, *Tio Patinhas*, *Tarzan*, *Super Homem*, *Fantasma* e as fotonovelas com *Jacques Douglas*, o inabalável agente da Agência Americana de Inteligência (CIA). Havia também livros de aventura, como os de Karl May, que me levaram, sem sair do lugar, a lugares distantes e maravilhosos.⁴

Caçula de quatro irmãos, em março de 1966, aos seis anos de idade, eu já sabia ler ao entrar para a turma do primeiro ano “*atrasado*” da escola primária. Assim, sentia-me entediado com a rotina imposta pela professora que consistia em aprender a desenhar as letras do alfabeto e conectá-las para simbolizar graficamente o som de nossa fala. Felizmente, no segundo semestre desse ano fui promovido para conviver com a turma do primeiro ano “*adiantado*”, onde se encontravam alunos veteranos e capazes de ler e escrever com um pouco mais de desembaraço.

Aos 11 anos, quando cursava a primeira série ginásial, descobri que a biblioteca do Colégio Salesianos Leão XIII, onde ingressei em 1970, após passar no exame de admissão para freqüentar a quinta série, possuía mais livros que o nosso velho guarda-roupa. Nas estantes de madeira, numa sala situada sobre a barulhenta oficina da gráfica do colégio, conheci Ana Terra, heroína criada pelo gênio literário de Érico Veríssimo para a trilogia “*O Tempo e o Vento*”.

A paixão pelos livros e pela leitura me levou também às bibliotecas do Serviço Estadual do Comércio (SESC) e do Serviço Estadual da Indústria (SESI). Mais tarde,

⁴ Karl Friedrich May, escritor alemão (nascido a 25 de fevereiro de 1842 em Hohenstein-Ernstha, na Saxônia, e morto a 30 de março de 1921, em Radebeul, na Alemanha), foi mestre-escola perto de Dresden. Encontrou a sua vocação escrevendo livros de viagens e aventuras no Oriente e na América do Norte e América do Sul, inspirados em Cooper, Júlio Verne e outros autores. Estudara diversas línguas orientais e dialetos dos índios americanos, o que, aliado aos seus amplos conhecimentos de geografia e ao abundante material colhido nas viagens que realizou, lhe permitiu dar o colorido próprio às peripécias e incidentes que sua fértil imaginação criava. Ao morrer, deixou instituída por testamento a Fundação Karl May, destinada a auxiliar escritores e jornalistas pobres ou doentes. Karl Friedrich May in **Encyclopedia Britannica Online**. Disponível em: <<http://original.britannica.com/eb/article-9051566/Karl-May#32682.hook> >. Acesso em: 12 dez. 2006.

no ensino médio, freqüentei o Colégio Estadual Lemos Júnior onde também estudou o general Golbery do Couto e Silva, freqüentemente citado como um dos mentores do golpe de 1964 e também da transição lenta, segura e gradual de poder dos militares para os civis. Nessa época eu já era bastante conhecido na Biblioteca Pública Riograndense, fundada em 15 de agosto de 1846, a mais antiga e a que possuía o maior acervo de títulos entre as bibliotecas públicas do Estado.

O treinamento adquirido ao longo do curso de Técnico em Desenho Arquitetônico ofereceu-me as bases para ambicionar o traço preciso e o cálculo espacial correto, presente nos grandes textos acadêmicos e literatos. Criado e alfabetizado em meio ao governo autoritário da coalizão civil-militar, herdei de meu pai, getulista convicto, uma certa desconfiança com a caserna. Mais tarde, aos 18 anos, com um pouco de sorte e de posse de um atestado médico, consegui evitar o serviço militar obrigatório.

Ainda em Rio Grande, já na década de 1980, optei por oferecer meu primeiro voto a um candidato a vereador pelo recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT). Ele era mulato, estivador e usava cabelo *black-power*, características não muito recomendáveis em termos políticos numa cidade em que a discriminação racial manifestava-se ainda naquela época até mesmo no veto a aceitação de afro-descendentes em alguns clubes sociais. Logo depois me filiei ao PT e embora não participasse ativamente da vida partidária, a partir de então passei a ser leal com a sigla em todas as demais eleições que se seguiram.

Assim, em 1989, mesmo sem ainda conhecer as reflexões teóricas sobre referenciais ideológicos, concordei com aqueles que rotularam Lula como sendo de esquerda e Fernando Collor como sendo de direita. Nesse ano eu já havia mudado da cidade do Rio Grande para Vitória e o então deputado federal Luís Inácio Lula da Silva esteve na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para proferir uma palestra. No mesmo dia fui ao comício do ex-metalúrgico barbudo e nordestino que era candidato a presidente da República pelo PT, na primeira eleição livre depois do pleito vencido por Jânio Quadros, em 1960, casualmente no mesmo ano em que nasci.

Haviam se passado 29 anos desde então e eu, como a maioria dos eleitores e eleitoras do Brasil, ansiava por exercer o direito e o dever cívico de ir às urnas para ajudar a escolher o mandatário máximo da nossa nação. Como muitos outros - incluindo Lula, que elogiou publicamente o combate de Fernando Collor contra os usineiros em Alagoas - aprovei as ações de impacto promovidas pelo jovem governador assim que assumiu o governo daquele pequeno Estado nordestino.⁵

Logo depois Fernando Collor seria apelidado de “caçador de Marajás” por parte da imprensa. Hoje devo admitir que na época pensei comigo mesmo, em bom *gauchês*: “aí está um índio buenaço e capaz de fazer as coisas andarem em Brasília”. Mas o tempo, a paixão pelo ideal petista, a militância sindical e a leitura crítica das matérias sobre Fernando Collor publicadas nos periódicos contribuíram para que mais tarde eu mudasse de opinião.⁶

Apesar de uma simpatia inicial às ações de impacto de Collor como Governador de Alagoas, jamais cogitei verdadeiramente em alterar a minha opção de voto para o pleito eleitoral de 1989, na minha primeira participação direta, assim como a de milhões de brasileiros, na escolha de um presidente da república.

Já como um calouro tardio, ingressei em 1993 no curso de Comunicação Social da Ufes, depois de ter freqüentado por alguns semestres o curso de Letras Português-Inglês, na Fundação Universidade Federal de Rio Grande (Furg) e o curso de Biblioteconomia, este já na Ufes. A monografia de final do curso em Jornalismo

⁵ SILVA, C. H. R. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 220. Segundo Silva, um dos alvos centrais das ações que Fernando Collor implementou a frente do governo de Alagoas foi o funcionalismo público estadual. Para tanto tornou obrigatória à assinatura de ponto nas repartições públicas do Estado; convocou todos os servidores afastados para se apresentarem em seus órgãos de origem; terminou com as vantagens salariais indiretas; proibiu o acúmulo de cargos públicos; congelou os próprios vencimentos e os subsídios dos deputados estaduais; entre outros pontos. Em dois de abril de 1987 é exibido o *Globo Repórter* sobre as dificuldades dos novos governadores com a inoperância e o inchaço da máquina administrativa estadual, tendo como um dos exemplos o Estado de Alagoas, com imagens de funcionários sem lugar para trabalhar.

⁶ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p.15. Para Conti a expressão “caçador de marajás” teria origem num comício dita por um anônimo da platéia e incorporada de imediato por Fernando Collor ao seu discurso. Por sua vez, Silva afirma que a expressão teria sido cunhada pelo jornalista Bernardino Souto Maior (correspondente da Folha de São Paulo em Alagoas) ao escutá-la do deputado estadual Mendonça Neto. Este último a teria dito ao analisar os contracheques dos procuradores jurídicos da Assembléia Legislativa de Alagoas, durante uma entrevista: “com tanto dinheiro assim, vive como um autêntico marajá da Índia”.

proporcionou-me uma volta ao passado e as experiências vividas na minha terra natal. Na época, optei por refletir sobre o conteúdo das letras das canções inscritas na Califórnia da Canção Nativa, um festival de música gaúcha, primeiro nativista e depois também tradicionalista, realizado desde 1971 na cidade de Uruguaiana.

A partir de 1992 comecei a participar ativamente do movimento sindical dos trabalhadores em educação da Ufes. Em 1993, fui eleito representante dos servidores técnico-administrativos no Conselho Universitário dessa Instituição. Depois, fui eleito diretor de Imprensa e Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores na Ufes (Sintufes), mandato que exerci de agosto de 1993 a julho de 1995. Na Federação dos Sindicatos de Trabalhadores nas Universidades Brasileiras (Fasubra-Sindical) assumi a Coordenação de Imprensa e Divulgação, em abril de 1995, eleito para o cargo durante a realização do XIII congresso interno da categoria, função que desempenhei até julho de 1997.

A vivência política no meio sindical universitário, somada à formação acadêmica em andamento no curso de jornalismo, possibilitou-me participar da coordenação da campanha do candidato José Weber Freire Macedo à reitoria da Ufes, em 1995. Depois de concluir o curso de jornalismo, em 1998, fui convidado para atuar como Assessor Parlamentar do deputado federal Fernando Marroni (PT-RS), em maio de 2000. Logo depois fui incorporado a sua coordenação de campanha à prefeitura da cidade gaúcha de Pelotas, no mesmo ano. Mais adiante, de janeiro de 2001 a março de 2003, a convite do prefeito Marroni, exerci o cargo de Secretário de Comunicação Social da prefeitura de Pelotas.

De volta ao Espírito Santo e a Ufes, participei da coordenação de campanha da candidatura do professor Rubens Sergio Rasseli à reitoria, em 2003. E a convite deste, depois de eleito reitor, aceitei o desafio de assumir, em janeiro de 2004, o cargo de Secretário de Comunicação e Divulgação da Universidade, onde permaneci até abril de 2006.

A escolha e a opção acadêmica do Programa de Mestrado em História das Relações Políticas e Sociais da Ufes, levou-me a decisão de oferecer uma contribuição no

sentido de ajudar a desvendar a forma como os principais periódicos - jornais de circulação, abrangência, projeção e repercussão nacional e as revistas semanais, sobretudo a *Veja* e a *Istoé-Senhor* - representaram o candidato e o presidente Fernando Collor em sua meteórica ascensão no plano político nacional.

Desse modo, e fugindo à tentação de formular afirmações absolutas e juízos de valor sobre a trajetória do político Fernando Afonso Collor de Mello, almejo fazer uma representação que se aproxime da verdade, respeitando a conveniência e a serenidade da observação sobre uma carreira acadêmica feliz, de M. Sahlins.

Introdução

“Esses dirigentes messiânicos e auto-suficientes, (...) vêm a superfície rumorosa da política, onde imperam a ferro e fogo, mas não alcançam à profundidade subterrânea, as relações microscópicas onde milhões de pessoas constroem, sem saber e sem ter tampouco a pretensão de sabê-lo, o destino da sociedade – e de seus pequenos mussolinis”.

Otávio Frias Filho ⁷

A proposta deste trabalho é buscar compreender a complexidade de relações e interesses (pessoais e profissionais) que marcaram a entrada de Fernando Afonso Collor de Mello na pauta política dos principais periódicos brasileiros, de circulação, abrangência, projeção e repercussão nacional, no período compreendido entre março de 1987 a dezembro de 1992. Assim, e tendo a ação da imprensa como objeto, entender o que levou o candidato e presidente Collor de Mello a ser protagonista de um processo de sedução, da imprensa, e de satanização, pela imprensa, em um período de tempo relativamente tão curto.

A sua sedução à imprensa e ao eleitor lhe conferiu os votos necessários para conquistar o principal cargo público eletivo no Brasil: a presidência. A sua satanização, por meio da imprensa, levou-o a uma rejeição de tal forma expressiva por parte da sociedade brasileira a ponto dele ter sido afastado da presidência e colocado em quarentena política por oito anos.

O problema que proponho desvendar, com esta pesquisa acadêmica, é identificar quais as forças que possibilitaram a entrada apoteótica de Collor de Mello no cenário

⁷ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 301-312. Otávio Frias Filho era Diretor de Redação do jornal *A Folha de São Paulo*, de propriedade de seu pai, Otávio Frias de Oliveira em sociedade com Carlos Caldeira Filho, quando o periódico foi invadido por seis fiscais da receita, um delegado e dois agentes da polícia federal, e estes estavam armados e uniformizados com coletes pretos. O motivo seria um flagrante a ser dado no dono do jornal, Otávio Frias, por este ter supostamente infringido a lei de restrição de movimentação financeira imposta pelo plano Collor que passou a vigorar no dia 15 de março. No domingo o jornal publicou um artigo de Frias em que ele aprofundou a comparação de Collor com Mussolini a partir de uma imagem de Tolstói em Guerra e Paz (a do sino e do relógio) para expressar seu ceticismo acerca dos líderes como Mussolini e Collor.

político e que o levou a ser alijado de forma tão dramática do poder presidencial legitimamente outorgado a ele pela maioria dos eleitores em 1989.

Para realizar esta pesquisa utilizei prioritariamente a literatura produzida por jornalistas que vivenciaram o período histórico estudado e elaboraram considerações sobre a relação entre a atuação da imprensa e os candidatos, bem como sobre a eleição propriamente dita. Também realizei consultas aos exemplares das revistas *Veja*, *Istoé-Senhor* e *Cadernos do Terceiro Mundo*, disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Central da Ufes.

Entre os livros consultados destaco, por seu conteúdo, pesquisa, detalhamento das informações, densidade, metodologia e bibliografia, o livro *Notícias do Planalto – A imprensa e Fernando Collor*, escrito pelo jornalista Mário Sergio Conti. Nele o ex-diretor de redação da revista semanal de maior circulação do Brasil, a *Veja*, mostra os bastidores da eleição de 1989 e o perfil, desde a fundação, dos principais órgãos de comunicação do país e também dos principais personagens (jornalistas, editores, fotógrafos, diretores, donos de empresas) destes veículos. Além da extensa bibliografia, Conti entrevistou 141 pessoas ligadas à eleição e a constituição das empresas de comunicação, como políticos, jornalistas e empresários.⁸

⁸ Mário Sérgio Conti é jornalista e foi Diretor de Redação da revista *Veja* durante sete anos, de 1991 a 1997, onde entrou em 1983. Iniciou a carreira no jornal *A Folha de São Paulo* e foi editor do extinto *Folhetim*, do mesmo jornal. Em seu livro, ele traça um perfil detalhado da imprensa no Brasil e da atuação de parte dela em relação a Fernando Collor, a partir de entrevistas com 141, sendo 126 delas pessoalmente, incluindo Collor e Paulo César Farias (PC Farias), e 15 por telefone. Os nomes e vínculos de todos os entrevistados estão acostados às páginas 693, 694 e 695 do livro, que foi objeto de debates e polêmicas na época do seu lançamento porque expôs o envolvimento de profissionais na ascensão de Fernando Collor, mostrando um quadro oposto à tão propagada neutralidade jornalística. Ao comentar o livro de Conti, o também jornalista Alberto Dinnes afirmou em seu *blog* na internet (disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq051299.htm>>. Acesso: 23 out. 2005.) que “[...] Mário Sergio mostrou uma coragem e honestidade sem igual. O autor de *Notícias do Planalto* escreveu o que sabia. Não escondeu. E a discricão que utilizou em certas revelações, evidentemente proposital, não passou despercebida dos leitores atentos. [...] A partir de agora algumas luzes vão ser dirigidas sobre um negócio que deveria ter regras muito especiais para merecer os privilégios outorgados”. Na oportunidade, Dinnes também publicou comentários de jornalistas, editores, diretores e donos de periódicos a respeito do livro de Conti. Entre eles a informação publicada na revista *Época*, de 28/11/1999, pelo jornalista Luiz Costa Pinto, de que Conti recebeu da *World Press Review*, dos Estados Unidos, o título de Editor do Ano. A honraria, considerada o Oscar do jornalismo, nunca havia sido entregue antes a um brasileiro. Ele foi indicado para o prêmio em razão do trabalho à frente da equipe de repórteres e editores de *Veja* durante as investigações que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor.

Por sua vez, a literatura teórica consultada permitiu compreender os conceitos e categorias históricas, filosóficas e sociológicas que constituíram a base do esforço intelectual de construção desta dissertação de mestrado. De fato, em Baccega percebemos que o texto deve ser visto como resultante de uma elaboração individual e consciente, suporte de discursos variados enquanto construção social:

“[...] entre o sujeito que conhece e o objeto há uma interação. [...] ele exerce um papel ativo no processo de conhecimento, ainda que ele próprio seja resultado dos condicionamentos sociais, o que implica uma visão da realidade com forte presença dos aspectos socialmente transmitidos”.⁹

Assim, o sujeito (profissional de imprensa) é enunciador (emissor) ao produzir o discurso (manifestando suas escolhas). E também é enunciatário (receptor) porque reelabora a pluralidade de discursos que recebe. O sujeito (público leitor) ao qual se destina o discurso é enunciatário desse e de outros discursos paralelos, de reforço ou contrários. Ao manifestar o que lhe foi comunicado, ele coloca-se na posição de enunciador.

Com o intuito de compreender conceitos e categorias como representação, mitologia política, ética, democracia, populismo, comunicação, linguagem, ideologia, persuasão, entre outros, recorreremos à Balandier, Bobbio, Bordier, Castoriadis, Durkheim, Maquiavel, Matteucci, Moscovici, Pasquino e Weber. A literatura sugerida no curso inclui o livro *Representações – contribuição a um debate transdisciplinar*, organizado por Cardoso e Malerba. Outros autores foram consultados, como Baccega, Brandão, Citelli e Fiorin, para a constituição do arcabouço teórico.

No recorte de quais jornais e revistas teriam seus conteúdos estudados, foram considerados itens como tiragem, abrangência, circulação, credibilidade, tradição e influência. As inserções de Fernando Collor na imprensa selecionadas para o alcance do objetivo proposto, estão contidas no período que começa a partir da sua posse no governo de Alagoas, em 15 de março de 1987, e culmina com a decisão proferida pelo Senado Federal do seu impedimento para o exercício da Presidência, em 29 de dezembro de 1992. Durante esse recorte temporal, Collor passou do semi-anonimato político a condição de protagonista da política brasileira.

Sob o ponto de vista de proximidade com o objeto, destaco os livros *Mil anos de solidão – Collor bateu e levou*, de Cláudio Humberto Rosa e Silva (jornalista e ex-porta-voz do Presidente) e *Passando a limpo – A trajetória de um farsante*, de Pedro Collor de Mello (irmão caçula de Collor). O primeiro, por sua ligação profissional com Collor, e o segundo pelo fato de retratar uma versão da disputa familiar que teve influência capital no desenrolar dos acontecimentos que levaram ao impedimento do Presidente Fernando Collor de dar continuidade ao seu mandato.¹⁰

Desse modo, a proposta do primeiro capítulo - *Sedução, imagem e persuasão* - é mostrar como o governador Fernando Collor procurou estabelecer relações com a imprensa para, por meio desta, ser identificado pelos eleitores brasileiros como um jovem e ousado político, desvinculado das velhas oligarquias e determinado a mudar a história política do País.

A imprensa em ação, mote do segundo capítulo, apresenta recortes da representação de Fernando Collor nos principais jornais diários de alcance nacional, como *O Globo*, o *Jornal do Brasil (JB)*, *O Estado de São Paulo (Estadão)* e *A Folha de São Paulo*, bem como nas revistas semanais *Veja* e *Istoé-Senhor*, que entendi elucidativos para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste capítulo também procuro identificar os grupos que na época controlavam os principais veículos de comunicação do país, sejam eles de alcance nacional ou de influência regional, como era o caso da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), do Rio Grande do Sul. O objetivo é proporcionar uma melhor compreensão da correlação de forças e dos interesses corporativos e pessoais existentes na área da comunicação. O período engloba desde as primeiras referências significativas de Collor na imprensa, a partir de sua posse no governo de

⁹ BACCEGA, M. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1995, p.11.

¹⁰ Cláudio Humberto Rosa e Silva é jornalista, trabalhou na *Tribuna da Imprensa* e fazia oposição a Fernando Collor na época em que este era prefeito de Maceió. Em 1982 foi convidado por Renan Calheiros para trabalhar com Collor, inicialmente na *Gazeta de Alagoas*, pertencente às Organizações Arnon de Mello, e depois como assessor de imprensa dele. Continuou como assessor de imprensa quando Collor assumiu o governo do Estado e depois integrou o núcleo principal de sua campanha política à Presidência. Finalmente, após a eleição, foi nomeado porta-voz da República. Deixou o cargo quando seu nome foi envolvido com um cheque do esquema de Paulo César Farias e foi nomeado adido cultural da embaixada brasileira em Portugal. Em 1993 lançou o livro *“Mil dias de solidão. Collor bateu e levou”*, sobre a sua relação pessoal e profissional com o ex-presidente. Atualmente publica a coluna *Cláudio Humberto* no jornal carioca *O Dia*, que é impressa também no jornal capixaba *A tribuna*.

Alagoas, em 15 de março de 1987, até a data em que assumiu a Presidência da República, em 15 de março de 1990.



Figura 1 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.122, de 21/3/1990.

No terceiro capítulo, intitulado “*A satanização*”, os recortes selecionados para análise começam com a posse de Fernando Collor na Presidência, a 15 de março de 1990, até a noite em que ele foi impedido de continuar a exercê-la, em 29 de dezembro de 1992. A escolha da data de sua posse como marco inicial da construção de sua rejeição junto à sociedade brasileira se deve porque no dia seguinte a ela, o Presidente lançou o Plano Collor, impondo “um confisco geral” na poupança privada e deixando “o país em estado de choque”, como destacou a manchete da *Veja*.

A partir de então, identifiquei uma mudança na representação de Fernando Collor na imprensa a qual relaciono com as principais medidas adotadas por ele na Presidência da República e que contrariaram uma variada gama de interesses públicos e privados. Ainda neste capítulo, também serão elencadas as ações de outros importantes atores envolvidos na trajetória de sua ascensão e queda do poder e que, segundo sugere esta pesquisa acadêmica, contribuíram para o desfecho dos acontecimentos que levaram ao impedimento político do presidente Collor de Mello.¹¹

Diversas outras reflexões - acadêmicas (como as de Maria Dalva Ramaldes e Olga Tavares) ou jornalísticas (como as de Mário Sérgio Conti e Cláudio Humberto Rosa e Silva) - foram realizadas sobre a passagem de Fernando Collor pela cena política brasileira. Da mesma forma, a eleição presidencial de 1989 despertou a atenção de pesquisadores como foi o caso do jornalista André Singer, que escreveu o livro

¹¹ A apreensão do conceito de representação nesta dissertação deve ser entendida como um conjunto de idéias, imagens, símbolos e signos utilizados pela mídia no sentido de construir no imaginário coletivo uma ação e disposição tentante a legitimar e consolidar a sedução e a satanização em torno de Fernando Collor. Ver a propósito Pesavento (1995), Castoriadis (1982) e Balandier (1982).

Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro, sobre a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.¹²

Mesmo assim a representação de seu governo na imprensa ainda é fruto de debates e controvérsias, particularmente entre os profissionais de imprensa, aguçando ainda mais o espírito investigativo do pesquisador sobre o tema. Nos relatos contidos em livros escritos por jornalistas sobre Fernando Collor é possível inferir que o ex-presidente exerceu sobre parte dos profissionais de imprensa e dos empresários de comunicação, por motivações diferentes, a mesma sedução exercida sobre uma parcela considerável da população brasileira.

Outros relatos como os de Nêumanne (1992); Krieger, Novaes e Faria (1992); Suassuna e Pinto (1992), assim como os de Conti e Silva, citados anteriormente, sugerem que as denúncias sobre corrupção, tráfico de influência e malversação de dinheiro público, particularmente as formuladas por Pedro Collor, foram transformadas em notícia por força da ação investigativa dos jornalistas e veiculadas na imprensa por força de decisão editorial. Como notícia, configuraram-se em estímulo para o processo de mudança de opinião, a respeito do presidente Collor de Mello, não só da maioria da população brasileira, mas também dos próprios jornalistas.¹³

¹² Diversas pesquisas e textos acadêmicos foram elaborados tendo a eleição majoritária de 1989 ou a passagem de Fernando Collor pela presidência do País como objeto. Entre eles, mencionamos: André Victor Singer, *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro* (2000); Cláudio Humberto Rosa e Silva, *Mil dias de solidão: Collor bateu e levou* (1993); Fernando Lattman-Weltman, José Alan Dias Carneiro e Plínio de Abreu Ramos (Orgs), *A imprensa faz e desfaz um presidente* (1994); Francisco de Oliveira, *Collor e a falsificação da ira* (1990); Francisco Menezes (Org.), *Política Agrícola e Governo Collor*; Gilberto Dimenstein, *As armadilhas do poder* (1990); Gleiner Vinicius Vieira Costa, *Brasil, Nova República e Imprensa. A ascensão e queda de Fernando Collor*; Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Faria, *Todos os sócios do Presidente* (1992); Ives Gandra da Silva Martins, *Aspectos Constitucionais do Plano Collor I e II* (1991); Luciano Suassuna e Luís Costa Pinto, *Os fantasmas da Casa da Dinda* (1992); Luís Antônio Dias, *Plural e Singular: análise da mobilização pelo Fora-Collor* (2004); ____, *Ética, cidadania e politização* (2003); Luís Carlos Bresser Pereira, *Os Tempos Heróicos de Collor e Zélia* (1991); José Nêumanne Pinto, *A República na lama* (1992); Maria Dalva Ramaldes, *A persuasão e a manipulação no discurso político eleitoral – análise semiótica dos discursos de Fernando Collor* (1998); Mário Sérgio Conti, *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor* (1999); Miguel Reale, *De Tancredo a Collor*, (1992); Pedro Collor de Mello, *Passando a limpo - a trajetória de um farsante* (1993); Thomas Skidmore, *A queda de Collor: uma perspectiva histórica*(1999).

¹³ Os três primeiros livros citados neste parágrafo, respectivamente “A república na lama”, “Todos os sócios do presidente” e “Os fantasmas da casa da Dinda” foram objeto de análise da edição n. 1.012 (9/9/1992) da revista *Veja*, na página 90, sob o título “A CPI chega às livrarias – Quatro obras trazem a crônica dos acontecimentos que levaram ao pedido de impeachment do presidente”. Além destes, a matéria também apresentou o livro “Humor nos tempos de Collor”, de Jô Soares, Luis Fernando

Com efeito, a fim de proporcionar um melhor entendimento da trajetória política de Fernando Collor, tentei oferecer de forma concisa e interpretativa alguns aspectos que considere relevantes de sua biografia. Acreditamos que isto se faz necessário para possibilitar a leitura de como as “relações microscópicas” ajudam a tecer o complexo tecido político-social onde é costurado o “destino da sociedade” e de seus indivíduos.

Porém, a nossa pesquisa indicou que a trajetória de vida de Collor de Mello, que incluem as suas relações pessoais e atividades profissionais, por exemplo, apontam a sua familiaridade com o liberalismo de conjuntura, caracterizado pelas dimensões do populismo, do conservadorismo e do autoritarismo.

Primeiro Capítulo: sedução, imagem e persuasão

Deve, portanto, o príncipe tomar todo o cuidado para que da sua boca não saiam palavras que não estejam perfeitamente coadunadas com as cinco sobreditas qualidades e para parecer, aos que o vêem e o ouvem, de todo misericordioso, sincero, de todo íntegro, humanitário, de todo religioso.

Maquiavel¹⁴

A proposta deste capítulo é mostrar como Fernando Collor procurou estabelecer relações com a imprensa para, por meio desta, ser identificado pelos eleitores brasileiros como um jovem e ousado governador, desvinculado das velhas oligarquias e determinado a mudar a história política do País.

Ex-repórter e herdeiro de um grupo de comunicações, Fernando Collor tornou-se conhecido do eleitorado por meio de jornais, revistas e emissoras de televisão – os mesmos órgãos de imprensa cujas reportagens serviram de estopim para o movimento que veio a tirá-lo da Presidência.¹⁵

Ele foi eleito governador de Alagoas aos 37 anos propagando, na campanha eleitoral e antes dela, no jornal, nas rádios e televisão de sua família, o mais poderoso grupo de comunicações do Estado, uma mensagem contra uma casta de privilegiados, os marajás, e o combate à corrupção.

Para a sua eleição anterior, no cargo de deputado federal em 1982, ainda pelo Partido Democrático Social (PDS) e com 33 anos de idade, foi o próprio Collor de Mello criou as peças da campanha eleitoral que o introduziu no cenário político nacional.¹⁶

O irmão caçula de Collor é mais incisivo ainda sobre as habilidades de convencimento do ex-presidente. Pedro Collor afirma que o verdadeiro criador do *marketing* político do candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) era o próprio Fernando:

14 MACHIAVELLI, N. B. dei. **O Príncipe / Maquiavel**. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 86-87.

15 CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 9.

16 _____, _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 13 e 88.

[...] Paulo César Farias cuidava do dinheiro, e Fernando do *marketing*. Há quem atribua isso a Cláudio Humberto, o que não é verdade. Meu irmão sempre foi o autor de seus *scripts*. A idéia de caçar marajás, do ponto de vista da propaganda, foi brilhante. Até eu mesmo acreditei. Mesmo depois de ver Fernando dando aumentos absurdos ao funcionalismo quando era prefeito. A arte dele é basear suas afirmações numa premissa correta, o que deixa tudo com cara de verdade.¹⁷

Mas para divulgar a sua mensagem em escala nacional, Collor precisou recorrer aos principais periódicos (revistas e jornais) de circulação, abrangência, projeção e repercussão nacional bem como aos noticiários das redes de televisão e de rádio. Ele teve que lidar com os donos das empresas, editores, diretores de redação, repórteres e fotógrafos. Ele ofereceu em troca aquilo que os jornalistas mais buscavam: notícias.

18

A passagem de Fernando Collor pela prefeitura de Maceió, capital do Estado de Alagoas, como prefeito nomeado, foi fruto de um acordo de seu pai, Arnon de Mello, com o então governador Divaldo Suruagy que patrocinava Guilherme Palmeira como seu sucessor para o Governo de Alagoas.¹⁹

A grandeza ou a ostentação, a decoração ou o fausto, o cerimonial ou o protocolo geralmente as caracterizam [*as manifestações de poder*]. O poder utiliza, aliás, meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações), expor os valores que exalta (manifestações) e afirmar sua força (execuções).²⁰

Exemplo disso, as atitudes de Fernando Collor a partir do momento em que foi empossado no cargo de Governador de Alagoas, em cerimônia realizada na Assembléia Legislativa do Estado, sugerem uma aproximação com a fala de Balandier, quando este afirma que as manifestações do poder não se acomodam bem com a simplicidade.

¹⁷ MELLO, P. C. de. **Passando a limpo. A trajetória de um farsante**. Rio de Janeiro: Record, 1993. p. 92.

¹⁸ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 9 e 13.

¹⁹ _____, _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 84. Inicialmente foi oferecido a Fernando Collor a Secretaria da Indústria e Comércio de Alagoas, que tinha sob controle a Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (Codeal) e a Empresa Alagoana de Turismo (Ematur), em troca de apoio a Palmeira na televisão e no jornal do grupo Arnon de Mello. No entanto, antes de tomar posse foi nomeado prefeito de Maceió sob a legenda do extinto PDS, por Palmeira, que ficou impressionado com as poderosas relações da família Collor durante um jantar oferecido pelo grupo Monteiro Aranha em homenagem ao futuro secretário da Indústria e Comércio, ao governador eleito e ao governador

No dia de sua posse no governo de Alagoas, por exemplo, Collor fez uma caminhada de três quilômetros entre a Assembléia Legislativa e o Palácio dos Martírios, sede do executivo alagoano. Choveu forte, a marcha fracassou, e mesmo com pouca gente para assistir à sua passagem Collor percorreu o caminho de queixo empinado, olhar fixo e sem responder aos acenos das pessoas que estavam nas calçadas e janelas, seguido de perto pelo seu secretariado. Nem mesmo a natureza adversa poderia deter o impávido herói alagoano.²¹

Em 15 de março de 1987 Collor era pouco conhecido nas redações dos grandes jornais, revistas e redes de televisão. Os poucos que sabiam quem ele era não estavam interessados em notícias de Alagoas. No entanto, passados pouco mais de um mês, Collor era personagem do *Globo Repórter*, estava na primeira página da edição de domingo *JB* e era o entrevistado nas páginas amarelas da revista *Veja*, n. 972, de 22 de abril de 1987.²²

É preciso destacar que antes mesmo de obter o apoio da elite política e econômica do país, incluindo os barões da imprensa, Collor conquistou a atenção dos eleitores e dos profissionais de comunicação. Isso se deu, sugere o jornalista e especialista em marketing político, Ney Lima Figueiredo, pela realização de ações de impacto que tinham como fulcro o senso de oportunidade e a leitura correta da conjuntura política. Por sua vez, essa percepção dos anseios e expectativas políticas de uma parcela expressiva dos eleitores teve como base as pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Vox Populli, de Belo Horizonte/MG, do qual seu primo e amigo Marcos Antônio Coimbra era sócio.²³

Do ponto de vista político, o Brasil iniciara um novo ciclo de democracia representativa alicerçada na nova Carta Constitucional aprovada em 5 de outubro de 1988. A liberdade de imprensa era um dos marcos da nova carta, também chamada de *Constituição Cidadã*. O pluralismo político, por sua vez, foi consolidado como um dos

que deixava o cargo.

²⁰ BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 10.

²¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 15.

²² _____, São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 29.

²³ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo:

princípios fundamentais da Constituição de 1988 (art. 1º, item V). Assim, no primeiro turno da eleição presidencial de 1989 concorreram 22 candidatos apoiados por 30 partidos. A efervescência política no Brasil, ao final da década de 1980, teve como marcos o fim ciclo de poder da coalizão civil-militar e o início da vigência da constituição cidadã em contraste com uma economia em recessão após a chamada “década do milagre econômico”, nos anos 1970.²⁴

Efetivamente, a partir de 5 de outubro de 1988, recomeçou outro ciclo constitucional brasileiro. Na elaboração da Constituição de 1988, a de maior participação popular, o Congresso Nacional foi o grande fórum de debates, destacando-se parlamentares pertencentes às duas principais correntes de sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo. A definição aconteceu pela expressão da vontade dos eleitores brasileiros e por meio de plebiscito realizado em 21 de abril de 1993, quando prevaleceu a forma de governo republicano e o sistema presidencialista.

A nova carta foi elaborada por uma Assembléia Constituinte não exclusiva – isto é, os seus membros não foram eleitos apenas com a função constituinte. Nela, em seu Título I, art. 1º, é definida a forma de governo: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos: I – a soberania; II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana; IV – os valores

Geração Editorial, 1994.

²⁴ Resultado da eleição para presidente da República no primeiro turno, por ordem de votação: 1º lugar - Fernando Collor de Mello (PRN / Partido Social Cristão - PSC) - 20.607.936 votos; 2º lugar - Luiz Inácio Lula da Silva (PT / Partido Socialista Brasileiro-PSB / Partido Comunista do Brasil-PC do B) - 11.619.816 votos; 3º lugar - Leonel de Moura Brizola (Partido Democrático Trabalhista-PDT) - 11.166.016 votos; 4º lugar - Mário Covas Junior (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB) - 7.786.939 votos; 5º lugar - Paulo Salim Maluf (PDS) - 5.986.012 votos; 6º lugar - Guilherme Afif Domingos (Partido Liberal- PL/Partido Democrata Cristão- PDC) - 3.271.986 votos; 7º lugar - Ulysses Guimarães (PMDB) - 3.204.853 votos; 9º lugar - Roberto Freire (Partido Comunista Brasileiro/PCB) - 768.803 votos; 10º lugar - Aureliano Chaves (Partido da Frente Liberal-PFL) - 600.730 votos; 11º lugar - Ronaldo Caiado (Partido Social Democrata-PSD) - 488.872 votos; 12º lugar - Affonso Camargo (Partido Trabalhista Brasileiro-PTB) - 379.262 votos; 13º lugar - Enéas Carneiro (Partido da Reedificação da Ordem Nacional - Prona) - 360.574 votos; 14º lugar - José Alcides Marronzinho de Oliveira (Partido Social Progressista-PSP) - 238.379 votos; 15º lugar - Paulo Gontijo (Partido Popular - PP) - 198.708 votos; 16º lugar - Zamir José Teixeira (Partido Comunitário Nacional-PCN) - 187.160 votos; 17º lugar - Livia Maria (Partido Nacionalista-PN) - 179.896 votos; 18º lugar - Eudes Mattar (Partido Liberal Progressista/PLP) - 162.336 votos; 19º lugar - Fernando Gabeira (Partido Verde-PV) - 125.785 votos; 20º lugar - Celso Brant (Partido da Mobilização Nacional - PMN) - 109.894 votos; 21º lugar - Antônio Pedreira (Partido Popular Brasileiro - PPB) - 86.100 votos; e, 22º lugar - Manuel Horta (Partido Democrata Cristão do Brasil-PDCdoB) - 83.280 votos. In: **Duplipensar**. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/dossies/historia-das-eleicoes/brasil-eleicao-presidencial-1989.html>>.

sociais do trabalho e da livre iniciativa; V – o pluralismo político”. A República é composta por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O Brasil adota a forma de governo presidencial no seu estado puro caracterizado, segundo Pasquino, pela acumulação, num único cargo, dos poderes de chefe do Estado e de chefe do Governo. O Presidente é eleito pelo sufrágio universal do eleitorado, ocupando assim uma posição central em relação a todas as forças e instituições políticas.²⁵

O Poder Executivo brasileiro tem como figura máxima o presidente da República, eleito pelo voto direto e com mandato de quatro anos e possibilidade de reeleição (Emenda Constitucional nº. 16, de 4.6.1997). O presidente tem o poder de editar medidas (leis) provisórias, nomear ministros de Estado e outros cargos públicos do primeiro escalão, sancionar ou vetar leis, manter relações com Estados estrangeiros e comandar as Forças Armadas. Governadores e prefeitos chefiam o Poder Executivo nos âmbitos estadual e municipal. No caso de impedimento do presidente eleito, assumem o cargo respectivamente, o vice-presidente, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e do Supremo Tribunal Federal.

O Poder Legislativo, por sua vez, tem a função de estabelecer o ordenamento jurídico (conjunto de leis) que rege a atividade individual e social, inclusive do próprio Estado. É formado pelo Congresso Nacional, no âmbito federal, pelas assembleias legislativas, nos Estados, e pelas câmaras municipais, ou de vereadores, em cada município. Seus membros são eleitos pelo voto direto. O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados, com 513 integrantes (mandatos de quatro anos) e pelo Senado, com 81 senadores (mandatos de oito anos). O presidente do Senado é também presidente do Congresso Nacional. Cada Estado é representado por três senadores e um número de deputados federais proporcionais à sua população respectiva, sendo que nenhum tem menos de oito ou mais de sessenta representantes. Da mesma forma, o número de integrantes das assembleias

Acesso em: 30 junho 2008.

²⁵ PASQUINO, G. Formas de Governo. In: **Dicionário de Política**. Volume 1. ed. São Paulo: Editora UnB/Imprensa Oficial, 2004, p. 519.

legislativas e câmaras municipais estão relacionados ao número de habitantes dos Estados e municípios, respectivamente.

A função do Poder Judiciário é fiscalizar o cumprimento das leis. Seu órgão máximo é o Supremo Tribunal Federal (STF), formado por 11 juízes de passado considerado intocável e comprovado saber jurídico que são escolhidos pelo presidente e submetidos à aprovação pelo Senado. Abaixo do Supremo estão os Tribunais Estaduais. Não há instância municipal no Poder Judiciário.

Em novembro de 1986, realizaram-se eleições simultâneas para Governador, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléias Estaduais. Como já destacamos, a relativa estabilidade oferecida pelo Plano Cruzado (fevereiro de 1986) favoreceu ao PMDB, que elegeu a maioria dos Governadores e tornou-se majoritário no Congresso Nacional, o qual seria, também, um Congresso Constituinte e encarregado de elaborar a nova Constituição brasileira. Assim, durante dois anos, o processo constituinte eclipsou a atenção do país. Passado o sucesso efêmero dos planos cruzados I e II, particularmente com o primeiro e os chamados “fiscais do Sarney”, e findo o processo constituinte, a nação se viu as voltas com problemas recorrentes: corrupção, descontrole inflacionário, recessão econômica e aumento do desemprego.

A década de 1980 marca o início do enfraquecimento do modelo de Estado do bem-estar social (*well fare-state*) na Europa Ocidental, que teve no governo da primeira-ministra Margareth Thatcher (1979-1990), da Inglaterra, o paradigma das privatizações e liberalização da economia. Por outro lado, a falência política e econômica da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (USRR) arrastou consigo todo o bloco de países da Europa Oriental que faziam parte da *cortina de ferro*.

Os EUA, por quase toda a década de 1980, estiveram sob o comando do governo conservador do ator-presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989) que por sua vez sucedeu ao democrata Jimmy Carter. Na China, a reforma cultural de Mao-Tsé-Tung começava a dar lugar para o pragmatismo do modelo de capitalismo chinês que assombraria o mundo com seus índices de dois dígitos de crescimento anual nas décadas posteriores.

O ápice das mudanças em andamento na conjuntura internacional se deu na noite de 9 de novembro de 1989, oito dias antes da eleição em primeiro turno para a presidência da república no Brasil, quando uma multidão derrubou o muro de Berlim que marcava de forma simbólica e prática a divisão entre as Alemanhas Ocidental (capitalista) e Oriental (comunista). Ao amanhecer haviam terminado as restrições à movimentação de pessoas entre as fronteiras das duas Alemanhas, após 28 anos de existência do muro. Esse fato apressou o fim da USRR e, por conseqüência, da *guerra fria* entre as superpotências americana e russa.²⁶

Não por acaso, na véspera da votação do segundo turno da eleição Presidencial de 1989, algumas emissoras de rádio que cobriam o seqüestro do empresário Abílio Diniz, presidente do Grupo Pão de Açúcar, divulgaram que os seqüestradores eram ligados ao PT.

No domingo, o jornal *Estadão* relatou que Alcides Diniz, irmão de Abílio, sustentava que o Partido dos Trabalhadores participara do seqüestro. O jornal omitiu a informação de que o empresário estava engajado na campanha do candidato do PRN e de que era amigo de Leopoldo Collor, irmão de Fernando Collor. Na mesma reportagem o Secretário de Segurança de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho disse

²⁶ O Muro de Berlim caiu na noite de 9 de Novembro de 1989 depois de 28 anos de existência. Antes da sua queda, houve grandes manifestações em que, entre outras coisas, se pedia a liberdade de viajar. Especula-se que o impulso decisivo para a queda do muro foi um mal-entendido interno do governo da República Democrática da Alemanha ou Alemanha Oriental (RDA). Na tarde do dia 9 de Novembro houve uma conferência de imprensa, transmitida ao vivo na televisão alemã-oriental. Günter Schabowski, membro do Politburo, anunciou uma decisão do conselho dos ministros de abolir imediatamente e completamente as restrições de viagens ao Oeste. Esta decisão deveria ser publicada só no dia seguinte, para anteriormente informar todas as agências governamentais. Pouco depois deste anúncio houve notícias sobre a abertura do Muro na rádio e televisão ocidental. Milhares de pessoas marcharam aos postos fronteiriços e pediram a abertura da fronteira. Nesta altura, nem as unidades militares, nem as unidades de controle de passaportes haviam sido instruídas. Por causa da força da multidão, e porque os guardas da fronteira não sabiam o que fazer, a fronteira abriu-se no posto de Bornholmer Strabe, às 23h, mais tarde em outras partes do centro de Berlim, e na fronteira ocidental. Muitas pessoas viram a abertura da fronteira na televisão e pouco depois marcharam à fronteira. Como muitas pessoas já dormiam quando a fronteira se abriu, na manhã do dia 10 de Novembro havia grandes multidões de pessoas querendo passar pela fronteira. Os cidadãos da RDA foram recebidos com grande euforia em Berlim Ocidental. Muitas boates perto do Muro espontaneamente serviram cerveja gratuita, houve uma grande celebração na Rua Kurfürstendamm, e pessoas que nunca se tinham visto antes se cumprimentavam. Cidadãos de Berlim Ocidental subiram o muro e passaram para as Portas de Brandenburgo, que até então não eram acessíveis aos ocidentais. O Bundestag interrompeu as discussões sobre o orçamento, e os deputados espontaneamente cantaram o hino nacional da Alemanha. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2005/reunificacaoalema/o_muro-queda.shtml>. Acesso em: 23 ago 2007

ter encontrado material do PT no cativeiro do empresário. O jornal também transcreveu declarações do delegado-chefe da Polícia Federal, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Saulo Ramos, negando qualquer evidência da ligação dos seqüestradores com o partido.²⁷

Balandier afirma que o poder estabelecido não se mantém somente pela força ou violência controlada ou ainda pela justificação racional: “Ele [o poder] só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial”. O mito do herói é o que acentua com mais freqüência a teatralidade política:

O herói não é desde logo considerado como tal porque seria notadamente “o mais capaz” – de assumir o encargo da soberania, como afirma Carlyle. Ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência.²⁸

De fato, encaminhado pelo pai, o ex-governador e ex-senador Arnon Affonso de Farias Mello, para ser o herdeiro político da família, Fernando Collor procurou transformar sua passagem pelos executivos municipal (Maceió/AL – 1979/1982) e estadual (Alagoas – 1987/1989) em espetáculos de reforço para a construção da imagem de jovem administrador ousado, moderno e íntegro.²⁹

No entanto o jornalista Ney Lima Figueiredo, com larga experiência na área de comunicação e marketing político e que assessorou o comitê de campanha de

²⁷ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 272.

²⁸ BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 13.

²⁹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 16 – 26. Arnon Affonso de Farias Mello (1911/1983), nasceu em Rio Largo/AL, filho de Manoel Affonso, dono do Engenho de Cachoeirinha. Em 1939, na cidade de Lisboa, casou-se com Leda, filha de Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, gaúcho, farmacêutico, jornalista e escritor e criador da primeira legislação trabalhista do Brasil quando foi Ministro do Trabalho (1930/1932) de Getúlio Vargas. Arnon governou Alagoas, eleito pela União democrática Nacional (UDN), de 1951 a 1956. Em 1962 foi eleito senador por Alagoas. No dia de sua posse no senado, em 1º de fevereiro de 1963, feriu de morte o suplente de senador pelo Acre, José Kairala, quando tentou alvejar o ex-governador e seu inimigo político Silvestre Péricles de Góis Monteiro, também senador por Alagoas, que armado de uma 45 de cano longo o ameaçara de morte. Silvestre e Arnon foram presos, responderam a inquérito e o Tribunal do Júri de Brasília absolveu a ambos por unanimidade.

Fernando Collor, em São Paulo, afirma ter sido inesperada a vitória deste, tanto por seus antecedentes pessoais quanto políticos:

Collor havia sido um prefeito sofrível em Maceió. Como Governador de Alagoas, comprometeu irremediavelmente as finanças do Estado. No Congresso Nacional foi um deputado ausente, apagado e medíocre. Sua vida pessoal era uma tragédia. Fortes suspeitas o ligavam a um bárbaro crime sexual, quando ainda jovem em Brasília. Notícias envolvendo-o em todas as espécies de baçanais e orgias inundavam as redações dos jornais no Rio, São Paulo e Brasília.³⁰

No exercício do mandato de governador de Alagoas, Collor produziu ações políticas de impacto. Por meio da cobertura destas ações pela imprensa, ele tornou-se conhecido perante o eleitorado brasileiro. E a visibilidade política alcançada lhe permitiu almejar, disputar e ganhar a corrida presidencial de 1989. Fernando Collor foi eleito pelo voto direto, sendo o primeiro presidente civil do Brasil após o fim do regime militar.

No governo de Alagoas, Collor fez um acordo com os desembargadores do Estado garantindo-lhes pagamento integral de seus salários em troca de silêncio dos mesmos sobre o tema apesar de ter obtido, e divulgado intensamente, uma liminar para suspender o pagamento dos privilégios deles. Da mesma forma, o governador que desafiara os usineiros, ameaçando lhes tomar as terras, foi o único em toda a federação a lhes devolver o que pagaram de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) durante 15 anos. Para tanto, ele propôs isenção de todos os impostos estaduais, inclusive das empresas coligadas, até mesmos das boutiques de mulheres e filhas dos usineiros. Daniel Brandão, então procurador-geral de Alagoas, demitiu-se ao saber que na sua ausência (enquanto viajara a Juazeiro) Collor assinara o acordo com os usineiros apesar de seu parecer contrário. Em 1987, os usineiros

³⁰FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 47 e 88. O jornalista Ney Lima Figueiredo é formado em Ciências Jurídicas, Sociais e Administração. Atuou como Consultor Político da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), da Confederação Brasileira das Associações de Bancos (CNF) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e foi um dos fundadores do Conselho de Opinião Pública da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem diversos livros publicados sobre Comunicação e Marketing Político como “O poder da propaganda” (Editora Record), “Direto ao poder: estratégia de marketing político” (Cartgraf), “Como vencer uma eleição” (Cultura), “Comunicação Publicitária” (Atlas), “Ouvindo o Brasil” (Sumaré) e “Comunicação: as fundações da propaganda” (Publinform). Como profissional de marketing político, participou de diversas campanhas políticas e entre essas, as Roberto Magalhães (em 1982, para o governo de Pernambuco) e de Paulo Maluf (para o governo de São Paulo, em 1990).

eram responsáveis pela arrecadação de 60% dos impostos de Alagoas. Cinco anos depois, contribuíam com menos de 5%. Alagoas quebrou.³¹

O verbete *Collor, Fernando*, do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), resume de forma negativa a herança deixada por Collor para o seu vice, Moacir Andrade, ao sair do governo de Alagoas em 14 de maio de 1989, para cumprir a exigência legal de desincompatibilização: arrecadação em queda vertiginosa; servidores com salários defasados e atrasados; apenas 1/3 das demissões planejadas foram realizadas; falta de recursos para indenizar os funcionários afastados.

O acordo com os usineiros foi denunciado e anulado pela Justiça estadual e pelo novo governador, segundo os quais o débito seria resultado de um processo irregular e teria tido seu valor superestimado. Collor também foi acusado de ter usado na negociação com os usineiros um intermediário - que teria sido PC Farias - para recolher 20% do valor dos mais de 60 milhões de dólares em questão para engordar o caixa de sua campanha presidencial.³²



Figura 2 – Collor fotografado a bordo de um avião Super Tucano da Esquadrilha da Fumaça.

Ao chegar à presidência, Collor associou a manifestação do poder aos atos de bravura e modernidade protagonizados por ele como pilotar aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), comandar submarinos, testar carros esporte ou fazer corridas matinais usando camisetas com mensagens políticas. Até mesmo a sua postura como Chefe de Estado, atento ao ritual protocolar e ao cerimonial do cargo, foi destacada pelo ex-senador, governador e ministro Jarbas Passarinho.

³¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 67 e 146.

³² COLLOR, Fernando. In **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1418_1.asp> Acesso em: 19 ago. 2007.

³³ Foto do arquivo de fotografias do próprio Collor de Mello com imagens de seu período no exercício da presidência. Disponível em: <http://www.collor.com/photos_007.asp> Acesso em: 19 ago. 2006.

Fonte: arquivo³³

Ele afirmou que Fernando Collor era “mais imperial nos gestos do que qualquer general presidente”, registra Figueiredo.³⁴

Essa aparente contradição entre a imagem construída e a prática vivenciada, é sugerida por Balandier, quando ele afirma que o Príncipe deve se comportar como ator político para conquistar e conservar o poder. Sua imagem, as aparências que têm, poderá assim corresponder ao que seus súditos desejam encontrar nele.

Para identificar qual a imagem que os seus súditos/eleitores desejavam encontrar nele, o príncipe/candidato buscou o assessoramento de um especialista no tema, o amigo e primo por afinidade, com quem foi interno no tradicional Colégio São José (Rio de Janeiro), Marcos Antônio Coimbra. Doutor pela Universidade de Manchester (Inglaterra) e mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB), Marcos Coimbra foi professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Era um dos sócios do Instituto de Pesquisa Vox Populli, de Belo Horizonte/MG.

Após ter decidido concorrer à presidência, Collor encomendou ao Vox Populli, em fevereiro de 1988, um levantamento minucioso, com mais de 100 questões, a fim de aferir suas possibilidades na disputa. Entre essas questões, estavam o perfil preferido pelo eleitorado e os problemas nacionais mais graves. O perfil apontava para um candidato indignado com a corrupção, enérgico, corajoso e com ímpeto para tirar o Brasil do subdesenvolvimento e não ligado à política tradicional. O problema nacional mais grave apontado era a corrupção, do qual os altos salários de uma parcela do funcionalismo público (marajaísmo) era um elemento.

Na análise elaborada por Marcos Coimbra, também haviam considerações sobre ímpeto e energia para tirar o Brasil do subdesenvolvimento, não entrar no jogo tradicional da política, não pertencer ao sistema e ter um passado limpo. Nesse imaginário também podiam ser encaixados outros candidatos à presidência como Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Guilherme Afif Domingos (PL), Ronaldo Caiado (PSD) e

³⁴ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 88.

Roberto Freire (PCB). Por outro lado, o PT não fez nenhuma pesquisa sobre a imagem de Lula para a campanha eleitoral de 1989 e o candidato petista detestava até mesmo tirar fotos para confeccionar os cartazes de campanha. O jornalista Roberto Kotscho largara um “bom emprego no *Jornal do Brasil* para ganhar uma miséria como assessor de Imprensa de Lula”, afirma Conti. Candidato e assessor viajavam em aviões de carreira, e este último organizava entrevistas coletivas nos aeroportos. Todo mundo na direção do partido dava opiniões sobre como Lula deveria se vestir e falar. Segundo Marcos Coimbra, em novembro de 1988 era possível reconhecer o perfil do candidato ideal: cara nova, pessoa de passado limpo, opositor ferrenho, alguma experiência administrativa e jovem.³⁵

Figueiredo concorda com a avaliação de Coimbra. Identificando todos os anseios, frustrações, esperanças e ódios da sociedade brasileira, Collor então assumiu um “perfil de reação”, montado inteiramente nas aspirações do eleitorado. Como oposição ao velho, ele era o jovem. Para vencer a corrupção, se apresentou como o “caçador de marajás”. Foi opositor ferrenho do governo Sarney, dos políticos tradicionais, dos empresários.³⁶

A insatisfação popular com o Governo Sarney e a desconfiança em relação ao governo federal, ao Congresso Nacional, aos empresários e aos partidos políticos já tinham sido identificadas em 1987. O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) realizou uma pesquisa com cinco mil entrevistas mensais em 249 municípios encomendadas por empresários. A pesquisa apontava a corrupção governamental (27% das opiniões) como sendo o problema mais grave do País e 46% achavam que a vida era melhor no regime militar.³⁷

O Substantivo feminino corrupção, derivado do latim *corruptio*, é definido por Pasquino como o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em

³⁵ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 96-97 e 169.

³⁶ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 51-52.

³⁷ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 50.

troca de recompensa. Para ele, os efeitos da corrupção no funcionamento de um sistema político podem ser notáveis:

“[...] é provável que seu uso [da corrupção] em larga escala crie, por um lado, tensões no seio da elite e, por outro, provoque reações nas massas, reações ativas como demonstrações, ou passivas, como apatia e alheamento. De um modo geral, portanto, a Corrupção é fator de desagregação do sistema (político). [...] De fato, este tipo privilegiado de influência, reservado àqueles que possuem meios, muitas vezes só financeiros, de exercê-la, conduz ao desgaste do mais importante dos recursos do sistema, sua legitimidade.”³⁸

Após o fim do regime autoritário imposto pela coalizão civil-militar (1964-1985), o País vivia uma crise econômica, ao final da década de 1980, que tivera início no final da década anterior com o fim do chamado *milagre econômico*. Depois de sucessivas tentativas de controle, pela implantação de planos econômicos como os planos Cruzado, Verão e Bresser, a inflação alcançara a casa dos dois dígitos mensais. O desemprego era crescente assim como as denúncias de corrupção no governo Sarney, que abalavam a legitimidade do primeiro governo civil pós 1964.

A revista *Veja* n. 967, de 18 de março de 1987, tinha na capa o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, e a manchete “O aviso dos tanques”, com a imagem de um tanque do Exército ao fundo. No conteúdo da matéria de oito páginas (20 -27), o ex-presidente João Figueiredo afirmou “que falta um líder” e o general Octávio de Medeiros disse que “estão faltando pulso firme”, ambos manifestando-se em relação ao movimento de greve dos trabalhadores das refinarias de petróleo. Na mesma edição, o governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, era o destaque, nas páginas 32 a 35, da nova safra de governadores. Na matéria seguinte, de 2 páginas (36-37) Collor é citado brevemente como um dos políticos que estiveram próximos do ex-governador de São Paulo, e candidato à presidência, Paulo Maluf. A fraude no edital para escolha das empresas que iriam construir a ferrovia norte-sul, ligando Anápolis (GO) à São Luis (MA), terra natal do presidente Sarney, foi destaque na edição n. 976 (13/5/1987) da revista *Veja*, que dedicou 8 páginas ao tema. Na seqüência, em 10 páginas, a revista mostrou o poder das grandes construtoras, a ostentação de riqueza feita pelos donos das empresas e as suas ligações de proximidade, inclusive física - por meio de suas residências, com os representantes do

³⁸ PASQUINO, G. Corrupção. In: **Dicionário de Política**. Volume 1. 5ª ed. São Paulo: Editora

poder em Brasília (DF). Na edição anterior a revista já tinha publicado uma análise negativa sobre o projeto de construção da ferrovia norte-sul, apontando a possibilidade de fraude na licitação. Seriam 1.600 km de trilhos, com custos estimados de 2,4 bilhões de dólares na época.

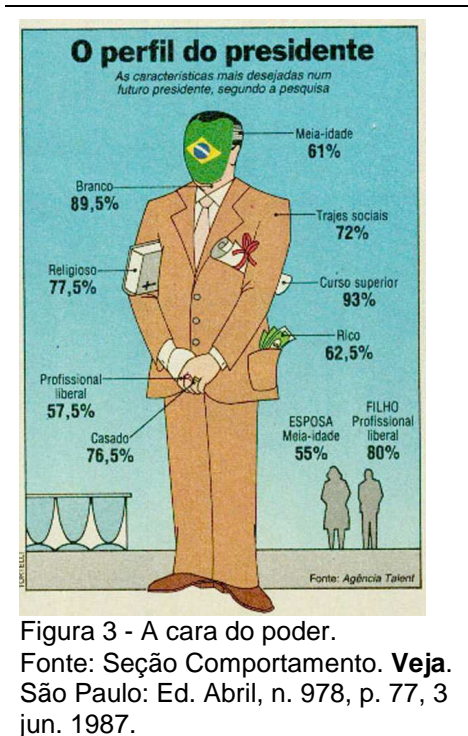


Figura 3 - A cara do poder.
Fonte: Seção Comportamento. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, n. 978, p. 77, 3 jun. 1987.

Duas semanas depois, a *Veja* publicou uma matéria com o título “A cara do poder”, na seção comportamento. A partir de uma pesquisa realizada pela agência paulista de publicidade Talent, entre 230 pessoas das classes A, B, C e D, residentes no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul, a revista apontava o perfil do presidente ideal desejado pelos eleitores: um candidato de meia-idade, branco, casado, que usasse trajes sociais e, para 77,5% dos entrevistados, que também fosse religioso.³⁹

Dispostos a influir na sucessão presidencial, os empresários reunidos na “Convergência Democrática”, em maio de 1989, diziam estar ainda atrás de um candidato que se comprometesse com a modernização da sociedade brasileira. Na ocasião, o empresário Sérgio Quintela traça o perfil do candidato ‘ideal’:

“A Convergência tem o papel de aglutinar pessoas em torno daquilo que entendemos ser idéias modernas e liberais, no sentido do que está ocorrendo na Europa e em países asiáticos. Isso significa, numa palavra simples, liberdade, não apenas política, mas sindical e de empreender, de realizar, de poder conduzir sua vida sem que o Estado intervenha de forma a inibir a iniciativa do cidadão”.⁴⁰

Em setembro de 1989, segundo o Instituto Datafolha, 68% dos eleitores achavam à gestão de José Sarney ruim ou péssima. A análise de Singer indica que o pano de

Unb/Imprensa Oficial, 2004, p. 292.

³⁹ A cara do poder. Seção Comportamento. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, n. 978, p. 77, 3 jun. 1987.

⁴⁰ **Cadernos do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro, Editora Terceiro Mundo, RJ, n.121, p.52-55, 1989.

fundo da campanha de 1989 foi a forte rejeição ao governo de José Sarney que estava encerrando o mandato.

O desgaste do governo Sarney começou no final de 1986, quando se fixou no público a noção de que o Plano Cruzado funcionara como um “estelionato eleitoral”. A expressão, ao que parece cunhada pelo ex-ministro Delfim Netto, refere-se ao fato de que os preços ficaram artificialmente congelados até a eleição de 15 de novembro de 1986 para os Legislativos e Executivos estaduais e para o Legislativo federal, o que deu uma estrondosa vitória ao PMDB – partido no governo - em 22 dos 23 Estados da Federação. Em seguida, o Executivo adotou um pacote de medidas econômicas que foram retardadas até o pleito, e os preços voltaram a subir rapidamente depois dele.

⁴¹

Entre os 22 governadores eleitos pelo PMDB, figurava Fernando Collor de Mello, que era filiado ao partido quando ganhou a eleição em Alagoas. O caráter conservador da candidatura Fernando Collor aparece na defesa da “ordem e progresso”.

Singer afirma que, classicamente, o que divide a esquerda e a direita no debate político é que a esquerda deseja mudanças em favor de maior igualdade, enquanto a direita prefere breçar essas mudanças em nome da ordem. No entanto, no caso brasileiro, o estudo realizado por Singer mostra que no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o igualitarismo não era só uma posição de esquerda. Em parte pelo fato de que o eleitorado posicionado à direita é predominantemente pobre e pelas profundas desigualdades de renda existentes, uma parcela considerável do eleitorado é simpática a medidas de cunho igualitaristas. Assim, a grande divisão entre esquerda e direita se dá em torno da questão da ordem. Para Singer, a ideologia e a polarização da disputa entre direita e esquerda, foram um dos elementos de decisão do voto. ⁴²

E, de fato, depois de ter superado políticos e partidos tradicionais como Brizola (PDT) e Ulysses Guimarães (PMDB) na corrida rumo ao segundo turno da eleição presidencial de 1989, o ex-governador de Alagoas buscou apresentar-se agressivamente como um defensor da ordem, em oposição ao suposto caos que a vitória de Lula prometia. Durante o horário eleitoral, na entrevista concedida ao

⁴¹ SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000, p. 51-53.

⁴² SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de

Programa Ferreira Neto e no último debate na televisão, Collor apresentou-se como candidato da ordem. A sua mensagem final no debate foi de que “No dia 17, nós vamos dar um não definitivo à bagunça, ao caos, à intolerância, à intransigência, ao totalitarismo, à bandeira vermelha. Vamos dar um sim à nossa bandeira, à bandeira do Brasil, à bandeira verde, amarela, azul e branca. Vamos cantar o nosso *Hino Nacional* e não a *Internacional Socialista*”.⁴³

O arco de alianças partidárias e de organizações civis em torno dos dois candidatos que foram para o segundo turno sugere, se levado em consideração à análise e classificação proposta por Singer, uma polarização de disputa ideológica. Outros autores como Kinzo, Lima Jr. e Castro também apontam para a possibilidade do alinhamento ideológico na eleição de 1989, particularmente no segundo turno. Lima Jr. mostra que se for feita uma classificação dos partidos em duas categorias – esquerda e direita – e somados os votos obtidos pelos partidos no primeiro turno, o resultado obtido será muito próximo do total de votos dados a Lula e Collor respectivamente, no segundo turno.⁴⁴

O professor e doutor em história do Brasil, Renato Luís do Couto Neto e Lemos, afirma que a disputa do segundo turno da eleição de 1989, “polarizou claramente as forças políticas”:

Em torno de Lula uniram-se o PSDB, PMDB, PDT, PCB e pequenos partidos de esquerda, além da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Collor recebeu o apoio dos demais partidos, assim como dos empresários reunidos na poderosa FIESP – apoio que, oficialmente, recusou - e na Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), bem como de sindicalistas da Central Geral de Trabalhadores (CGT). Durante a campanha, Collor não mediu esforços para estigmatizar seu adversário como incendiário, chegando a acusar o PT de estar disposto a tomar o poder até pela luta armada, se fosse preciso. Defendeu um programa econômico neoliberal, mas anunciou, de forma enigmática, que seu governo deixaria "a direita indignada e a esquerda perplexa". Nessa ocasião, recebeu apoio de novos setores conservadores, como os representados por Roberto Marinho, proprietário da Rede Globo; Albano Franco, senador (PFL-SE) e presidente da CNI; Pedro Irujo, um dos mais ricos empresários da Bahia; José Eduardo Andrade Vieira, controlador do Banco Bamerindus; Aduino Bezerra, um dos mais poderosos "coronéis" da política nordestina; Ronaldo Caiado, candidato derrotado à

São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000, p. 146.

⁴³ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 275.

⁴⁴ SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000, p. 74-80.

presidência como representante dos grandes proprietários rurais e líder da União Democrática Ruralista (UDR); Mário Amato, presidente da FIESP; e Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).⁴⁵

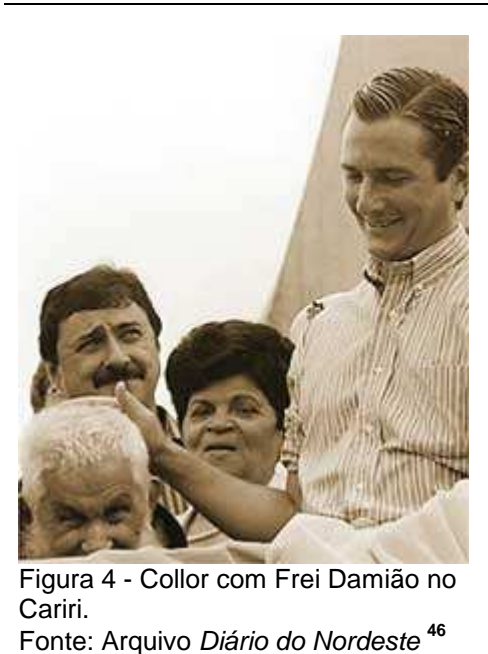


Figura 4 - Collor com Frei Damião no Cariri.

Fonte: Arquivo *Diário do Nordeste* ⁴⁶

Para manter-se popular entre os mais pobres - os descamisados, como eram chamados por ele - Collor procurou vincular sua imagem a de frei Damião, um velho frade extremamente conservador, mas muito influente no Nordeste, onde era apontado como o sucessor do padre Cícero Romão Batista, o Padim Ciço. Para Lemos, a maioria dos pastores das diferentes igrejas evangélicas optaram por apoiá-lo, temerosos da identificação de Lula com o "comunismo ateu".

Esse temor foi reforçado por Collor na última fase da campanha, quando adotou uma orientação ainda mais conservadora. Essa ligação também é apontada por Tavares na sua análise do discurso do candidato ao frisar que durante o ano de 1989, Collor esteve, em muitos momentos, acompanhado de Frei Damião.⁴⁷

Lula e Collor partilharam a busca pelo protagonismo da cena política no final dos anos 1980. No entanto, o candidato Lula e o PT, diferentemente de Collor, não procuraram o contato direto com a imprensa no período anterior à eleição de 1989. A filosofia do partido era a de não levar o candidato aos patrões da imprensa, considerados inimigos de classe e que distorciam o noticiário sobre o partido. Houve apenas um encontro entre Lula e os donos de órgãos de comunicação. A convite da direção da Rede Bandeirantes, ele almoçou na sede da empresa, no Morumbi, em São Paulo, com João e Johnny Saad (pai e filho - donos da Bandeirantes), Fernando Mitre -

⁴⁵ LEMOS, R. L. C. N e L. **Verbetes biográficos: Collor, Fernando**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1418_1.asp. Acesso em: 16 out. 2005.

⁴⁶ Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=393133>>. Acesso em: 18 ago. 2006.

⁴⁷ TAVARES, O. Fernando Collor. **O discurso messiânico. O clamor ao sagrado**. São Paulo, Annablume editora, 1998, p. 16.

diretor de jornalismo e Juarez Soares, jornalista esportivo e vereador de São Paulo pelo PT.⁴⁸

Com uma postura completamente oposta, Collor fez a sua primeira visita a Editora Abril três semanas depois de ser empossado no governo de Alagoas em 6 de abril de 1987. Ele foi recebido por Roberto e Victor Civita e disse quantos funcionários havia demitido e o que pretendia fazer dali pra frente. Três semanas depois, Collor foi o personagem da entrevista semanal das páginas amarelas da revista para falar sobre as ações realizadas por seu governo que tinham por objetivo moralizar a administração pública do Estado de Alagoas.⁴⁹

No seu estudo sobre a identificação ideológica do voto nas disputas presidenciais de 1989 e 1994, Singer afirma que a eleição presidencial no Brasil tem um papel estruturador do sistema partidário. Sob esse contexto, ele observa que o PT, embora fosse atuante desde 1979, só se consolidou como um partido nacional eleitoralmente competitivo em 1989, quando se deu a primeira disputa presidencial depois da redemocratização.⁵⁰

Em 1985, o usineiro João Lyra e o deputado Geraldo Bulhões convidam Collor a entrar para o PMDB a fim de apoiar a candidatura de José Costa ao governo de Alagoas. A ficha de filiação foi abonada por Ulysses Guimarães – o senhor Diretas. Quando José Costa desistiu da candidatura, Collor ocupou o seu lugar. Com a morte do pai, falecido em 29 de setembro de 1983, ele resolve montar seu próprio grupo. Apesar de ainda não ter manifestado claramente qual era o seu objetivo além daquele de se tornar um político de expressão nacional como fora seu pai, ele já trabalhava com o objetivo bem definido de conquistar a visibilidade pública e, por meio desta, fortalecer a sua viabilidade política. Inicialmente, optou por contratar alguém que entendesse de política e jornalismo em Alagoas. Esse perfil ele encontrou no jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva. Este, apesar de ter sido bastante crítico da administração Collor à frente da prefeitura de Maceió, o acompanharia nas

⁴⁸ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 169.

⁴⁹ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 66.

⁵⁰ SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de

campanhas para o governo de Alagoas e presidencial, além de exercer o cargo de porta-voz do governador e, em 1990, do presidente Fernando Collor.

No final de 1988, a equipe de Collor era composta por Cláudio Humberto; Marcos Coimbra, do Vox Populi; Zélia Cardoso de Mello, economista e subsecretária do Tesouro na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda; os deputados alagoanos Cleto Falcão e Renan Calheiros, Secretário de Negócios de Educação de Alagoas a partir de dezembro de 1988; e, Sebastião Nery, ex-deputado e jornalista que escrevia artigos para a Tribuna da Imprensa e num deles afirmou que Collor ganharia a eleição presidencial.⁵¹

A espetacularização foi o caminho utilizado por Collor para marcar a sua entrada na história (comemorações) e expor os valores que defendia (manifestações), Como visto em Balandier. E isso se deu antes mesmo da posse, no seu retorno a Alagoas de uma viagem de férias para o exterior, na companhia de sua segunda esposa, Rosane Collor, feita após ser eleito governador pelo PMDB.

Ao desembarcar no aeroporto de Maceió, Collor foi saudado por uma multidão de populares com faixas, bandeiras e estandartes com imagens de seu rosto, fogos e banda de música. Em março, durante a cerimônia de posse do governo de Alagoas, Collor fez uma caminhada de três quilômetros da Assembléia Legislativa à sede do Executivo, o Palácio dos Martírios, debaixo de uma chuva forte, com o queixo empinado e olhar fixo num ponto à sua frente, sem responder aos acenos das

São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000, p. 18.

⁵¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 90 e 111. Collor foi eleito deputado federal pelo PDS de Alagoas por 55 mil eleitores, após ter criado ele próprio a sua campanha com o slogan “um, dois, três, votem em quem trabalha”. Seu número de candidato era 123. Depois da morte do pai e do isolamento político por ter apoiado Maluf no colégio Eleitoral, ele decidiu mudar sua forma de atuação e constituir um grupo próprio e de confiança. Por sugestão do deputado Mendonça Neto, contratou o jornalista Cláudio Humberto Rosa e Silva, que trabalhava na Tribuna de Alagoas e teve como patrão o senador Teotônio Vilela para ser o Diretor Editorial dos veículos de comunicação das Organizações Arnon de Mello. Cláudio Humberto foi um crítico contumaz da gestão de Fernando Collor a frente da prefeitura de Maceió e era ligado a ala de esquerda do sindicato dos jornalistas de Alagoas. Cláudio Humberto nunca assumiu o cargo nas Organizações Arnon de Mello, mas passou a integrar o círculo íntimo de Collor a ponto de ter acompanhado o governador, junto com sua esposa e outros cinco casais na visita a China. E permaneceu com Collor até 1992, quando foi afastado do cargo de porta-voz da presidência e premiado com o cargo de Adido Cultural em Portugal por seu envolvimento com PC Farias. Cláudio Humberto ficou conhecido pelo lema “bateu levou”, na defesa do governador e presidente.

peças nas calçadas e nas janelas. Naquele momento, aos 37 anos, ele encarnava o herói que nem o clima adverso conseguia deter.⁵²

Assim que tomou posse no cargo de Governador, Collor introduziu medidas administrativas de forte apelo público e político, centradas principalmente no combate à corrupção e aos altos salários pagos a alguns servidores públicos de Alagoas, os “marajás”. Apesar de realizadas em um Estado periférico da federação e de pouca influência política, essas ações lhe proporcionaram o despertar do interesse da grande mídia e o reconhecimento de públicos diversos como os jornalistas em Recife e os hóspedes e funcionários do Hotel Nacional, em Brasília, por exemplo.⁵³

O Governador de Alagoas despertou a atenção dos periódicos de circulação nacional por meio de um conjunto de ações de reforço da imagem do saber-fazer / querer fazer, conforme análise contida no estudo de Ramaldes.

Assim, as repetidas iniciativas de Collor para espetacularizar sua entrada na história, em acordo com a observação de Balandier, e de se renovar como notícia constantemente, rendeu a ele o espaço que necessitava para se tornar conhecido.

⁵² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 14. O seu retorno de uma viagem de dois meses pelo exterior, logo após a eleição de 1986, acompanhado de sua esposa Rosane de Malta Collor (com quem se casara em julho de 1984) foi organizada para parecer uma apoteose. Convocados durante dias pela força da *TV Gazeta*, rádio *Gazeta FM* e o jornal *A Gazeta de Alagoas*, todos veículos de comunicação pertencentes a organização Arno de Mello, de sua família, milhares de pessoas foram recepcioná-lo no Aeroporto dos Palmares e outros tantos aplaudiram a sua passagem pelas praias pelas avenidas das praias de Pajuçara, Jaraguá, Ponta Verde e Jatiúca agitando bandeirinhas e gritando o seu nome. Logo depois de descer do avião, foi alçado à carroceria de uma caçamba e falou para a multidão em sua volta: “Somos todos filhos da esperança”.

⁵³ SILVA, C. H. R. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 228. Silva relata que em março de 1987, Fernando Collor viajou a Recife (PE) para participar de uma reunião dos governadores do nordeste na sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Quando chegaram ao plenário, Waldir Pires (BA) e Miguel Arraes (PE) atendiam aos jornalistas. Um repórter da *Rádio Clube de Pernambuco* o reconheceu e gritou “olha aí o Collor”. Os jornalistas deixaram os já conhecidos governadores falando sozinhos e foram entrevistar o polêmico e jovem governador de Alagoas. Um outro episódio semelhante é destacado por Conti (1999, p.14). Logo após tomar posse como governador eleito de Alagoas, em março de 1987, Fernando Collor entregou ao Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, documentos com denúncias sobre irregularidades administrativas que teriam sido praticadas nas gestões dos ex-governadores Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira. O ato teve repercussão imediata. Na manhã seguinte, ao entrar no restaurante do hotel Nacional, em Brasília, para tomar o café da manhã, Collor foi aplaudido pelos presentes que haviam acabado de assistir, durante a reexibição do telejornal *Bom Dia Brasil*, a sua entrevista para a *TV Globo*, gravada no dia anterior, antes da audiência com Sepúlveda Pertence. Nessa época, ele ainda não era oficialmente candidato a Presidente da República e estava filiado ao PMDB.

Por conseqüência, permitiu-lhe criar e consolidar rapidamente à imagem do jovem e ousado administrador caçador de marajás, junto à opinião pública.

Com a experiência familiar herdada tanto na arena política quanto na área de comunicação, o governador de Alagoas e já candidato à presidência, sabia que não bastava apenas se recriar constantemente enquanto notícia. Na busca por visibilidade e apoio, procurou os donos e diretores dos veículos de comunicação.

Além de buscar a conquista de espaço na mídia e tornar conhecidas para os barões da imprensa e empresários do setor as suas idéias e propostas de governo, ele procurou granjear simpatia e boa vontade também entre os editores e diretores de redação. Da mesma forma, Collor também procurou obter simpatia dos jornalistas por meio de pequenos agrados e muitos elogios.

Anselmo Góis, titular da coluna *Informe JB*, recebeu em seu apartamento uma caixa de isopor com lagostins alagoanos. Góis achou Collor muito empenhado em agradá-lo e pediu a Cláudio Humberto para não enviar-lhe mais o mimo: "... adoro o Collor, mas não manda jabaculê porque assim eu não vou poder mais falar dele". A cada matéria em que aparecia no *Jornal Nacional*, Collor telefonava para Souza Cruz, no restaurante da Globo, agradecia e o convidava para um almoço no Rio. O jornalista sempre recusava, mas aceitava os lagostins alagoanos que lhe eram enviados em caixas de isopor. "Os laços firmados com Alberico Souza Cruz, da Globo, foram mais proveitosos a Collor do que as imagens do Globo Repórter sobre os marajás", afirma Conti. Com o mesmo objetivo de seduzir os profissionais de imprensa, dois meses após a publicação da capa em que foi apresentado aos leitores como o "O caçador de Marajás", Collor foi pessoalmente à sede da *Veja* agradecer a matéria ao Diretor de Redação da revista, José Roberto Guzzo e apresentar-se aos irmãos Civita, diretores da Editora Abril.⁵⁴

No contato direto com os eleitores, Collor usou um outro recurso, afirma Ramaldes, ao analisar a persuasão e a manipulação presentes no discurso eleitoral de Collor. Para

⁵⁴ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 79, 111 e 131.

a pesquisadora e doutora em semiótica, a persuasão e a manipulação utilizadas por ele foram um esforço para projetar a si mesmo como o único a ter a qualificação necessária para o cargo em disputa pela desqualificação do outro sujeito que estava na disputa.

A desqualificação de um outro sujeito, seja pela imagem representada ou pelas “idéias” defendidas, é um recurso usual em política, para projetar não só o sujeito, reforçar seu simulacro, identificando-o como o único entre outros, a ter a qualificação adequada para ser eleito. Este recurso evidencia um não-saber-fazer e/ou um não-querer-fazer, sendo concebido, desta forma, como uma forma também de manipulação. O sujeito que “não-quer e não-sabe fazer” é considerado sem competência, portanto, desqualificado para o fazer transformador. O parecer, confrontado com o ser (decorrente das práticas prometidas e não implementadas) faz aparecer o vilão”.⁵⁵

Ao mesmo tempo em que desqualificava Sarney e os seus aliados, Collor consolidava como seu diferencial a marca de “caçador de marajás” e qualificava-se como o homem certo para dirigir a nação em nome do povo.

Do ponto de vista político, Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o final do regime autoritário promovido pela coalizão civil-militar que assumiu o poder no País a partir de 1964 pela força das armas. Ramaldes também destaca esse momento político:

A eleição de Collor ocorreu em 1989, ano que embutia, como grande expectativa, a primeira eleição presidencial por voto direto, desde o golpe militar de 1964. Pela primeira vez na história brasileira, a maioria da população estava apta a votar: 55,6% (em 1989) contra 22,1% da eleição presidencial anterior, em 1960. E esse eleitorado, de 85 milhões de pessoas, alimentava a esperança do poder/fazer que lhe havia sido restituído pela nova constituição, promulgada no ano anterior.”⁵⁶

De fato, o nosso interesse pela representação de Fernando Collor nos principais periódicos de circulação nacional está diretamente relacionado ao momento histórico no qual ele esteve inserido, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista jornalístico. Seja sob a ótica dos profissionais que produzem a notícia ou sob o ponto

⁵⁵ RAMALDES, M. D. A persuasão e a manipulação no discurso político eleitoral – análise semiótica dos discursos de Fernando Collor de Mello. 1998, p. 15.

⁵⁶ RAMALDES, M. D. A persuasão e a manipulação no discurso político eleitoral – análise semiótica dos discursos de Fernando Collor de Mello. 1998, p. 6.

de vista dos proprietários desses veículos de comunicação, pois são destes últimos a decisão final da divulgação ou não da notícia produzida.

A afirmação de Ramaldes encontra eco em outro estudo realizado sobre o discurso elaborado por Collor. A jornalista e professora doutora Olga Tavares analisou a produção discursiva do ex-presidente, colocando como gerador semântico o discurso fundador. A pesquisadora sugere que o sentido messiânico buscado pelo discurso do candidato tem uma conexão estreita com certa prática discursiva brasileira, encontrada desde o descobrimento até os dias atuais.

A trajetória messiânica de Collor atendeu aos três períodos sugeridos por Girardet (1986, p.66): o apelo, o poder e a glória, e o martírio. O primeiro período apresentou um jovem governador que se descobre diante de um grande destino, a partir de uma decisão política - a Caça aos Marajás – que o destacou diante do país inteiro. O segundo período colocou o jovem governador em constante evidência, confrontando-o com grandes nomes da política nacional na mais aguardada disputa presidencial das últimas três décadas, fazendo-o vencedor do pleito e legitimando-o como o pioneiro da “Nova Era”; O terceiro período identificou o jovem presidente com tudo aquilo que ele negava no primeiro período e que provocou o seu afastamento e o desprezo dos seus eleitores.⁵⁷

Ambos os trabalhos têm como ponto de encontro à leitura de que Collor soube utilizar-se apropriadamente das ferramentas já disponíveis na época para lançar-se candidato à presidência do País, mesmo não tendo lastro político ou partidário. De fato, as pesquisas de opinião lhe ofereceram as respostas sobre os anseios do eleitorado. Esse ponto de vista é expresso por Figueiredo, ao afirmar que “Collor assumiu um perfil de reação, montado inteiramente nas aspirações do eleitorado”.⁵⁸

A experiência e a proximidade com o meio jornalístico facilitaram a sua inserção na mídia. O poder econômico de sua família lhe proporcionou os meios iniciais para a contratação dos serviços e dos profissionais necessários. A sua postura indignada e agressivamente calculada oferecia aos veículos a notícia na forma espetacularizada, que caracteriza a entrada do poder na história, visto em Balandier.

57 TAVARES, O. **Fernando Collor. O discurso messiânico. O clamor ao sagrado.** São Paulo, Annablume editora, 1998, p. 29.

58 FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito.** São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 50.

No plano nacional, Collor expressou a sua oposição ao presidente José Sarney (1985-1990), que estava isolado politicamente e cujo governo era muito popular devido ao fracasso dos seus sucessivos planos econômicos como os Planos Cruzado, I e II. À Assembléia Constituinte (1987-1988) coube fixar a duração do mandato do presidente José Sarney. Junto com outros 21 governadores do PMDB, Collor participou, em 17 de outubro de 1987, de uma reunião que resultou na Declaração do Rio de Janeiro. O documento reafirmava a posição, majoritária no partido, favorável à fixação do mandato de Sarney em cinco anos. Collor foi o único a discordar, pois desejava a imediata realização de eleições diretas para a presidência da República, e, em uma nota separada, defendeu um mandato de quatro anos para o então presidente. Mais uma vez conseguia produzir-se como notícia e ganhar destaque na imprensa nacional.⁵⁹

Mesmo sem contar inicialmente com o apoio explícito do dono do maior e mais influente grupo de comunicação do país, o jornalista Roberto Marinho, das *Organizações Globo*, mas com a simpatia e a adesão de outros barões da imprensa como a família de Nascimento Brito, do *JB*, e a família Mesquita, do *Estadão*, a candidatura de Collor prosperou rapidamente durante o ano de 1988 à medida que ele se tornava conhecido do eleitorado nacional.

Talvez a contribuição mais decisiva para isso tenha sido o uso do espaço político gratuito em rede nacional de televisão, uma novidade oferecida para fortalecer os partidos pela nova Constituição Federal, que entrara em vigor a partir de 5 de outubro de 1988. Ao analisar o que ele afirma ser “um dos mais espetaculares *cases de marketing* político de todos os tempos”, Figueiredo destaca o uso inovador da televisão por Collor para tornar-se conhecido do eleitorado:

Enquanto os políticos tradicionais batiam em teclas gastas e fundamentavam-se em esquemas antigos, Collor escolheu um caminho totalmente novo, utilizando pela primeira vez entre nós, e de forma competente em uma campanha presidencial, a televisão. Enquanto os grandes partidos ainda discutiam quem seria seu candidato, entre lutas internas terríveis, Collor já estava na televisão, usando o tempo dos partidos que eram meras legendas para passar sua mensagem à sociedade. Quando os grandes partidos e os políticos tradicionais acordaram, ele já havia ocupado um grande espaço na

⁵⁹ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_html/1418_1.asp>. Acesso em: 16 out. 2005.

mente e no coração dos eleitores, dirigindo-se diretamente à sociedade, principalmente ao povo sofrido, às camadas mais baixas da população.⁶⁰

Em maio de 1988, Collor gravara uma participação no programa do antigo Partido da Juventude (PJ), de Daniel Tourinho. Como era filiado ao PMDB, cada vez que anunciavam que Collor ia aparecer no programa, a justiça eleitoral o tirava do ar sendo que de sessenta minutos mais de 40 foram vetados. O Vox Populi descobriu nas pesquisas que os telespectadores acharam que Collor foi proibido de falar porque “dizia verdades”, “incomodava o governo”, “queriam impedi-lo de fazer denúncias”.

No início de 1989, tanto Marcos Coimbra (Instituto Vox Populi) quanto Carlos Augusto Montenegro (Ibope) orientaram Collor a aparecer o máximo possível na imprensa, em qualquer veículo, em qualquer contexto e da forma que pudesse. Um minuto numa rádio do interior, duas linhas na *Veja*, nos programas de uma hora dos partidos na televisão.

Em março desse ano, as pesquisas do Ibope lhe davam 9% das intenções de voto, abaixo dos 19% de Brizola e dos 16% de Lula. Em 26 de abril, a revista *IstoÉ-Senhor* publicou uma pesquisa do Instituto Gallup que registrava Collor passando para o primeiro lugar, com 13 pontos percentuais. Brizola aparecia com 12,3% e Lula com 10,2%. Em maio, a pesquisa do Ibope mostrava Collor com 32% da preferência do eleitorado, ficando Brizola com 15% e Lula, 11%.

Para o jornalista Mário Sérgio Conti, a explicação pode se resumir à propaganda e dinheiro:

Nesses três meses decisivos, a imprensa não desempenhou qualquer papel. Foi irrelevante. O que explica a arrancada fenomenal? A resposta cabe em duas palavras: propaganda e dinheiro. Em pouco mais de dois meses, o candidato apareceu em três programas publicitários, de uma hora cada um, em rede nacional de televisão. Programas caros, pagos por Collor.

⁶¹

Em 1989, ele apareceu em 30 de março no horário político do PRN, o antigo PJ. Depois foi a vez do Partido Trabalhista Renovador (PTR), de Juca Colagrossi, lhe

⁶⁰ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 51.

⁶¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras,

ceder o espaço de uma hora em 27 de abril. Vinte e um dias depois Collor estava novamente em rede nacional, agora pelo PSC, no horário nobre da televisão. Ele retomou o a imagem de “caçador de marajás” em combinação com a de candidato jovem e ousado. Assim, antes de se encerrar o primeiro semestre de 1989, Fernando Collor era líder disparado nas pesquisas de intenção de voto: 32% no final de maio e 43% no início de junho. O rápido sucesso nessa fase lhe proporcionou o apoio informal do PFL que detinha 14% das administrações municipais.⁶²

Collor seguiu a risca as orientações de Coimbra e Montenegro, tanto em relação à imprensa quanto em relação ao programas eleitorais gratuitos transmitidos em cadeia pelas redes de televisão de sinal aberto, previstos na Constituição. Ele combinou com Cláudio Humberto que ficaria a sua disposição dez dias por mês viajando para as cidades médias das regiões sul e sudeste e falando à imprensa local a fim de se tornar mais conhecido, necessidade detectada pelas pesquisas do Vox Populi. Fez palestras em associações comerciais, sedes sub-regionais do Lions Clube, sindicatos empresariais e centros acadêmicos. Além das entrevistas as afiliadas da rede Globo mais próximas de onde estivesse, Collor dava coletivas para rádios e jornais, atacando o presidente Sarney e os marajás do serviço público. Ou seja, o governador oferecia notícia onde era rara a presença e a disponibilidade de personalidades de nome nacional.⁶³

O candidato do PRN também dispunha de recursos consideráveis, tanto do ponto de vista de equipamentos quanto de pessoal, para elaborar os seus programas de televisão, durante o período oficial da campanha presidencial. No estúdio em Brasília havia equipamentos avaliados em mais de quatro milhões de dólares. Dez equipes de TV chegaram a trabalhar simultaneamente, sendo que uma delas acompanhava o candidato em tempo integral. Os jornalistas Belissa Ribeiro e Hélio Costa (ex-estrela do *Fantástico*), o publicitário Roberto Medina e Juca Colagrossi dividiram o comando da equipe de TV durante os dois meses de campanha do primeiro turno.⁶⁴

1999, p. 141.

⁶² _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 97, 141 e 144.

⁶³ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 97-98, 122.

⁶⁴ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 204-206.

Mesmo assim, do início da propaganda eleitoral até o dia 15 de novembro (1º turno) Collor perdeu cerca de 36% do seu eleitorado (de 39 para 25,1%) e Lula subiu 100% (de 7 para 14,2%). Cada um dispunha de 10 minutos divididos em dois blocos de 5 minutos cada. Ulisses Guimarães (PMDB) dispunha de 22 minutos e Brizola 10 minutos. Ambos mantiveram-se estáveis nas pesquisas de intenções de voto do período. O primeiro turno da eleição presidencial foi vencido por Fernando Collor que conquistou 20.611.011 votos (30,4% dos votos válidos), enquanto que Lula ficou com o 2º lugar ao receber 11.622.673 votos (17,1% dos votos válidos).⁶⁵

Nesse apagar de luzes da década de 1980, para convencer o eleitor, Fernando Collor persuade e manipula. Ramaldes afirma que sendo o eleitor o destinatário segundo o *saber*, ele é seduzido a acreditar que a mudança de estado e/ou sua manutenção só será possível se houver uma busca, uma ação. Isto é persuasão, à qual corresponde, no nível narrativo, à manipulação.

Para a semiótica, a persuasão é um fazer cognitivo pelo qual o enunciador convoca todo tipo de modalidades para fazer o enunciatário aceitar o contrato enunciativo proposto, tornando eficaz a comunicação e permitindo o surgimento do destinador e do destinatário em uma relação de comunicação, que não prescinde de manipulação.⁶⁶

Originalmente o termo manipulação foi empregado para designar certas intervenções do homem na natureza, em que se manuseiam ou tratam fisicamente algumas substâncias naturais com o objetivo de lhes alterar a forma, afirma Sttopino. Na esfera social e política, o termo pode ser definido como uma das espécies de poder pela determinação intencional ou interessada do comportamento alheio:

São dois os requisitos essenciais da Manipulação social. Antes de tudo o seu caráter oculto ou invisível. O sujeito manipulado não sabe que o é e crê tomar a sua decisão de modo livre, enquanto que seu o comportamento é, na realidade, manobrado pelo manipulador como o são os movimentos de um títere nas mãos do operador. [...] O segundo requisito reside no caráter intencional do exercício da Manipulação. O manipulador não procura só

⁶⁵ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 204-219. Curiosamente, observa Conti, os responsáveis pelos respectivos esquemas de fiscalização de votos no primeiro turno do PRN e do PT entraram em acordo para se ajudarem mutuamente. Onde não houvesse fiscais do PRN, os PT se encarregariam de controlar os votos de ambos assim como essa tarefa caberia ao PRN nos locais onde o PT não colocasse os seus fiscais. Havia interesse de ambos os lados. O PRN queria preferia ter Lula como adversário no segundo turno e o PT queria superar Brizola e ir ao segundo turno.

⁶⁶ RAMALDES, M. D. A persuasão e a manipulação no discurso político eleitoral – análise semiótica dos discursos de Fernando Collor de Mello. 1998, p. 7.

provocar intencionalmente o comportamento que deseja do manipulado; procura também, de modo igualmente intencional, esconder a existência e natureza da ação que provoca o comportamento do manipulado.⁶⁷

Com efeito, em seu livro sobre as relações do Planalto com a imprensa, Conti apresenta esta última como sendo vítima e instrumento de manipulação (da informação) feita por Collor. Para ele o ex-presidente deve sua chegada ao Planalto muito mais aos equívocos (involuntários ou deliberados) dos profissionais das redações do que as tramas supostamente engendradas pelos donos dos meios de comunicação.

Sob essa ótica, os barões da imprensa e seus prepostos (diretores de redação e editores), entre os quais o próprio Conti, era diretor de redação da revista *Veja* no período estudado, estariam isentos da sedução de Collor e dos equívocos cometidos na representação do ex-presidente pela mídia. Entretanto, essa percepção é oposta ao que pode ser constatado na própria revista *Veja*, quando é observado o destaque concedido como matéria de capa aos candidatos dos principais partidos ou, como no caso de Collor, que lideravam a disputa pela preferência da intenção de voto nas pesquisas eleitorais.⁶⁸

Ao pesquisarmos o destaque concedido aos principais candidatos no período compreendido entre 1º de janeiro de 1987 a 15 de dezembro de 1989, constatamos que o candidato Collor de Mello foi o destaque principal das capas nas edições n. 1.020 (23/3/1988), n. 1.079 (17/5/1989), n. 1.091 (9/8/1989), n. 1.092 (16/8/1989). Collor ainda apareceu como segundo destaque da capa na edição n. 1.099 (4/10/1989), em matéria que mostrava a variação dos percentuais de intenção de voto de cada candidato nas pesquisas eleitorais.

Por sua vez, até a data de realização da eleição de 1989 em primeiro turno, Lula foi destaque nas capas

⁶⁷ STOPPINO, M. Manipulação. In: **Dicionário de Política**. Volume 1. 5ª ed. São Paulo: Editora Unb/Imprensa Oficial, 2004, p. 727.

⁶⁸ A tiragem média semanal de *Veja*, incluindo os exemplares vendidos nas bancas de revistas e os entregue para os seus assinantes, era aproximadamente de 850 mil exemplares. A edição n. 1.045, de 14 de setembro de 1988, por exemplo, teve uma tiragem de 881.339 exemplares.



Figura 5 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.101, de 21/3/1990.

de apenas duas edições, as de nº. 1.095 (6/9/1989) e 1.107 (29/11/1989). Na edição nº. 1.101 (18/10/1989), ele dividiu a capa com o candidato do PDT, Leonel de Moura Brizola. Ambos foram caracterizados pela revista, tanto do ponto de vista verbal quanto visual, como candidatos de esquerda. Das 151 edições pesquisadas, Brizola foi capa em apenas mais uma edição, a de n. 1085, de 28 de junho de 1989.

No mesmo período, outros políticos tradicionais como Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB), Guilherme Afif Domingos (PL) e Ulysses Guimarães (PMDB), que chegaram do 3º ao 7º lugar na corrida eleitoral de 1989, respectivamente, tiveram pouco ou nenhum destaque nas capas da *Veja*. Ulysses e Afif apareceram duas vezes, Maluf apenas uma vez e Mário Covas não foi destaque individual em nenhuma das edições pesquisadas no período citado acima.

No segundo turno, houve equilíbrio no destaque de capa da revista *Veja* para cada candidatura, como pode ser constatado nas imagens a seguir:



Figura 6 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.106, de 22/11/1989.



Figura 7 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.107, de 29/11/1989.



Figura 8 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.108, de 6/12/1989.



Figura 9 – reprodução da capa da revista *Veja* n. 1.109, de 13/12/1989.

Na edição de n. 1.106 (22/11/1989), Lula e Collor dividiram a capa da revista já na condição de candidatos que foram para o segundo turno da eleição de 1989. Nas edições de n. 1.107 (29/11/1989) e 1.108 (6/12/1989), Lula e Collor, respectivamente, alternaram-se nas capas. Na última edição antes do pleito final, os dois candidatos também dividiram o espaço na capa da *Veja*. No resumo dos projetos de ambos, a diferença ideológica mais uma vez estava claramente identificada.

Assim, como sugerem os estudos de Ramaldes e Tavares e também as impressões de Conti e Figueiredo, a imagem de Collor (o príncipe) foi trabalhada por meio da mídia para parecer aos seus eleitores (os súditos) misericordioso, sincero, íntegro (o Caçador de Marajás), humanitário e de todo religioso.

Mesmo que para isso ele utilizasse dinheiro público na sua iniciativa privada. Nos últimos cinco meses de seu governo em Alagoas, Collor investiu quase um milhão de dólares em propaganda. Mais da metade do dinheiro foi destinado aos veículos de comunicação da Organização Arnon de Mello. Ele também não esqueceu dos amigos e a rádio Maceió FM, de propriedade do seu amigo e deputado Geraldo Bulhões, o

qual em 1991 Collor apoiou para o governo do Estado, ficou com 70% das verbas destinadas as emissoras locais.⁶⁹

O volume de dinheiro arrecadado para a campanha de Collor foi considerável, afirma Conti: 160 milhões de dólares. A única pessoa autorizada por Collor para receber as doações foi PC Farias. Grandes empreiteiras de obras públicas como a Tratex, Odebrecht, OAS e Andrade Gutierrez (sete milhões de dólares) fizeram grandes contribuições. Os bancos, como o Bamerindus (quatro milhões de dólares), o Itamaraty e o Safra (três milhões de dólares cada) também contribuíram generosamente para a caixinha de campanha. No final da campanha sobraram cerca de 60 milhões de dólares que PC Farias seguiu administrando para pagar as despesas com a equipe de transição e para investir na campanha eleitoral (governadores, prefeitos e legislativos) de 1991.⁷⁰

⁶⁹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 145.

⁷⁰ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 294-295.

Segundo capítulo: a imprensa em ação

“A liberdade é garantida onde a imprensa é livre e os cidadãos são capazes de ler”.

Thomas Jefferson

Neste capítulo apresentamos recortes da representação de Fernando Collor nos principais jornais diários de alcance nacional, como *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Estadão* e *Folha de São Paulo*, bem como nas revistas semanais *Veja* e *Istoé* que entendemos elucidativos para este projeto.

Aqui também identificamos os grupos que na época controlavam esses veículos de comunicação e outros de alcance regional, como a RBS, do Rio Grande do Sul. O objetivo é proporcionar uma melhor compreensão da correlação de forças e dos interesses corporativos e pessoais existentes nos veículos de comunicação. O período engloba desde as primeiras referências significativas de Collor na imprensa a partir de sua posse no governo de Alagoas, em quinze de março de 1987, até a data em que assumiu de fato a Presidência da República, em quinze de março de 1990.

Qual o pai, no entanto, Fernando Collor marchava naquele 15 de março de 1987 para tomar posse no governo alagoano. Era um político mais ousado que Arnon. Entre o desembarque triunfal no aeroporto, dois meses antes, e a posse debaixo de chuva, Collor fez política, gerando notícias.⁷¹

A importância da imprensa nos sistemas representativos de governo foi destacada pelo ex-presidente republicano Manoel Ferraz de Campos Sales (1898 a 1902), em seu livro de memórias “*Da propaganda à Presidência*” onde disse ter achado conveniente não descuidar de alguns jornais e jornalistas. Ele invocou o testemunho do Marquês de Paraná que afirmou ser necessário aos governos ter quem lhes defenda e essa tarefa deveria ser recompensada. Por sua vez, o Visconde do Rio Branco, segundo o ex-presidente, foi outro que, discursando no Congresso, em 1871, abordou a prática de premiar jornalistas com dinheiro:

⁷¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 27.

Todos os ministros do Brasil, sem exceção, têm lançado mão desse meio, têm mandado para os órgãos de publicidade artigos que explicam e justificam os seus atos, defendendo os princípios e os interesses que incumbe, sobretudo ao governo defender e sustentar.⁷²

A influência nos governos brasileiros exercida pelos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, a partir do final da primeira metade do século passado e até o início da década de 1960, e pelas *Organizações Globo*, de Roberto Marinho, a partir do início da década de 1970, tem sido motivo de diversos estudos acadêmicos. Os meios de informação pública como jornais, revistas e também emissoras de rádio e televisão desempenham um importante papel no processo de politização da opinião pública. E esse papel é particularmente reforçado nas democracias constitucionais.

Na teoria política contemporânea, as definições de democracia tendem a resolver-se num elenco de “procedimentos universais” (que estabelecem como se deve chegar à decisão política e não sobre o que se deve decidir). Com base na tipologia proposta por Almond, é possível inferir que, a partir da carta constituinte de 1988, a democracia brasileira é do tipo de alta autonomia dos subsistemas. Ou seja, dos partidos, dos sindicatos e dos grupos de pressão, em geral.⁷³

É importante destacar que a Constituição Federal do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, por meio do inciso IX, do Art. 5º, garantiu o livre exercício de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação,

⁷² SALES, Manoel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 177.

⁷³ BOBBIO, N. Democracia. In: **Dicionário de Política**. Volume 1. 5ª ed. São Paulo: Editora Unb/Imprensa Oficial, 2004, p. 327. Procedimentos universais para definição de democracia: 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, como os órgãos da administração local ou chefe de Estado (tal como nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioria, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitores devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo.

independentemente de censura ou licença, como um dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Por meio do art. 220, do capítulo V, que dispõe sobre a Comunicação Social, é vedado qualquer dispositivo legal que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social. Dessa forma, abre-se a possibilidade para a imprensa exercer um controle crítico sobre os órgãos dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário.⁷⁴

Os meios de comunicação alferiram um *status* e um poder considerável na cena política. Não por acaso, tanto a televisão estatal da Alemanha Oriental quanto às redes de televisões privadas da Alemanha Ocidental tiveram papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos que levaram a derrubada do muro de Berlim, uma semana antes da realização do segundo turno da eleição presidencial brasileira. Numa rápida transposição para os dias atuais, pode-se compreender o impacto de alcance global ocorrido a partir de uma decisão de âmbito local do presidente Hugo Chavez, da Venezuela, de não renovar a concessão da rede de televisão mais popular daquele país.⁷⁵

Os meios de comunicação se esforçam para atender de todas as formas a sede insaciável da sociedade por novas “estrelas” sociais. Programas televisivos similares ao *Big-Brother-Brasil* da Rede Globo se multiplicam em diversos países e nas mais variadas versões, incluindo até mesmo a escolha interativa dos beneficiários da doação de órgãos. Por sua vez, os veículos de mídia diversificaram-se e a tradicional imprensa escrita busca formas de se adaptar a uma nova realidade virtual repleta de “blogs”, “fotologs”, “vídeologs”, “sites”, “grupos de discussão”, “torpedos”, “e-mails”, “e-life”, todos com potencial para ampliar a disseminação da massa de informação circulante.

⁷⁴ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

⁷⁵ A rede Rádio e Televisão Caracas (RTVC), que fazia oposição ao governo Chavez, foi ao ar pela última vez no domingo de 27 de maio de 2005.

De fato, cumpriu-se dessa forma a previsão da chegada de uma era das celebridades instantâneas, que perseguem seus “quinze minutos de fama”. E a cada dia que passa essa fama se torna mais efêmera, assim também como as celebridades e as notícias. Tudo é descartável em função do novíssimo.⁷⁶

Como uma antecipação dessa visibilidade global e passageira dos dias atuais, surge, ao final da década de 1980, no plano da política nacional, Fernando Collor de Mello que foi o principal protagonista da primeira campanha eleitoral modernizada no Brasil. Fernando Azevedo, em texto acerca da modernização das campanhas eleitorais no Brasil, propôs quatro indicadores deste processo: a profissionalização da campanha, o uso das sondagens de opinião, a utilização da mídia, em especial da televisiva, e a personalização da campanha eleitoral.⁷⁷

Assim, a comunicação dos candidatos com os eleitores passa a ser constantemente mediada pela imprensa, de forma direta, por meio dos jornais e revistas impressos, dos noticiários radiofônicos e dos telejornais. Os programas eleitorais gratuitos no rádio e na TV crescem de importância e começam a ter produção exclusiva e profissionalizada. Os debates entre os candidatos, realizados e transmitidos pelas principais redes nacionais de televisão, chamam a atenção dos eleitores e firmam-se a partir de então como uma espécie de palanque eleitoral eletrônico de grande alcance.

Essa mediação atinge e age também sobre os sujeitos em questão: profissionais de imprensa, editores e donos de veículos de comunicação; políticos e profissionais da política; e leitores. Todos esses sujeitos, que em alguma medida são ao mesmo tempo emissores e receptores, estão interligados no processo eleitoral pela sua condição primeira de eleitores.

⁷⁶ “O vigor no efêmero”. **Veja**. São Paulo, n. 965, pág. 56-59, 4 mar. 1987. Andy Warhol, pintor e cineasta norte-americano, filho de imigrantes rutenos (norte da Eslováquia), é considerado uma das maiores figuras do movimento de pop-art. É de sua autoria a expressão “no futuro, todo mundo será famoso por 15 minutos” ao comentar obras baseadas em acidentes automobilísticos, em especial o de uma ambulância. Warhol morreu em 22 de fevereiro de 1987, na cidade de Nova York (EUA).

⁷⁷ AZEVEDO, F. **Espaço público, mídia e modernização das campanhas eleitorais no Brasil**. Texto apresentado no VII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - COMPOS. São Paulo/PUC, 01 a 05 de junho de 1998, 10p.

O sujeito social é possuidor de mediações constituídas pelo interesse de classe, de grupo ou de sua prática social, única manifestação concreta do conhecimento, segundo Baccega:

Mas o indivíduo é também sujeito, ou seja, é capaz de reelaborar as referências que recebe socialmente. Por isso a diferença: quer entre indivíduos de diferentes épocas, quer de uma mesma época, porém de classes sociais ou grupos diferentes; e até em uma mesma época, num mesmo grupo. [...] Por ser o processo de conhecimento não finito, ele nada mais é que um acúmulo de verdades parciais que vão se estabelecendo não só em diferentes épocas históricas, mas também numa mesma época histórica, através de percursos diferentes de aproximação ao objeto.⁷⁸

A avaliação dos resultados das pesquisas de opinião passa a influir na apresentação dos candidatos aos seus potenciais eleitores e estes acompanham com interesse a divulgação do sobe-e-desce dos índices de intenção de voto para os candidatos. Cresce o debate sobre a influência da divulgação desses índices na véspera das eleições no resultado dos pleitos eleitorais.

Ao analisar a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994, Singer chama a atenção para a dificuldade de apontar com precisão o fator determinante para definição do voto, uma vez que inúmeras variáveis, de curto e de longo prazo, podem influenciar na determinação do voto:

[...] no caso das eleições, nota-se que algumas características de longo prazo, como a renda, a escolaridade, a identificação partidária e a identificação ideológica influem no comportamento do eleitor. Elas, por sua vez, combinam-se com circunstâncias de curto prazo: a agenda de cada eleição, o desempenho econômico do governo que está encerrando o mandato, as características individuais dos candidatos naquele pleito e a eficiência de suas campanhas.⁷⁹

Assim, na multifacetada cadeia de acontecimentos que influenciaram a escolha dos eleitores indecisos, na véspera daquela eleição, a ação da imprensa merece destaque. É a imprensa, por sua mediação, que age como vetor de desvendamento dos candidatos e de suas propostas. E essa mediação sofre a influência daqueles que detêm o controle dos meios de comunicação.

⁷⁸ BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1995, p. 13-15.

⁷⁹ SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000, p. 16.

O ex-presidente Campos Salles, quando assumiu a presidência da República, percebeu o poder dessa mediação. Ele afirmou que faltava ao governo da época um órgão de grande circulação para apoiar a sua política, descortinar os seus intuitos, preparar a opinião pública e defender os seus atos.⁸⁰

A ascensão de Collor junto à opinião pública teve a influência da imprensa por meio da divulgação de suas ações, enquanto governador, e de suas idéias, enquanto candidato à Presidência. Em 1989, os quatro principais jornais do País, que eram *O Estadão*, *O Globo*, a *Folha de São Paulo* e o *JB* tinham uma tiragem que somada não chegava a um milhão de exemplares. Por outro lado, a televisão chegava a praticamente a todos os 82 milhões de eleitores.⁸¹

Do ponto de vista jornalístico, Fernando Collor surge numa fase de transição da imprensa enquanto empresa. Estava em andamento, na maioria delas, segundo Dinnes, uma troca de comando nas redações com a entrada em cena de executivos dispostos a impor o fim da era “romântica” no jornalismo em prol do realismo de mercado. Ele afirma que “[...] o arrombamento das redações brasileiras pelo marketing nos estertores da ditadura pode ser visto como um rito de passagem, a perda da inocência”. A revista *Veja*, nas páginas 86 e 87 da edição n. 1.012, do dia 27 de janeiro de 1988, fez uma matéria especial sobre as mudanças no comando dos tradicionais periódicos *JB* e *Estadão*.⁸²

E de fato, foi a escolha editorial (patronal) do emissor que determinou o espaço e o enfoque oferecido a cada candidatura majoritária. Exemplo disso foi a edição do

⁸⁰ SALLES, M. F. C. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983, p. 174. Nascido em São Paulo, em 1841, Campos Salles, republicano histórico e signatário do Manifesto de 3 de dezembro de 1870, exerceu a Presidência de 1898 a 1902. Falecido em 1913.

⁸¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 247.

⁸² DINNES, A. **Notas sobre notícias. Dinâmica da verdade vence malícia do Sistema**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq051299.htm>>. Acesso: 23 out.2005. **Alberto Dinnes** foi diretor do Jornal do Brasil e é editor do Observatório da Imprensa, uma iniciativa do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo – e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Unicamp. Veículo jornalístico focado na crítica da mídia tem presença regular na Internet desde abril de 1996. Em maio de 1998 o Observatório da Imprensa ganhou uma versão televisiva, produzida pela Televisão Educativa do Rio de Janeiro e TV Cultura de São Paulo, e transmitida pela Rede Pública de Televisão. Em maio de 2005, o Observatório da Imprensa chegou ao rádio, com um programa diário transmitido pela rádio Cultura FM de São Paulo, rádios MEC AM e FM, do Rio de Janeiro, e rádios Nacional AM e FM, de

Jornal Nacional, da *TV Globo*, no dia seguinte ao último debate dos candidatos Lula e Fernando Collor, na véspera da eleição presidencial em segundo turno. Para Carlos Matheus, diretor do Instituto Gallup, afirmou que a condensação do debate, feita pela *TV Globo* e exibida no telejornal de maior audiência do país, favoreceu Collor e ampliou a sensação de que ele havia se saído melhor do que Lula. O tempo concedido para reproduzir as principais falas dos candidatos também foi favorável a Collor (1min12 a mais que Lula).⁸³

Também foi por decisão editorial que os veículos de comunicação, inclusive aqueles que expressaram editorialmente apoio às propostas de moralização política e modernização econômica defendidas pelo candidato Fernando Collor, deram visibilidade às denúncias de corrupção e aos questionamentos sobre a licitude das ações administrativas e políticas deste no exercício da presidência. Por meio do jornalismo investigativo, a imprensa desempenhou um papel de destaque no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o seu impedimento político e administrativo.

Por sua vez, até mesmo profissionais de imprensa que expressaram simpatia ou apoiaram abertamente a campanha do candidato do PRN, após o surgimento das primeiras denúncias sobre a sua ligação com PC Farias e a posterior instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), travaram entre si uma árdua disputa pelo levantamento de informações em primeira mão, que no jargão profissional é chamado de furo jornalístico, sobre o desvio de recursos públicos praticados pela administração Collor de Mello.

Durante o segundo semestre de 1992, os principais veículos de comunicação competiram acirradamente por novas e bombásticas informações, porque estas ajudavam a vender mais exemplares de jornais e revistas e ampliavam os índices de audiências dos noticiários de rádios e televisões.

Brasília.

⁸³ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 269-277.

O período compreendido entre eleição de Fernando Collor até o seu afastamento, pouco mais de três anos depois, foi bastante intenso para o país, de uma forma geral, e para a imprensa, em particular:

“Nesse curto período, houve enormes manifestações populares e a maior intervenção na propriedade privada já vista no país, com o confisco de contas corrente e da poupança. Foram anos de recessão e revolta, de corrupção institucional e mobilização da sociedade. Foram também anos em que a imprensa teve uma participação substantiva na vida política”.⁸⁴

Com efeito, as notícias publicadas na imprensa motivaram e foram utilizadas pela CPI instituída “com o objetivo específico de apurar as denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello contra o Sr. Paulo César Cavalcante Farias” publicadas na revista *Veja*, nº. 1.236, no dia 25 de maio de 1992. O primeiro é irmão caçula de Fernando Collor e o segundo foi o seu tesoureiro de campanha na eleição para o governo de Alagoas e para Presidente do Brasil. Ambos já são falecidos. Pedro Collor morreu devido a um tumor no cérebro (19 de dezembro 1994) e Paulo César de Cavalcante Farias (PC Farias) foi assassinado (23 de junho de 1996) junto com a namorada em sua própria casa.⁸⁵

Para uma melhor compreensão das relações de Collor com a imprensa, buscamos a identificação de alguns grupos de comunicação do país que estiveram no centro dos acontecimentos, tanto para a sua eleição quanto para o seu impedimento.

Em São Paulo, principal centro econômico e financeiro do País, estavam localizados, à época dos acontecimentos estudados, meios de comunicação expressivos e tradicionais, tanto do ponto de vista de influência política quanto de poder financeiro.

A Editora Abril, um dos principais grupos editoriais do Brasil, tanto em volume de vendas quanto em variedade de publicações e pertence a família Civita, e tinha em 1987 Victor Civita como Editor e Diretor e Roberto Civita como o Diretor

⁸⁴ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 9.

Superintendente. As suas 34 publicações, com títulos tradicionais como as revistas Exame, Nova, Quatro Rodas, cobriam uma variada e extensa área de interesses e nichos editoriais. Segundo Conti, a revista semanal *Veja*, que no período estudado tinha uma tiragem semanal na faixa dos 850 mil exemplares, “era a revista preferida”, “a menina dos olhos da Abril”. Roberto Civita recebeu Collor em seu apartamento, no Itaim (São Paulo/SP) em 23 de agosto de 1989. No mês seguinte ele telefonou a Victor e Roberto Civita para agradecer uma entrevista publicada pela Folha de São Paulo cujo título era “Victor Civita colloriu”.⁸⁶

A editora Três, por exemplo, que pertence a Domingos Azulgaray, publica desde 1976 a revista semanal *Istoé*, que era a principal concorrente da revista *Veja* na época. E foi a *Istoé* quem publicou, em 26 de abril de 1989, uma pesquisa do Instituto Gallup que colocava Collor na frente de Brizola e Lula nas intenções de voto. Collor visitou Azulgaray duas vezes, a primeira no início de 1989 e a segunda alguns meses depois, quando foi apresentado a Mino Carta, diretor de redação da revista.⁸⁷



Figura 10 – a revista Istoé-Senhor registra o depoimento do motorista Eriberto França na CP

Mais tarde, em 1992, a revista também teve participação importante no desfecho da CPI ao divulgar o vínculo de PC Farias com Collor, por meio do pagamento de suas despesas pessoais, em uma entrevista exclusiva com o motorista Francisco Eriberto Freire França.

A Rede Bandeirantes de rádio e televisão é de propriedade de João Saad e foi a introdutora dos debates dos candidatos majoritários na televisão. Em 1989, durante a campanha do primeiro turno, a TV Bandeirantes realizou quatro *Encontros dos Presidenciáveis*, todos eles sem a presença de Collor de Mello. O *Canal Livre*, tradicional programa de entrevistas também debateu temas específicos com os representantes dos candidatos (menos o do candidato do PRN). Leopoldo Collor

⁸⁵ MENDES, J. B. P. **A CPI do PC e os crimes do poder**. Rio de Janeiro: Foglio Editora, 1992, p. 18.

⁸⁶ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 78 e 178.

⁸⁷ São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 176.

chegou a processar a rede e a Fernando Mitre, diretor de jornalismo, pelos ataques sofridos por Collor no *Canal Livre*.⁸⁸

O grupo Estado, que tem a família Mesquita como proprietária, publica o tradicional jornal *O Estado de São Paulo* e também o jornal *Folha da Tarde*. Pertence ao mesmo grupo as rádios *Eldorado AM e FM* e a produtora e distribuidora de notícias, *Agência Estado*. Na redação do jornal *Estadão*, o segundo maior do País em circulação em 1989, trabalhavam 260 jornalistas e mais 300 na *Agência Estado*.⁸⁹



Figura 11 – a *Veja* ilustra a troca de comando no Grupo Estado.

Fonte: Revista *Veja*, n. 1.012, de 27/1/1988, p. 86.

Fundado em 1875 por um grupo de republicanos, com o nome A Província de S. Paulo, durante os seus mais de cem anos de existência, afirma Conti, o jornal sempre esteve envolvido a fundo na história política do país, “defendendo as convicções liberais da família proprietária e espelhando os interesses de um setor poderoso do empresariado e da classe média paulistas”.⁹⁰

Outro periódico de abrangência nacional é *A Folha de São Paulo*, de propriedade de Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Também integravam o Grupo Folha da Manhã e 1989: o *Instituto Datafolha* (pesquisas); o jornal *Folha da Tarde*; a *Agência Folha*; e, a gráfica *Plural*. Nesse ano, *A Folha de São Paulo*, fundada em 1921 por Olavo Olívio Olival Costa, era o jornal brasileiro que a maior tiragem de exemplares aos domingos e tinha 331 jornalistas em sua redação. Conti afirma que os levantamentos jornalísticos que mais expuseram Collor durante a campanha presidencial de 1989, foram os realizados pela *Folha*. Na matéria sobre a sua

⁸⁸ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 246.

⁸⁹ _____, _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 173.

⁹⁰ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras,

desincompatibilização do governo de Alagoas, o repórter Ricardo Amaral registrou uma carreatá à beira-mar em que as pessoas cantavam uma musiquinha composta para a ocasião: “*Vai, mas vai de uma vez. O inferno é pouco para o que você fez*”.⁹¹

O imigrante russo Adolpho Bloch, ergueu a partir de 1952 o Grupo Bloch do qual fizeram parte 2 gráficas, teatro, editora e distribuidora de livros didáticos, fábrica de tintas, a rede Manchete de rádio (12 emissoras) e televisão (5 emissoras). O carro chefe era a revista *Manchete* que chegou a concorrer em importância, nas décadas de 1960 e 1970, com a revista *O Cruzeiro*. Outras 13 revistas como *Fatos&Fotos*, *Ele&Ela* e *Geográfica Universal* também faziam a parte do portfólio da editora Bloch. A concessão de televisão foi ganha em uma concorrência durante o governo Figueiredo, da qual participaram também o *JB*, a Editora Abril e Sílvio Santos, que também ganhou concessão para montar uma rede de televisão, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).⁹²

No Rio de Janeiro estão localizados dois dos mais tradicionais e influentes, até então, jornais brasileiros: *O Globo* e o *JB*.

O primeiro faz parte dos veículos de comunicação das Organizações Globo que pertence a Roberto Marinho e inclui a televisão aberta de maior audiência do Brasil, a TV Globo; a rádio *Globo AM* e *Globo FM*; uma editora com uma grande diversidade de publicações; além de gravadora e gráfica. Marinho só manifestou-se publicamente favorável ao candidato do PRN somente no início do mês de agosto de 1989. Antes, em 4 de abril de 1989, dono das Organizações Globo, assinou o editorial de *O Globo* intitulado “Convocação”. Nele, advogou que os líderes do PMDB e do PFL optassem por um nome de consenso e de renovação que oferecessem “uma alternativa melhor que a de obrigá-lo a escolher entre um projeto caudilhesco-populista e um outro meramente contestatório” – Brizola e Lula, respectivamente. O PMDB escolheu Ulysses Guimarães e o PFL, Aureliano Chaves. Não houve nome de consenso e nem de renovação, afirma Conti. Apesar do incontestável poder da Rede Globo e de seu

1999, p. 612.

⁹¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 146, 169-186, 274.

⁹² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras,

dono, capaz de influir na escolha de ministros de Estado, Conti afirma que Collor alcançou a liderança nas pesquisas de opinião, em junho de 1989, sem o apoio formal de Roberto Marinho. Embora tenha demorado a aderir à campanha, Marinho se dispôs a vencer possíveis resistências por parte de outras emissoras de TV a candidatura de Collor. No âmbito de sua empresa, ele autorizou o diretor geral da TV Globo, José Bonifácio Sobrinho, o Boni, e o jornalista Alberico Souza Cruz, segundo em importância na área de jornalismo da emissora, a contribuir, por meio de aconselhamento e orientação, para a campanha de Collor.⁹³

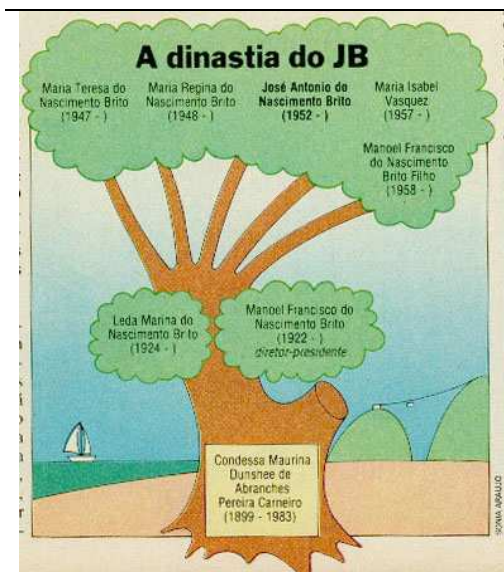


Figura 12 – a *Veja* mostra quem são os donos do Jornal do Brasil.

Fonte: Revista *Veja*, n. 1.012, de 27/1/1988, p. 87.

O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891, mais conhecido como *JB*, pertencia a condessa Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro. Seu genro, Manoel Francisco do Nascimento Brito, assumiu a direção do jornal desde 1953, após a morte do sogro, Ernesto Pereira Carneiro. Maneco, como era conhecido, foi amigo de Arnon de Mello e, por solicitação deste, concedeu uma vaga de estágio para Fernando Collor, na sucursal de Brasília.

Na sua breve experiência como aprendiz de jornalista no final da década de 1960, Collor teve como mentores o colunista político Carlos Castelo Branco e Zózimo Barroso do Amaral. Quase vinte anos depois o editor-executivo do *JB* em Brasília, Etevaldo Dias, conhecido pelos colegas como “ET” e que em 1992 viria a ser o porta-voz de Collor com a saída de Cláudio Humberto, deu um jantar na capital com o

1999, p. 513.

⁹³ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 121, 154, 168. No final de 1988, Roberto Marinho e seu filho João Roberto Marinho, vice-presidente das organizações Globo, receberam Collor em O Globo. Collor resumiu suas idéias políticas, não pediu nada, e expressou-se com convicção e humildade. Não os conhecia pessoalmente, embora seu pai tivesse sido sócio de Roberto Marinho. Este achava que o pai de Collor, Arno, poderia ter-lhe passado a perna em alguns negócios; Leopoldo, irmão de Collor, havia sido demitido depois que foi descoberto que um subordinado seu montara uma empresa e vendia vídeos à Globo. Leopoldo começara como vendedor de anúncios do departamento comercial e chegou ao comando de sua regional mais poderosa, a Globo São Paulo. Roberto Marinho achava que Pedro Collor, por sua vez, fazia um bom trabalho a frente da afiliada da Rede Globo em Alagoas. Mas

objetivo de aproximar os seus colegas e o candidato do PRN. Em janeiro de 1988, Dias passou as férias num hotel na praia do Francês, em Maceió, na companhia de seus filhos. Na hora de pagar a conta, o atendente lhe disse que o governador já havia mandado pagar e ele não devia nada, afirma Conti.⁹⁴

Na Bahia, Antonio Carlos Magalhães, falecido em 20 de julho de 2007, que foi deputado e governador pela Aliança Renovadora Nacional, a extinta Arena, ministro de José Sarney pelo PDS e governador aliado de Collor pelo PFL, controlava o maior grupo de comunicação do Estado. A Rede Bahia é formada por rádio FM, jornal *Correio da Bahia*, produtora e emissoras de televisão (retransmite o sinal da rede Globo).

O Grupo RBS, a maior rede de comunicação do sul do Brasil, pertencia família de Maurício Sirostiky, que falecera em 24 de março de 1986. Associada à Rede Globo de Televisão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, também contava com emissoras de TV nas maiores cidades desses dois Estados. Além dos principais jornais regionais - como a *Zero Hora* (RS) e o *Diário Catarinense* (SC) - e de periódicos em cidades do interior dos dois Estados, a RBS controlava emissoras de rádio AM, como as tradicionais *Farroupilha* e *Gaúcha*, de Porto Alegre, e FM (rede *Atlântida*).

No Paraná, José Carlos Martinez era o dono da Rede OM (que reproduzia o sinal da Rede Record) composta por televisão, rádio e editora. Martinez esteve no centro de uma disputa que envolveu a rede Bandeirantes, de João Saad, PC Farias e Pedro Collor de Mello. A disputa incluiu a compra por parte Martinez do jornal *Tribuna de Alagoas*, que pertenceu ao “menestrel de Alagoas”, Teotônio Vilela, principal concorrente do jornal *A Gazeta de Alagoas*, e o posterior repasse do mesmo para PC Farias. Esse episódio foi uma das motivações das denúncias de Pedro Collor que serviu de base para a *CPI do PC*.⁹⁵

implicara com as roupas de Collor e continuaria ainda sem candidato.

⁹⁴ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 44 e 124-126. p. 154.

⁹⁵ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 619.

As relações de Collor de Mello com os barões da imprensa eram mais próximas do que as de Lula. Seu irmão caçula, Pedro Collor trabalhou no *Estadão* como jornalista. O seu irmão mais velho, Leopoldo Collor, foi diretor da rede Globo, no Rio de Janeiro. Ele próprio foi estagiário do *Jornal do Brasil*. Seu pai foi sócio de Roberto Marinho e era amigo de Nascimento Brito, do *JB*. Nas visitas que fez as redações de jornais e revistas, Collor só se sentiu desconfortável nas duas feitas à redação da *Folha de São Paulo*. Na primeira, nem Octávio Frias de Oliveira e nem o diretor de redação, Otávio Frias Filho, estavam presentes. A segunda visita, em que Collor foi acompanhado do empresário Olacyr de Moraes, amigo de Frias, foi realizada num final de tarde, horário tradicionalmente marcado pela agitação e tensão nas redações pelo *fechamento* diário dos jornais. ⁹⁶

Em 2 de abril de 1987, quinta-feira, duas semanas após a posse de Collor, vai ao ar o programa *Globo Repórter* sobre as dificuldades encontradas pelos novos governadores com a inoperância e o inchaço da máquina pública, mostrando casos como o da prefeitura de Fortaleza/CE e dos Estados de Alagoas e Rondônia. Por recomendação de Cláudio Humberto, seu assessor de imprensa, Collor havia procurado Alberico Souza Cruz, segundo na hierarquia do jornalismo da *Globo*, para falar sobre as medidas administrativas que estava implantando no Estado contra os “marajás”. O Governador prontificou-se a ceder imagens da *TV Gazeta*, de sua família e afiliada à *Rede Globo*, mostrando as filas de funcionários nas repartições depois que ele determinara o comparecimento de todos os servidores estaduais aos seus locais de trabalho.

Collor não teve privilégios no *Globo Repórter*. Da hora de duração do programa, menos de dez minutos foram dedicados a Alagoas. As imagens e as frases de Collor não chegaram a um minuto. Não teve mais tempo que Maria Luiza Fontenelle, a prefeita petista de Fortaleza, que acompanhou Francisco José num passeio pelas mazelas da capital cearense. Não foi o único governador a atacar os marajás: o de Rondônia, Jerônimo Santana, também fez denúncias. ⁹⁷

No domingo seguinte Collor estava na primeira página do *JB* falando sobre as mudanças que ele estava implantando no governo de Alagoas. Ele foi entrevistado por

⁹⁶ _____, São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 177.

⁹⁷ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 41-43.

Ricardo Setti, cujo irmão caçula fora colega do candidato do PRN em Brasília, e a matéria foi redigida a quatro mãos, junto com Augusto Nunes, então chefe da sucursal do JB em São Paulo. Na abertura da reportagem foi feita uma descrição da imagem que Collor teria na imprensa pelos próximos dois anos:

Como impetuoso lutador faixa-preta de karate que é, ele investe com golpes fulminantes e certeiros contra vários adversários ao mesmo tempo. Só a devassa que determinou contra os inacreditáveis marajás do funcionalismo público local já seria suficiente para catapultá-lo ao primeiro plano da política nacional, como de fato aconteceu. Mas isso é pouco para o mais jovem governador de Estado do Brasil. Imprimindo velocidade de furacão a uma gestão que mal chegou a três semanas, ele mandou reabrir os primeiros e empoeirados inquéritos sobre os 800 assassinatos impunes cometidos pelo chamado “sindicato do crime”, partiu para o saneamento das falidas finanças do estado, desafia o poder dos usineiros do açúcar que dominam 70% da economia alagoana e, de quebra, tem pronto para detonar um plano de reforma agrária que pode servir de modelo para o país.⁹⁸



Figura 13 – Collor posa para a reportagem da *Veja* sobre a “praga” do funcionalismo público
Fonte: Revista *Veja*, n. 971, de 15/4/1988, p. 95.

A *Veja* n. 971, do dia 15 de abril, tinha como segunda chamada de capa “Funcionalismo: a praga dos marajás”, publicada nas páginas 94 e 94 da revista. Para falar sobre suas ações no combate aos “marajás” de Alagoas, Collor foi fotografado em seu gabinete e colocado em destaque, no centro da página 95. Ele foi apresentado como o ex-malufista convertido ao PMDB e que surpreendeu até mesmo seus correligionários com a campanha de moralização que detonou na administração pública de Alagoas após a sua posse.

Na semana seguinte, ele é o personagem da semana na tradicional entrevista das páginas amarelas (5, 6 e 8) na *Veja*, n. 972. Na manchete da entrevista ele afirmava que iria acabar com os “marajás”. No corpo da matéria, ele disse que “os marajás desafiam qualquer poder”.

A matéria destaca a sua herança política e atuação profissional: “neto de um Ministro do Trabalho, filho

98 . . . São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 46.



Figura 14 – Collor posa para a entrevista que a *Veja* publicou nas páginas amarelas.
 Fonte: Revista *Veja*, n. 972, de 22/4/1988, p. 5.

de um ex-governador de Alagoas (...). Jornalista, é dono da rede de comunicação mais importante de seu Estado”. Collor foi questionado tanto por sua ligação com os usineiros e com os ex-governadores que agora criticava, Divaldo Suruagy e Guilherme Palmeira, quanto pela contratação de três mil funcionários ao deixar a prefeitura de Maceió. Ele afirmou também, e sem ser questionado, que o seu candidato a presidente da República era Mário Covas. Mostrou-se favorável a eleição direta e a um mandato de apenas quatro anos para o presidente Sarney, em exercício.

Mas perguntado se sonhava em ser candidato a vice-presidente, numa possível composição com Mário Covas, o futuro presidente disse que “essa coisa é mais distante que a lua, antes que inventassem os foguetes da Nasa”. Ainda em 1987, o editor especial Luiz Antônio Maciel entrevista Collor para a edição de outubro desse ano da revista *playboy*, revista masculina de origem americana cuja versão brasileira era publicada pela Editora Abril assim como a *Veja*.

Collor encerrou sua presença na imprensa escrita no ano de 1987, com uma entrevista de seis páginas à revista *Senhor*, dirigida por Mino Carta. O tema único da matéria feita pelo jornalista José Carlos Bardawil foi à política e teve o título de “Bateu, levou”. Collor afirmou que Sarney encarnava a típica figura de um ditador sul-americano, defendeu a candidatura de Covas à Presidência. Questionado se era candidato também, ele disse que não embora de vez em quando tivesse vontade de ser para acabar com a bandalheira, a ineficiência, a roubalheira e a podridão.⁹⁹

⁹⁹ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 82-83.

Depois de retornar da viagem à China, no início de 1988, e tendo a Presidência do Brasil como objetivo, Collor buscou aparecer o máximo possível na imprensa, em qualquer veículo e sob qualquer contexto. Ele seguia uma recomendação expressa de Marcos Coimbra com a qual concordava plenamente. Já no desembarque do avião ele declarou que Sarney havia batido a carteira da história.¹⁰⁰



O governador Fernando Collor de Mello, diante do Palácio do Planalto: "Alagoas"

Figura 15 – Collor posa em frente ao Palácio do Planalto para reportagem da *Veja*.

Fonte: Revista *Veja*, n. 1.012, de 27/1/1988, p. 27.

Em janeiro de 1988 a *Veja* publica matéria sobre a falta de dinheiro enfrentada pelos Governadores. Collor se submeteu, por exigência do editor, a ser fotografado em frente ao palácio do Planalto, puxando os bolsos para fora das calças para simbolizar os cofres vazios do seu Estado. Collor afirmou que o corte das verbas federais para Alagoas era uma retaliação por parte do poder central porque fora o único governador do PMDB a manifestar-se contra o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, durante reunião realizada pelos governadores, no Rio de Janeiro, que aprovou resolução de apoio à proposta de emenda parlamentar.

Em janeiro de 1988, Fernando Collor anunciou a intenção de disputar com o deputado Ulisses Guimarães na convenção do PMDB o direito de se candidatar pelo partido a presidente da República.

Mas à medida que intensificava as críticas a Sarney e dava freqüentes entrevistas como o único governador a defender o mandato presidencial de quatro anos - opção

100 SILVA, C. H. S. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou.** 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 374. Fora em Pequim, na noite de 17 de dezembro de 1987, mais precisamente no jantar oferecido pelo vice-primeiro ministro Chinês à comitiva alagoana no restaurante O Pato Laqueado, que Collor teria sido lançado por Cleto Falcão, inicialmente em tom de brincadeira, como candidato majoritário a eleição presidencial de 1989. Do jantar, e da comitiva, faziam parte o jornalista Cláudio Humberto, os deputados Cleto Falcão e Renam Calheiros, Francisco Mello (primo de Collor e presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas), Francisco Hélio Jatobá (Secretário da Indústria e Comércio) e Pedro Paulo Leoni Ramos (amigo de Collor dos tempos de Brasília), todos devidamente acompanhados de suas esposas. Segundo Cláudio Humberto, essa teria sido a primeira vez que a possibilidade da candidatura de Collor foi citada pelo seu círculo mais próximo.

preferida pela maioria da população segundo as pesquisas de opinião, suas relações com o PMDB se deterioravam. Quando a Constituinte, afinal, optou pelo mandato de cinco anos para Sarney, Fernando Collor acusou-o de ter usado o poder e o dinheiro público para obter aquele resultado. Ameaçado de processo judicial pelo presidente, deixou o PMDB.¹⁰¹

Menos de um mês depois, por sugestão de Cláudio Humberto, durante o carnaval, Collor percorreu caminhando a Avenida Marquês de Sapucaí, após o desfile de carnaval da Imperatriz Leopoldinense, e foi cumprimentar os integrantes da escola de samba que fizera alusão aos “marajás” no seu enredo. Ele foi aplaudido do início ao fim da caminhada e na quarta-feira de cinzas, 17 de fevereiro, sua foto acenando para a multidão estava nos jornais. O *JB*, também publicou uma foto de Fernando Collor acenando para os populares que assistiam ao desfile de carnaval nas arquibancadas da Avenida Marquês de Sapucaí na segunda noite de desfiles. O diferencial era que o jornalista Ricardo Boechat descobrira um dossiê do Serviço Nacional de Informações (SNI), sobre o governador de Alagoas e o jornal colocou sobre a foto de Collor uma manchete inusitada: *SNI espiona Collor e o compara a Al Capone e Goebbels*. Na manhã de quinta-feira Collor foi a Brasília e pediu audiência com o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, que a marcou e cancelou. Cláudio Humberto convocou a imprensa e Collor telefonou do saguão para o general que não o atendeu. Collor foi manchete novamente nos jornais de todo o país. E mais uma vez, como destaca Conti, na figura do político corajoso, impaciente com as tramóias do poder, de passado limpo e sem nada a ocultar.¹⁰²

¹⁰¹ Opção premiada. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, n. 1.012, p. 2, 27 jan. 1987.

¹⁰² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 98-109.



Figura 16 – Collor é ovacionado pela multidão presente ao desfile de carnaval de 1988, no Rio de Janeiro.
Fonte: Revista **Veja**, n. 1.016, de 24/2/1988, p. 25.

A revista *Veja*, em um quadro com o título “Um dossiê de festim”, também registrou a ida de Collor ao SNI e a sua ovação no carnaval carioca na semana anterior com a uma foto e a legenda: “Collor na Marquês de Sapucaí: Carnaval de protesto”. No corpo da matéria, a revista afirmava que o dossiê não passava de um “amontoado de denúncias de jornais de Alagoas”. Conforme a revista, o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, só tomou conhecimento do assunto pela imprensa.

E afirmava que “o governador de Alagoas começa a exibir um comportamento em que o gosto pelo sensacionalismo se mistura com recursos da demagogia mais vulgar”. Ao final do texto, *Veja* acusava Collor de assumir uma atitude que ele denunciava como sendo própria do SNI: insidiosa e irresponsável.¹⁰³



Figura 17 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.020, de 24/2/1988.

Entretanto, menos de um mês depois, em 23 de março, Collor apareceu em destaque na capa da edição n. 1.020 da revista como o “Caçador de Marajás”, fotografado por Ubirajara Dettmar, da sucursal de Brasília da revista. O mote da matéria era a recusa do “gerente de Alagoas” em cumprir uma decisão do STF que, consultado por ele, considerava legais os benefícios salariais dos “marajás” alagoanos. O Estado sofria o risco de intervenção federal e *Veja* afirmava que Collor estava “numa posição insustentável e incorreta, por melhor que seja a intenção que o move”.

¹⁰³ Um dossiê de festim. *Veja*. São Paulo: Ed. Abril, n. 1.016, p. 25, 24 fev. 1987.

A revista ironizava a pretensão do governador em ser o próximo presidente do Brasil como o fora o alagoano Marechal Deodoro da Fonseca. No entanto, o senador alagoano Teotônio Vilela Filho (PMDB), achava que a briga poderia ser boa para o governador: “Se houver intervenção federal para garantir os salários dos marajás, ele [Collor de Mello] poderá ser o próximo presidente da República”. No corpo da reportagem, Luiz de Gonzaga Mendonça de Barros, consultor-geral da Assembléia Legislativa de Alagoas, o ex-deputado e ex-secretário de Collor no governo de Alagoas, Mendonça Neto (PMDB/AL); Divaldo Suruagy (ex-governador); e, Ibraim Sued (ex-chefe de Collor durante o seu estágio no *JB*), fizeram críticas fortes a ele. O único a elogiá-lo foi Maluf por sua lealdade no colégio eleitoral do congresso federal que elegeu o candidato da oposição ao regime, Tancredo Neves. A revista também mostrou partes de uma pesquisa elaborada pelo instituto Vox Populi no sul e no sudeste que mostrava Collor em 2º na preferência do eleitorado.¹⁰⁴

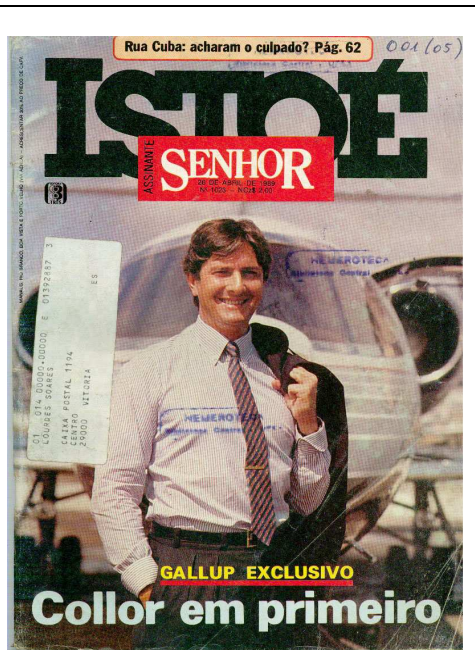


Figura 18 – reprodução da capa da revista *Istoé-Senhor*, n. 1.023, de 26/4/1988.

No dia 30 de março Collor participa do programa de televisão de lançamento do PRN, antigo PJ. No final de abril, dia 26, a revista “*ISTOÉ-Senhor*”, da Editora Três, publica uma pesquisa eleitoral do Instituto Gallup, de Belo Horizonte/MG - do qual o filho do primeiro casamento do embaixador Marcos Coimbra (cunhado de Fernando Collor) e amigo de adolescência do Presidente, Marcos Antônio Coimbra era sócio. Collor aparecia em primeiro lugar e a matéria publicada pela revista teve repercussão imediata na imprensa.¹⁰⁵

¹⁰⁴ A guerra ao turbante. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, n. 1.020, p. 38-44, 23 mar. 1987. No conteúdo da matéria de 7 páginas foram publicadas 3 fotos de Collor (uma no Palácio dos Martírios, uma de sua audiência com o Papa João Paulo II e outra de sua juventude, quando era lutador faixa-preta de karatê. Também foi publicada uma foto uma de Rosane, sua mulher, dirigindo um carro cuja placa tinha as iniciais do nome de Collor (FC) e duas de seu pai Arnon, no depoimento sobre o episódio do assassinato do senador Kairala, em 3 de dezembro de 1963, por este último.

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 53.

No levantamento realizado, Lula aparecia em terceiro lugar na preferência do eleitorado, com 10,2% das intenções de voto. Brizola aparecia em segundo lugar, com 12,3% e Fernando Collor assumia o primeiro lugar na corrida eleitoral com 13% das intenções de voto.

Também em 26 de abril, O jornalista Luiz Maklouf Carvalho, do *JB*, fez uma matéria sobre a filha de Lula, Lurian – na época com 15 anos - com Miriam Cordeiro. Maklouf, simpático ao PT e a Lula, foi editor do jornal *Resistência*, no Pará, e chegou a ser preso e “torturado no Ministério do Exército”. Em 1988 foi convidado para ser repórter do *JB*, no Rio de Janeiro. Na entrevista, Miriam afirmou que votaria em Fernando Collor e Lurian falou carinhosamente do pai. Lula não gostou da matéria e nem da divulgação de questões pessoais dos candidatos, embora o seu assessor de imprensa, Ricardo Kotscho a elogiasse achando que era “muito digna”. A repercussão da matéria foi positiva.¹⁰⁶

No dia seguinte, Collor participa do programa de televisão do PTR e poucos dias depois está no do PSC. Em 15 de maio de 1989, Collor deixa o governo de Alagoas para disputar a eleição presidencial sob comemoração popular em Maceió. Os três programas eleitorais na televisão e as verbas publicitárias locais surtiram efeito.

No entanto, o jornalista Ricardo Amaral, da Folha de São Paulo, também registrou uma carreato à beira-mar, em Alagoas, na qual as pessoas cantavam uma musiquinha composta para a ocasião: “*Vai, mas vai de vez, O inferno é pouco, Para o que você fez*”. No final de maio, Roberto Marinho negou a *Veja* que estivesse apoiando o candidato do PRN. “A Globo não está apoiando Collor, está apenas noticiando os fatos relacionados com o candidato que está na frente”.¹⁰⁷

Para atacar Brizola e Guilherme Afif Domingos, do PL, Collor utilizava o jornalista Sebastião Nery. Segundo Conti, de julho a outubro de 1989 Nery recebeu seis mil dólares por mês e em novembro e dezembro, foram oito mil dólares. Nery publicava

¹⁰⁶ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 131-135.

¹⁰⁷ São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 146 e 165.

artigos ligando Brizola ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro e apresentando Afif como o candidato da FIESP. ¹⁰⁸

Por meio de PC Farias, dinheiro também não foi problema para a equipe de Collor. Os do primeiro escalão, como Cláudio Humberto, Zélia e Belissa Ribeiro, receberam a partir de julho de 1989 30 mil dólares líquidos por mês e mais as despesas de aluguel, hospedagem transporte e alimentação. O instituto de pesquisas Vox Populi recebeu 940 mil dólares. Alcení Guerra recebeu três milhões de dólares para montar o sistema de acompanhamento de votação. O programa de televisão da campanha consumiu outros 20 milhões de dólares. Conti afirma que a imprensa não percebeu a importância de PC Farias na eleição, mas relata que o editor-chefe do *JB*, Marcos Sá Correa recebeu um telefonema na véspera de votação do segundo turno. Era Eduardo Bandeira, um psicanalista de Maceió que conhecera por meio de sua esposa Ângela, também psicanalista. Bandeira disse que Collor era um ladrão e PC Farias o chefe da quadrilha. ¹⁰⁹

Em entrevista a Néri Vitor Eich, da *Folha de São Paulo*, publicada no dia 28 de julho, o dono da Globo, jornalista Roberto Marinho afirmou não acreditar que Covas tivesse condições de se eleger e julgou Collor mais assentado, mais ponderado e mais equilibrado, com suas boas idéias privatistas. Se ele, Collor, continuasse nesse caminho, Marinho afirmou que iria influir o máximo a favor dele. Na ocasião, Collor de Mello já detinha 40% das intenções de voto e Covas apenas oscilava entre os 5 e 7%. ¹¹⁰

A edição n. 1.099 da revista *Veja*, de 4 de outubro de 1989, com tiragem de 848.719 exemplares, tinha como principal manchete de capa a guerra no Líbano. Mas Collor também estava em destaque na capa, na matéria que avaliava a evolução das

¹⁰⁸ _____, São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 156. Os artigos eram publicados na Tribuna de Imprensa e depois reproduzidos como anúncios nos jornais fluminenses *O Dia*, *O Globo* e *JB*. Nesse período Nery continuou recebendo o seu salário de Assessor do Ministério da Cultura. A revista *Veja* publicou uma pequena matéria sobre o assunto, destacando que o caçador de marajás tinha um marajá na sua assessoria já que recebia sem trabalhar.

¹⁰⁹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 293-294.

¹¹⁰ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 167-168.

intenções de votos registradas pelas pesquisas eleitorais. Seus números estavam em queda, afirmava a manchete.



Figura 19 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.099, de 4/10/1989.

A matéria, da editoria Brasil, destacava a polarização entre Collor e Brizola e também os índices de Maluf, Lula, Afif e Covas (1º a 6º colocados na intenção de votos) levantados pelos institutos de pesquisa Datafolha, Ibope e Gallup. O texto colocava que Collor já estava garantido para o segundo turno da eleição e mostrava o desconforto deste com duas articulações supostamente feitas por Roberto Marinho para prejudicá-lo promovendo Covas e ajudando na ascensão de Afif.

Outros candidatos destacados foram Brizola, fotografado junto com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e os candidatos Ulysses e Covas, com viés negativo, e Maluf, que teria tido uma semana favorável, os três últimos em matérias subseqüentes a principal sobre a eleição.¹¹¹

Ao analisar o discurso de Collor, a doutora Olga Tavares faz referência a um artigo do jornalista Ricardo Seti, publicado em 30 de outubro de 1989, no *JB*. Seti comparou Collor a um “vídeoclip político ao vivo”. O deputado Renan Calheiros dizia na matéria que “a rapidez faz com Fernando mostre ao povo uma capacidade única de se multiplicar”. Ela também observa que Collor teve uma postura televisiva na campanha: “pronunciamentos curtos, presenças sempre meteóricas e apoteóticas, e atitudes que o colocavam sempre como um herói, um forte”.¹¹²

¹¹¹ Editoria de Brasil. Um degrau abaixo. *Veja*. São Paulo: Ed. Abril, n. 1.099, p. 48-55, 4 out. 1989. 170 p.

¹¹² TAVARES, O. *Fernando Collor. O discurso messiânico. O clamor ao sagrado*. São Paulo, Annablume editora, 1998, p. 33.

O artigo de Seti, destacado pelo editor-chefe do *JB*, Marcos Sá Corrêa, para acompanhar Collor durante a cobertura da campanha eleitoral começava em um quadro da primeira página e continuava dentro do jornal:

Para o grande teórico da comunicação Marshall MacLuhan, como se sabe, o meio é a mensagem. Para Fernando Collor de Mello, a campanha é a mensagem. Basta seguir o candidato em sua busca pelos votos pelo país para perceber que são os símbolos emitidos pela campanha, muito mais que os discursos que comunicam a mensagem de Collor. É por meio de seu comportamento, de seus gestos, de suas atitudes, de música, barulho e luz que Fernando Collor de Mello passa ao eleitorado, seja ou não verdade, o que pretende ser sua marca – juventude, força, resistência, coragem.¹¹³

Mas apesar de ter uma postura televisiva, como destaca a doutora Olga Tavares, o candidato do PRN não foi a nenhum dos debates no primeiro turno. Por estar na liderança das pesquisas e diante da possibilidade de ser questionado com maior agressividade, pondera Conti, quem mais poderia perder se participasse deles era Fernando Collor. Nas duas eleições presidenciais seguintes, em 1994 e em 1998, o candidato Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, que aparecia em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais e seria posteriormente eleito presidente, também procurou se preservar politicamente não participando dos debates televisivos.¹¹⁴

Além dos debates, chamados de “*Encontros dos Presidenciáveis*”, a TV Bandeirantes também entrevistava os candidatos no *Canal Livre*, onde Collor não compareceu apesar dos esforços de Fernando Mitre, diretor de jornalismo da rede, em convidá-lo. A rede Globo, apesar do apelo feito por Brizola quando entrevistado no programa *Palanque Eletrônico* da emissora, não organizou um debate entre os candidatos.

Entretanto a realização de um debate entre os candidatos à presidência promovido pela rede Globo ainda no primeiro turno eleitoral chegou a ser anunciado pelo seu diretor de jornalismo, Armando Nogueira, em 4 de setembro. Uma semana depois foi suspenso pelo próprio dono da Globo, o jornalista Roberto Marinho, alegando que sem a presença de Collor não haveria debates na sua emissora. Poucos dias depois dessa declaração, a organização de um debate na Globo seria anunciado novamente

¹¹³ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 191.

¹¹⁴ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras,

pelo *Jornal Nacional*. Finalmente, a emissora cancelou a iniciativa sob a alegação de que encontrou dificuldades em reunir todos os candidatos.¹¹⁵

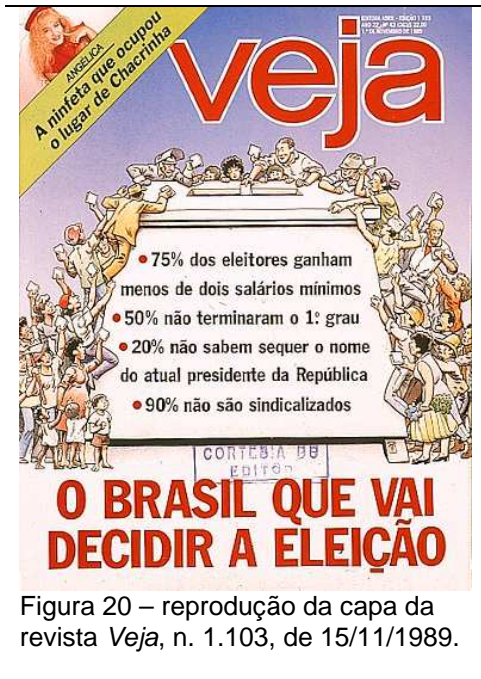


Figura 20 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.103, de 15/11/1989.

Na semana da eleição em primeiro turno, em 15 de novembro, a revista *Veja* apresentava na capa da sua edição n. 1.103, um resumo do perfil do “Brasil que vai decidir a eleição”. Os índices referentes a renda salarial, educação e sindicalização eram os principais destaques. 20% dos eleitores não sabiam o nome do presidente da República da época e a metade deles nem sequer terminara o ensino básico. A grande maioria não era sindicalizada e um terço dos eleitores ganhava menos do que dois salários mínimos.

Para o segundo turno da eleição de 1989, as quatro redes de televisão – Globo, SBT, Bandeirantes e Manchete – celebraram um acordo para organização e transmissão de dois debates. O primeiro deles foi ao ar na noite de domingo, 3 de dezembro, e foi realizado no estúdio da Manchete, no Flamengo (Rio de Janeiro/RJ). O debate durou 2 horas e 45 minutos e na quinta-feira seguinte, 7 de dezembro, o instituto Datafolha divulgou o resultado de uma pesquisa: 39% dos telespectadores consideraram Lula vitorioso e 35% acharam que Collor fora o vencedor.

A pedido de Roberto Marinho, alguns dias depois do debate o vice-presidente de Operações da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, fez uma análise da atuação de Collor no debate e apresentou-a a equipe de Collor. Ele disse que Collor deveria aquecer-se antes, falar devagar e enfatizar a fala com gestos das mãos e expressões faciais e levar várias pastas. Elas poderiam significar que Collor dominava vários assuntos ou que teria mais denúncias contra Lula. E nunca citar o nome deste, apenas uma expressão neutra como “o outro candidato”. Na primeira

1999, p. 248.

¹¹⁵ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 248-249.

pesquisa do Ibope após o debate, sobre as intenções de voto do eleitorado no segundo turno, Lula subiu de 37 para 40% e Collor caiu de 52 para 49%.¹¹⁶

Duas semanas antes da eleição em segundo turno houve uma crise no comando da campanha televisiva do PRN. Belisa Ribeiro se demitira depois de ser criticada por Leopoldo, irmão mais velho de Collor, mas voltara atrás por insistência do candidato. Mas Leopoldo impôs um novo colaborador, Chico Santa Rita. Collor reclamava que estava “levando porrada do PT há uma semana e ninguém consegue fazer um programa decente”. Na segunda-feira, 10 de dezembro, técnicos contratados por Chico Santa Rita gravaram um depoimento de Miriam Cordeiro, ex-namorada de Lula e mãe de Lurian, com fortes acusações contra o candidato do PT. O depoimento de Miriam foi ao ar na noite de terça-feira. A jornalista Maria Helena Amaral, que trabalhara com Leopoldo na filial da TV Globo, em São Paulo, e que fora contratada por este para ajudar na campanha de Collor, distribuiu uma nota a imprensa na quarta-feira afirmando que o depoimento foi pago. Conti afirma que ela foi aconselhada pelo diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, a deixar o país junto com seu filho depois de receber telefonemas ameaçadores. O depoimento abalou o candidato do PT, mas Lula decidiu não expor sua filha no programa do partido falando mal da própria mãe.¹¹⁷

A passagem de Collor para o segundo turno em oposição a Lula lhe rendeu o apoio daqueles a quem supostamente ele mais criticava: os poderosos. Ao discorrer sobre o principado civil, Maquiavel disse que a “ascensão dependerá ou do apoio do povo, ou do apoio dos poderosos”.

O governo emanará do povo ou dos poderosos, conforme as ocasionais possibilidades de um ou de outros: os grandes, em não podendo visivelmente resistir ao povo, começam a firmar a reputação de um dos seus, e fazem-no príncipe para que, à sua sombra, possam saciar seu apetite.¹¹⁸

¹¹⁶ _____, _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 250-257.

¹¹⁷ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 235-242.

¹¹⁸ MACHIAVELLI, N. B. de. **O Príncipe** / Maquiavel. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 45.

O apoio dos poderosos tanto pode ser verificado pelo perfil das alianças partidárias conquistadas por Collor quanto pelo volume e a origem dos recursos financeiros arrecadados pela sua campanha e divulgados pela imprensa.

Ocorreram duas mudanças radicais na campanha de Collor por decisão exclusiva deste e que foram fundamentais para a sua vitória, afirma Figueiredo. A primeira foi a de colocar no ar o depoimento de Miriam. A segunda foi a radicalização ideológica, optando por definir claramente o candidato do PT como comunista. Principalmente ao afirmar que o PT iria confiscar a poupança, pois mexia com valores muito arraigados na sociedade brasileira, pondera Figueiredo.¹¹⁹

Com efeito, o desempenho de Lula no segundo debate foi fraco e inseguro. Ele estava visivelmente abatido e Collor soube tirar proveito disso, conseguindo passar uma imagem de segurança e de vencedor. O candidato do PRN colocou em prática os conselhos oferecidos pelo vice-presidente de Operações da Rede Globo, o Boni, em uma conversa com a futura ministra Zélia Cardoso de Mello: controlou sua loquacidade, esforçando-se para falar devagar; enfatizou os pontos principais da fala, com expressões faciais e gestos com a mão; e, levou muitas pastas para o debate.¹²⁰

Para Conti, a eleição foi decidida na última semana, quando a imprensa esteve envolvida nos fatos principais:

Na segunda-feira [11/12] Collor foi entrevistado no Programa Ferreira Neto. Na terça, Miriam Cordeiro atacou Lula no horário gratuito do PRN e [jornalista] Maria Helena Amaral disse que ela [Miriam] foi paga ao JB e à Folha. Na quarta, o PRN repetiu o depoimento de Miriam, Lula apareceu ao lado de sua filha Lurian no horário do PT e Plínio de Arruda Sampaio falou no programa de Ferreira Neto. Na quinta-feira, as quatro grandes redes transmitiram o debate entre Collor e Lula. Na sexta, o *Jornal Nacional* deu 1m12 a mais para Collor no seu resumo do debate.¹²¹

De fato, o episódio envolvendo a edição, para o *Jornal Nacional*, do último debate realizado na *TV Globo*, antes do 2º turno da eleição presidencial de 1989, merece

¹¹⁹ FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994, p. 61-62.

¹²⁰ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 257.

¹²¹ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 275.

uma atenção especial. Não só pela possível influência exercida sobre uma parcela considerável dos eleitores como por reproduzir a complexa interação que envolveu os interesses corporativos (patronato) e as ações individuais (apresentadores, editores, chefes de jornalismo) na representação de Fernando Collor na mídia.

Atendendo a uma determinação direta de Roberto Marinho, a edição do debate, que aconteceu na noite de 14 de novembro, nos estúdios da *TV Globo* e transmitido ao vivo para todo o Brasil, foi refeita pelo jornalista Alberico Souza Cruz de forma a destacar a eventual vitória de Collor, dando-lhe um minuto e doze segundos a mais que Lula na edição do debate noticiada no *Jornal Nacional*. Na verdade, o próprio presidente das *Organizações Globo*, Roberto Marinho, mandou reeditar a versão apresentada no telejornal vespertino da emissora, o *Jornal Hoje*, para deixar claro que Collor havia se saído melhor que Lula. Entretanto, segundo Conti, ele não teria determinado, de forma direta, que isso resultasse em diferença de tempo a ser dada a um dos candidatos, mais especificamente ao candidato do PRN. A nova edição do debate foi veiculada no principal telejornal da emissora, o *Jornal Nacional*, na noite do feriado de 15 de novembro, sexta-feira, e véspera da realização do segundo turno da eleição presidencial de 1989.¹²²

Para finalizar a semana, no dia 16 de dezembro, sábado e véspera da eleição em segundo turno, a imprensa também deu grande destaque à prisão dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz e ao fato de que estes teriam no cativado farto material de

¹²² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 267. Ao comentar o impacto do livro de Conti *“Notícias do Planalto. A Imprensa e Fernando Collor”*, Alberto Dinnes reproduziu em seu blog o artigo dos jornalistas Ascânio Seleme e João Domingos, publicado no jornal *O Globo* em 27 de novembro de 1999. No texto dos jornalistas, Alberico contesta a afirmação de Conti: “Se ele diz que a responsabilidade pela edição é minha, ele está mentindo – afirma. – Ainda não li o livro. Mas tenho uma certeza: os patrões devem ter ficado muito bem. Insisto que a edição foi totalmente correta. E não tive responsabilidade. Incorreta foi à edição do *Hoje*”. Ainda no mesmo texto, os jornalistas transcrevem uma acusação feita a Alberico Souza Cruz pelo diretor de jornalismo da *Rede Globo* na época, Armando Nogueira: “Eu disse ao Alberico que reproduzisse no *Jornal Nacional* a versão que tinha ido ao ar no *Jornal Hoje* e que era absolutamente correta – conta Nogueira. – Por conta própria, o Alberico e o Ronald de Carvalho modificaram a versão, distorcendo os fatos. Duvido que o doutor Roberto tenha dado esta orientação. Isto foi feito lá embaixo, nos porões do telejornalismo”. Nogueira conta ainda que, depois da exibição do debate, disse a Roberto Marinho que a edição fora muito infeliz e tomou providências, tirando Alberico da organização da pauta do *Jornal Nacional* por ele não merecer mais sua confiança. O artigo dos jornalistas Ascânio Seleme e João Domingos foi publicado na edição de 27 de novembro de 1999, no jornal *O Globo*.

propaganda de Lula. Nas emissoras de rádio foram feitas insinuações de que petistas teriam participado do seqüestro.

No mesmo dia, os artistas da TV Globo protestaram na porta da emissora, pela forma como a empresa estava se comportando em relação à eleição presidencial: “Marinho, Marinho, não seja tão mesquinho!” gritavam centenas de artistas e entre eles o ator Paulo Betti e as atrizes Marieta Severo, Joana Fomm e Tássia Camargo, além do compositor Chico Buarque. As investigações que se seguiram, não provaram nenhum envolvimento de algum militante do PT. Os seqüestradores disseram em juízo que foram torturados por policiais civis e forçados a vestir camisetas do PT antes de serem apresentados a imprensa.¹²³



Figura 21 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.110, de 24/12/1989.

Em 1989, uma parcela considerável dos cidadãos brasileiros era incapaz, objetivamente, de ler. A plena liberdade de opção, embora de tempo recente, tinha garantias constitucionais. Por sua vez, a imprensa, também de forma objetiva, era livre para desenvolver as suas ações. Ao registrar a vitória de Collor na eleição presidencial, a revista *Veja* chamava a atenção para a realidade a ser enfrentada pelo presidente eleito: um país dividido.

¹²³ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 270-278.

Terceiro capítulo: A satanização

Já se disse que o revolucionário, desde que triunfa e se estabelece para governar se torna uma caricatura.

Balandier ¹²⁴

Neste capítulo o recorte selecionado tem início a partir da posse do *Caçador de Marajás* na Presidência com o lançamento do Plano Collor até o seu afastamento, em 30 de dezembro de 1992. Essa escolha se deve porque, por meio desse plano econômico, Collor baixou um confisco geral e deixou o país em estado de choque.



Figura 22 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.123, de 28/3/1990.

O futuro do Plano Collor estava em jogo e a polícia comandada por Romeu Tuma pisoteava as leis como destacou a *Veja* n. 1.123, de 28 de março de 1990. Como não poderia deixar de ser, o pacote econômico de Collor e os seus desdobramentos foi destaque nos periódicos e nas revistas semanais. O jornal *Estadão*, por exemplo, publicou um editorial, que nas próprias palavras de Ruy Mesquita, foi o “mais irrestritamente elogioso que jamais escrevemos em toda nossa vida de jornalista”. ¹²⁵

As revistas, com mais tempo para apurar e analisar as medidas, publicaram matérias mais densas. Este foi o caso da *Veja* que destacou o plano econômico em 30 páginas da edição n. 1.123, duas semanas após a posse de Collor.

¹²⁴ BALANDIER, G. **O poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. p. 9.

¹²⁵ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 658. Conti afirma que na véspera do confisco, a secretária de Collor, Ana Acióli, sacou 63 mil dólares da conta de Collor e comprou um cheque administrativo e o depositou na conta da Wedel, uma transportadora. Cinco dias depois, a ministra Zélia Cardoso baixou uma portaria liberando os cruzados novos depositados nas contas das empresas transportadoras.

O Presidente eleito pelo PRN fez exatamente aquilo que durante a campanha acusara o PT de pretender fazer no caso de Lula ser eleito: o confisco da poupança. Mesmo assim, os editoriais publicados na imprensa foram unânimes no aplauso irrestrito ao plano.¹²⁶

A cobertura do Plano Collor começou com a presença do novo presidente do Banco Central, o economista Ibrahim Eris, na tradicional entrevista das páginas amarelas da revista. As manchetes das nove matérias publicadas retrataram desde a afirmação de Eris de que “a inflação brasileira poderá cair em breve” até a constatação do uso de “lendas arcaicas do messianismo e atitudes do absolutismo imperial na imagem da modernidade yuppie” por Collor, passando pelas “barbaridades da polícia” federal comandadas pelo delegado Romeu Tuma que também respondia pela Receita Federal.¹²⁷

Segundo uma estimativa dos banqueiros, aproximadamente 10 milhões de pessoas reuniram-se nas agências bancárias de todo o país nos primeiros dias da semana após a edição do pacote. Elas ficaram cinco dias sem dinheiro – os três do feriado bancário e mais dois do final de semana. Na segunda-feira aproximadamente 75 milhões de cheques estavam nas gavetas de compensação. A comunicação das medidas, “que se prenunciava mal parada desde os primeiros momentos, evoluiu progressivamente para um desastre completo”. As resoluções do Banco Central

¹²⁶ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 612.

¹²⁷ Títulos e subtítulos das matérias publicadas na revista *Veja* n.1.123, de 28 de março de 1990, sobre o pacote econômico de Collor: “Quero sucesso logo – O novo presidente do Banco Central garante que a inflação brasileira poderá cair em breve para um patamar de Primeiro Mundo”; “A descoberta de um outro pacote – O plano Collor tem apoio popular, mas ficou com a mancha das barbaridades da polícia”; “Uma largada difícil – Em sua primeira semana no Planalto, Collor resiste às pressões para mudar o pacote e anuncia as primeiras correções para satisfazer o Congresso”; “Truculência nas ruas – Numa sucessão de barbaridades, a Polícia Federal prende donos de supermercados, persegue gerentes de bancos e até apreende um livro”; “O cerco ao cruzeiro – No segundo momento do choque, as pessoas correm às agências em busca da nova moeda, os bancos se atrapalham e o dinheiro acaba faltando”; “A saída do nocaute – Sem pressão na válvula que injeta dinheiro, o mercado pára e abre-se no país uma discussão sobre o tamanho da recessão”; “Uma pancada pesada – A classe média paga uma conta alta com o novo pacote econômico, perde o seu pé-de-meia e adia os planos de melhorar de vida”; “Caça ao cruzeiro – Para conseguir dinheiro, a indústria e o comércio usam a criatividade, baixam os preços e apelam até mesmo para o escambo”; “Lê pacote c’est moi – Como o presidente Collor atualiza lendas arcaicas do messianismo e atitudes do absolutismo imperial na imagem da modernidade yuppie”.

tinham cerca de 250 páginas, calculou Carlos Ximenes, diretor de investimentos do Banco Crefisul, de São Paulo.¹²⁸

As principais medidas iniciais do plano Collor foram: substituição da moeda corrente – cruzado novo pelo cruzeiro; congelamento brando dos preços a partir do dia 12 de março de 1990; congelamento dos salários sem reposição da inflação de março; confisco dos saldos de contas correntes e de poupanças, das pessoas físicas e jurídicas por 18 meses, limitados os saques em até 50 mil cruzeiros; aumento das alíquotas do Imposto Sobre Operações Financeiras; aumento da maioria das tarifas públicas como combustível (57%), energia elétrica (32%), telefone (32%) e serviços dos correios (72%).

O governo também prometeu privatizar todas as empresas públicas que pudesse, cortou a maioria dos incentivos fiscais; extinguiu a maior parte das restrições às importações e instituiu o câmbio flutuante. O congelamento de preços foi previsto para durar apenas um mês. Segundo o governo, 90% das cerca de 60 milhões de contas de poupança não foram atingidas pelo plano, pois teriam saldo inferior a 50 mil cruzeiros.

No entanto, questionou a *Veja*, o movimento ocorrido nas agências bancárias, logo após a implantação do plano Collor, indicavam que essa avaliação estava errada. A revista também publicou a suspeita de que Daniel Dantas teria tido informações privilegiadas do governo e retirado 300 milhões de cruzados novos do *overnight* de uma só vez, às vésperas da edição do plano.¹²⁹

As reformas administrativas e econômicas realizadas pelo Presidente Collor, na esteira do seu plano econômico, eram contrárias a muitos interesses individuais e corporativos, tanto no âmbito das instituições públicas quanto da iniciativa privada.

¹²⁸ O cerco ao cruzeiro. **Veja**. São Paulo: Ed. Abril, p. 42-45. 28 mar. 1990.

¹²⁹ O choque de Zélia. **Veja**. São Paulo, ed. Abril. p. 60-73. 21 mar. 1990. A teoria do plano econômico foi desenvolvida pelos economistas Antônio Kandir, Álvaro Zini e Fábio Giambiagi. O plano efetivamente implementado foi desenvolvido pelos economistas Zélia Cardoso de Mello, Kandir, Ibrahim Eris, Venilton Tadini, Luís Otávio da Motta Veiga, Eduardo Teixeira e João Maia.

A Lei número 8.029, sancionada em 12 de abril de 1990, autorizou o Poder Executivo a extinguir ou dissolver 5 autarquias - Superintendência para o Desenvolvimento da região Centro-Oeste (SUDECO); Superintendência para o Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL); Instituto Brasileiro do Café (IBC); Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e o Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA); 7 Fundações - Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar); Fundação Museu do Café; Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN); Fundação do Cinema Brasileiro (FCB); Fundação Pró-Memória; Fundação Pró-Leitura.

Também as empresas públicas bem como sociedades de economia mista foram alvo de Collor: Empresa Brasileira de Trens Urbanos (EBTU); Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural (EMBRATER); Empresa Brasileira de Portos (PORTOBRAS); Companhia Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária (INFAZ); Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB); Siderurgia Brasileira S/A (SIDERBRÁS); Petrobras Comércio Internacional (INTERBRÁS); Petrobras Mineração (PETROMISA); Empresa Brasileira de Filmes S.A. (EMBRASILME) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC).¹³⁰

Os interesses “da caserna” também foram atingidos. Collor foi o primeiro presidente a escolher os ministros militares sem a influência direta das respectivas forças. O SNI foi extinto e em seu lugar criado o Departamento de Inteligência (DI). Este, ao contrário do SNI, deixa de coordenar a “comunidade de informações” da qual também faziam parte os serviços secretos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Esvaziado, o DI passou a ser dirigido por civis e sofre com o enxugamento de pessoal e de recursos. Em 1991, de forma simbólica, Collor coloca uma pá de cimento e lacra o poço que supostamente seria utilizado pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) para a realização de testes nucleares na base militar da Serra do Cachimbo, localizada no sul do Estado do Pará. Em 1992, Collor implantou por decreto a reserva dos índios Yanômami, no norte da Amazônia.

¹³⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8029cons.htm. Acesso em: 23 mar. 2007.

Por outro lado, os problemas com os Barões da Imprensa tiveram início na tarde de sexta-feira, 24 de março de 1990. Seis fiscais da Receita Federal, um delegado e dois agentes da Polícia Federal, estes últimos armados e uniformizados, invadiram o prédio da *Folha de S. Paulo*, na Alameda Barão de Limeira, para dar um flagrante, segundo afirmaram aos advogados da empresa. Uma semana antes, o jornal, por decisão de seus donos, decidiu apoiar as medidas econômicas implantadas pelo novo governo. Assim, os Frias deduziram, observa Conti, que a invasão, tachada de fascista pelo jornal, só poderia ter sido uma retaliação a cobertura da campanha eleitoral de 1989 feita pelos repórteres da *Folha*.

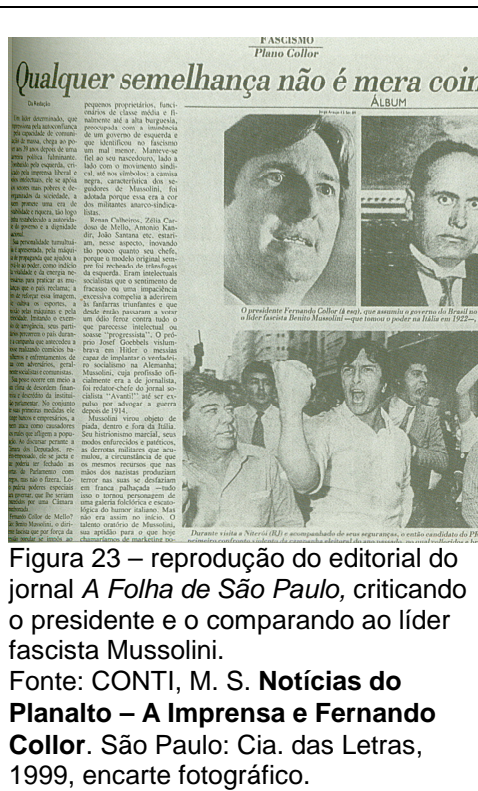


Figura 23 – reprodução do editorial do jornal *A Folha de São Paulo*, criticando o presidente e o comparando ao líder fascista Mussolini.
 Fonte: CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, encarte fotográfico.

O editorial de desagravo a invasão, publicado no sábado seguinte, reconhecia que o jornal “criticou duramente a candidatura de Fernando Collor – como, aliás, todas as outras” -; elogiava “a audácia do presidente na edição das medidas econômicas” e alertava para “os sinais inequívocos, alarmantes e inaceitáveis de uma aventura totalitária”. Um dos concorrentes da *Folha de São Paulo*, Ruy Mesquita, de *O Jornal da Tarde* do grupo Estado de São Paulo, que publica o mais tradicional jornal paulista, *O Estadão*, telefonou para Otávio Frias Filho para prestar solidariedade.¹³¹

No centro dos acontecimentos que influíram na relação de Collor com a imprensa estiveram também às ações desenvolvidas por um outro importante ator envolvido na trajetória de ascensão e queda do ex-presidente: PC Farias. Sua proximidade com o poder ficou evidente para Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA), observa Conti, quanto o político e empresário do ramo das comunicações foi convidado para um almoço pelo Presidente Collor realizado na casa PC Farias, com a presença deste, no Dia das

¹³¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 301-310.

Comunicações, 5 de maio de 1990. Por ser freqüentada pelo presidente, a casa de PC Farias era vigiada por soldados do Gabinete Militar da Presidência.¹³²

Para fornecer apoio a Collor e consolidar o projeto de 20 anos no poder, PC Farias tinha a intenção de montar uma estrutura de comunicação própria. Em relação a esse aspecto, é emblemática a denúncia contra PC Farias e Collor feita por seu irmão Pedro e publicada na *Veja*. Entre os motivos da denúncia, que originou a CPI e por conseqüência o impeachment, estava a tentativa de PC Farias em comprar a parte de Pedro Collor na Organização Arnon de Mello e de reerguer o jornal *A Tribuna de Alagoas*, que pertenceu ao senador Teotônio Vilela, e principal concorrente da *Gazeta de Alagoas*. Mas os movimentos de PC Farias no campo da comunicação não ficaram restritos a Alagoas, pois ele entrou em negociação para compra do *JB*, da *TV Manchete* e da *Rede OM*, do Paraná.¹³³

Com base na documentação consultada é possível estabelecer uma cronologia de acontecimentos que foram reportados com destaque pelos periódicos nacionais. Por meio destes, e dos demais meios de comunicação como a televisão e as rádios, houve uma gradativa seqüência de representações negativas de Collor e de seu governo, que convencionamos chamar de satanização.

Em 27 de maio de 1990, a ministra Zélia Cardoso de Mello fala para Marília Gabriela, no programa *Cara a Cara*, da televisão *Bandeirantes*, que estava apaixonada. Quatro meses depois, em 21 de setembro, o jornal *O Estadão*, de São Paulo, publica matéria sobre o romance entre Zélia e o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, que era casado com Zuleide Cabral.

¹³² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 299-301. A influência de PC Farias junto ao governo Collor era reconhecida até pelo governo de Cuba, que regularmente enviava caixas de charutos cubanos personalizados para Collor e “Don Pablo”, como o primeiro ficou conhecido após sua visita de negócios a Cuba, junto com um Sérgio Andrade, da construtora Andrade Gutierrez, realizada ainda no primeiro semestre de 1990.

¹³³ _____. _____. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 416. PC Farias chegou a fazer uma oferta de 120 milhões de dólares pelo *JB* a Nascimento Brito, quando o jornal atravessa uma grave crise de endividamento. O contrato chegou a ser redigido, mas Leda Marina, filha da condessa Pereira Carneiro, e real proprietária não quis vender o jornal nem a ele e nem a ninguém.

No início de outubro de 1990, a coluna *Radar*, da *Veja*, por meio do correspondente Fábio Altman, de Paris, publica uma nota com foto sobre o apartamento de 5 quartos e 300 m² alugado por Collor na cidade, no n. 38 da rue de Lubeck, avaliado em 4 milhões de dólares. Ainda no mês de outubro, o jornalista Bob Fernandes, da revista *IstoÉ-Senhor* fez uma matéria sobre PC Farias, a partir das declarações de Renan Calheiros e de Cleto Falcão. Renan disse que “Farias é um gângster, um AlCapone travestido de homem público”. Cleto Falcão foi além: “O maior bandido do Brasil, o Japonês, está preso em Bangu 1, mas, por favor, soltem essa criança: ele não pode estar preso enquanto Paulo César Farias está solto”.¹³⁴

A revista *IstoÉ-Senhor* afirma em 1º de outubro de 1990 que PC Farias estava envolvido na fraude eleitoral que aconteceu em Alagoas e também em outros escândalos. A revista também chamava a atenção para o fato de que PC Farias estaria complicando a vida do governo. Em 31 de janeiro de 1991 o governo lança o Plano Collor 2, em mais uma tentativa de recuperar a economia e controlar a inflação.

Na quinta-feira, 25 de abril de 1991, Otávio Frias Filho publicou uma “Carta aberta ao Sr. Presidente da República” depois de ser julgado inocente em um processo movido por Collor contra ele e os jornalistas Gustavo Krieger, Josias de Souza e Nelson Blecher.

O jornalista Mário Rosa, do *Jornal do Brasil (JB)*, fez uma ampla matéria, em agosto de 1991, sobre o desvio de verbas na Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida na época por Rosane Collor, esposa de Fernando Collor, com base em informações recolhidas no Sistema de Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal. É curioso notar que Rosa gostava tanto do presidente que, além de ter votado nele no segundo turno da eleição presidencial de 1989, chegava a vestir-se de forma parecida: ternos do alfaiate Linhares, gravata Hermés e gel no cabelo.¹³⁵

¹³⁴ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 397 e 421.

¹³⁵ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999p. 468 e 475.



Figura 24 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.199, de 4/9/1991.

No mesmo mês, os periódicos oferecem grande destaque para a crise do casal Collor. O Presidente aparece sem aliança na festa de seu aniversário e não cumprimenta Rosane. No início de setembro, a *Veja* publica uma capa sobre o escândalo do desvio de verbas na LBA, em que a esposa do Presidente, Rosane Collor, estaria envolvida. Em outubro, em nota publicada na coluna *Painel*, a *Folha de São Paulo* pede o impeachment de Collor. No dia 30 de agosto de 1991 a primeira-dama Rosane Collor deixa a LBA.

No domingo, 20 de outubro de 1991, o jornalista Rodrigo França Tavares, do jornal *O Globo*, publica a primeira de três matérias sobre o superfaturamento na licitação de fardamento do Exército, com informações levantadas pelo jornalista Ricardo Boechat, da coluna *Swan*. A revista *Veja* n. 1207, do dia 30, coloca o tema em destaque na capa: “Fardas milionárias – o caso da concorrência fraudada com os uniformes do exército”.

Em novembro a revista faz uma matéria sobre o ambiente de luxo e riqueza em que viviam os políticos ligados ao governo Collor – luxo, ostentação, altas despesas, certeza de impunidade – por meio da “ajuda” de empresas e empresários. A matéria, que tinha por título “Amizades Milionárias” se encerrava divulgando o apelido do deputado Cleto Falcão em Maceió: Clepto Falcão. O apelido, ligando o deputado a cleptomania, pegou.

Em 14 de dezembro de 1991, o jornalista Luiz Maklouf Carvalho, o mesmo que divulgara a existência de uma filha de Lula fora do casamento, durante a cobertura da campanha presidencial, em 1989, assina uma notícia publicada no jornal *Folha da Tarde* sobre a briga de Pedro Collor com PC Farias e com o presidente Fernando Collor que tinha como título “*Collor versus Collor*”.

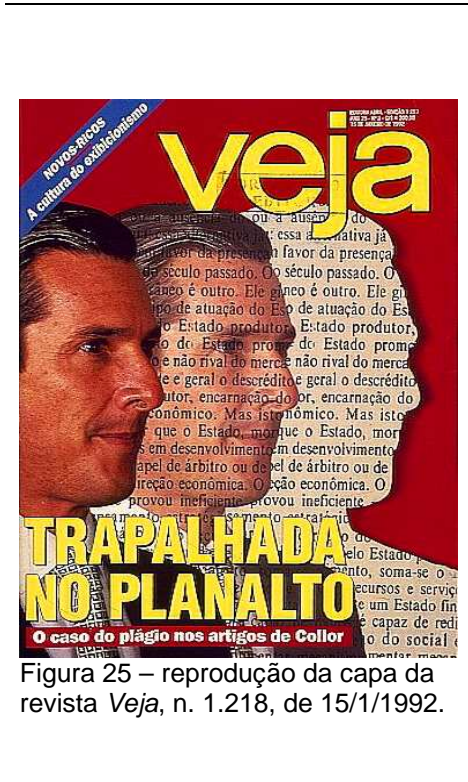


Figura 25 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.218, de 15/1/1992.

No início de 1992 a *Veja* publica o “Dossiê Explosivo” sobre a briga de Pedro Collor e PC Farias. Collor estamparia a edição de n. 1.218 da revista que circulou em 15 de janeiro de 1992, como alvo de uma denúncia de plágio nos artigos publicados na imprensa com a sua assinatura, com o título “Trapalhada no Planalto”. No final de janeiro, Collor muda o seu ministério e a revista *Veja* registra essa mudança na capa da edição n. 1.220, do dia 29, com a manchete sob a foto de Antônio Carlos Magalhães, do PFL: “A vitória dos profissionais – Collor detona seus ministros podres e se recompõe com os políticos da velha guarda”.

Na edição seguinte, a preocupação com a saúde de Collor. Em 11 de março, a revista registra a saída de Cláudio Humberto, o porta-voz conhecido como “bateu-levou”, e publica o conteúdo da fita em que Antônio Rogério Magri, ex-sindicalista e ex-ministro da Previdência de Collor, admitiu ter recebido 30 mil dólares e tenta corromper um subordinado, como manchete principal da capa.

No início de março de 1992, José Carlos Martinez coloca a rede OM no ar, depois de comprar a Rede de Comunicações Eldorado, de Santa Catarina e a TV Corcovado, do Rio de Janeiro, esta última pertencente a Sílvio Santos. João Saad, dono da TV Bandeirantes, descobriu que Martinez teve ajuda de PC Farias para levantar o capital necessário. A Rede OM rompeu os acordos de transmissão do sinal da TV Bandeirantes e passa a transmitir o sinal da Rede Record. João Saad, que estava muito doente, observa Conti, havia perdido o acesso ao mercado de Santa Catarina e chegado a conclusão de “que PC e Collor formavam uma mesma entidade”.¹³⁶

As mudanças na equipe de Collor, com destaque para a entrada em cena de políticos tradicionais, que Collor tanto criticava na campanha presidencial, continua em pauta

¹³⁶ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras,

nas capas da revista *Veja*. Na edição n. 1.230, com Jorge Borhausen na capa a manchete é “Eles não usam Jet-Ski – o governo muda de cara”. Na edição seguinte, a capa mostra uma ilustração com os novos comandados de Collor e anuncia uma avaliação das mudanças que estavam sendo realizadas no governo a partir de então. “O primeiro Ministério tinha muitos amigos, mas nem todos eram competentes. O segundo Ministério tem muitos competentes, mas nem todos são amigos. Quero, agora, um Ministério de amigos competentes”, foram as palavras de Collor ao reunir um “ministério de notáveis”.¹³⁷

Em 20 de maio de 1992, PC Farias volta a ser manchete da *Veja* a partir da análise das suas declarações de renda de 1987 a 1991, após a constatação de que havia “um choque entre a riqueza aparente e os ganhos declarados”. No interior da revista, mais denúncias de Pedro Collor contra PC Farias.



Figura 26 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.237, de 27/5/1992.

Na semana seguinte, a *Veja* publica uma das capas mais emblemáticas da cobertura do caso Pedro Collor versus Fernando Collor. A manchete dizia que o irmão do Presidente, retratado de cenho franzido, contou tudo. “O PC é o testa-de-ferro do Fernando”, afirma Pedro, em depoimento de duas horas, feito de forma exclusiva à *Veja* na companhia de sua mulher, Maria Tereza, e de uma irmã, Ana Luiza. Ele também afirmou que o apartamento de Paris pertencia, na realidade, a Fernando Collor e não ao empresário PC Farias como se supunha.¹³⁸

1999, p. 525-526.

¹³⁷ SILVA, C. H. S. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 355.

¹³⁸ Em 1993, Pedro Collor de Mello, irmão caçula de Fernando Collor e um dos personagens centrais dos acontecimentos que levariam ao impedimento do presidente, publicou o livro *Passando a limpo. A trajetória de um farsante*. Pedro Collor apropriou-se de parte do bordão criado durante a crise da presidência pelo jornalista e âncora do *Jornal do SBT*, Boris Casoy, que ao encerrar as matérias com denúncias sobre a corrupção no governo virava-se para uma outra câmera e falava com forte entonação: “É preciso passar o Brasil a limpo”.

Na terça-feira, 26 de maio de 1992, é instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 52/92-CN, para “apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias, capazes de configurar ilicitude legal”.¹³⁹

No início de junho, a revista *Istoé* publica uma matéria sobre Pedro Collor igualando-o a PC Farias com a manchete de capa: “O lado PC de Pedro Mello”. Conti afirma que, apesar da revista ter sido a primeira a fazer uma longa reportagem a respeito de PC Farias e noticiado todos os escândalos da administração federal, a *IstoÉ-Senhor* patinou na apuração da briga entre este e Pedro Collor.¹⁴⁰



Figura 27 – reprodução do editorial da revista *Istoé-Senhor*, de 8 de julho de 1992
Fonte: revista *Istoé-Senhor*

Em 8 de julho de 1992, a revista *IstoÉ-Senhor* circula com uma tiragem superior a 350 mil exemplares. No editorial, a revista faz uma referência a fábula da roupa nova do Rei, de Hans Christian Andersen, ao comentar o depoimento do motorista Francisco Eriberto Freire França, na CPI que investigava PC Farias.

Na oportunidade, Eriberto confirmou as suas declarações na entrevista concedida aos repórteres João Santana Filho, Augusto Fonseca e Mino Pedrosa e publicadas pela revista duas semanas antes.

Na segunda quinzena de junho, a *Veja* faz uma entrevista com Luiz Octávio da Motta-Veiga, ex-presidente da Petrobras e que denunciara as pressões de PC Farias em favor da Viação Aérea de São Paulo (VASP), adquirida no processo de privatização pelo empresário Vagner Canhedo. Motta-Veiga estampa a capa da edição afirmando que “o Governo não terminará limpo”.

¹³⁹ MENDES, J. B. P. M. **A CPI do PC e os crimes do poder**. Rio de Janeiro: Foglio Editora, 1992, p. 3 e 19.

¹⁴⁰ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 586.

Na quinta-feira, 13 de agosto, durante o seu discurso a 2 mil taxistas no Palácio do Planalto durante evento de concessão de subsídios pela Caixa Econômica Federal para compra de carros novos, Collor convocou à população a sair às ruas de verde e amarelo no domingo seguinte, 16. Ainda na quinta-feira, um anúncio da Caixa, veiculado nas redes de televisão, comemorava a assinatura do decreto e reproduziu trechos do discurso convocando a população.



No sábado (15) o jornal *A Folha de São Paulo*, por decisão editorial, circulou com uma tarja preta na primeira página para se diferenciar do verde-amarelo presidencial. A *Veja*, circulou no final de semana com o título “Anjos rebeldes – colegiais na rua pedem a saída de Collor”, em referência a mini-série em cartaz na rede Globo (*Anos Rebeldes*) e que mostrava o enfrentamento dos estudantes com os militares nas décadas de 1960 e 1970.¹⁴¹

Em 24 de agosto de 1992 o Relatório da CPI incrimina o presidente Collor com 16 votos a favor e 5 votos contra. Cerca de 60 mil cidadãos aguardaram a votação do lado de fora do Congresso e 250 mil pessoas saíram em passeata na Avenida Paulista, em São Paulo, pedindo a saída de Collor da presidência. À noite, o ministro das Minas e Energias, Pratini de Moraes, ofereceu uma macarronada aos seus pares cujo prato principal, segundo Silva, foi a sugestão levada pelo ministro Jorge Bornhausen: um manifesto pela governabilidade, a ser assinado por todos os ministros. Ele também registra que os ministros de Collor não defendiam o Presidente porque não acreditavam nele. O manifesto foi apresentado a Collor que o aprovou.¹⁴²

¹⁴¹ CONTI, M. S. *Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 648-651.

¹⁴² SILVA, C. H. S. *Mil dias de solidão. Collor bateu e levou*. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 356-361.

As manifestações ocorridas no dia 25 também foram registradas pela imprensa e repercutidas entre a população. A *Veja* afirmou que o povo saiu de casa “para exigir moralidade, acima das diferenças políticas, sociais e de gerações”. E destacou também o bom humor e a irreverência dos jovens manifestantes. À noite, o manifesto dos ministros teve a sua redação final submetida e aprovada pelo secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra e em seguida foi assinado pelos ministros, com exceção de Antônio Cabrera, da Agricultura, e do Almirante Flores, da Marinha, que estavam viajando.¹⁴³

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenere Machado, divulga uma Nota Oficial da entidade, em nome do Conselho Federal e do Colégio de Presidentes da entidade, propondo que, “tão logo conhecidas as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, os dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil, enquanto cidadãos, tomem a iniciativa de requerer as medidas legais cabíveis, inclusive impeachment”.

A nota da OAB afirmava ainda que “numa democracia ninguém pode estar acima da lei” e também destacava o triste perfil econômico e social do país na época: 11% de miseráveis absolutos; 42% de indigentes e 39% de pobres. O jurista e jornalista Barbosa Lima Sobrinho presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Marcello Lavenere Machado, entregam a petição de impeachment ao Presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), no dia 1º de setembro de 1992.

A denúncia do crime de responsabilidade foi baseada na Lei. 1.079, de 10 de abril de 1950, que legisla sobre o decoro do cargo. A partir desse momento os acontecimentos aceleraram-se em direção a saída de Collor da Presidência.¹⁴⁴

Na edição n. 1251, de 2 de setembro, a *Veja* publicou o primeiro e único editorial de sua história. presidente deve sair”, o texto afirmava que a renúncia era “a melhor solução”.

¹⁴³ Anexo 2. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Impeachment.asp
Acesso em: 12 jun 2006.

¹⁴⁴ Anexos 3 e 4. _____ . Acesso em: 12 jun 2006.



Figura 29 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.251, de 2/9/1992.

Na edição n. 1250, de 2 de setembro, a *Veja* publicou o primeiro e único editorial de sua história, afirma Conti. Concebido por Roberto Civita, sob o título “O presidente deve sair”, o texto afirmava que a renúncia era “a melhor solução”. Caso ela não viesse, o remédio seria “levar o traumático processo de impeachment até o fim”. E concluiu: “A lei deve valer para todos. Especialmente para o presidente da República. No interior da revista, destaque para as manifestações ocorridas em todo o país durante a semana de 11 a 16 de agosto.

A *Veja* n. 1.252, de 9 de setembro, publicou na capa uma foto dos jardins da Casa da Dinda, a residência de Collor, e o acusou de ser marajá e mentiroso.



Figura 30 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.252, de 9/9/1992.

No interior da revista, uma matéria assinada por Orlando Brito e Policarpo Jr., dedicou 10 páginas e 12 fotos (incluindo imagens das 8 cachoeiras acionadas eletronicamente) ao tema, um croqui ilustrativo da residência e os números detalhados dos custos da reforma da casa da Dinda. Na diagramação da capa, a revista fez uma referência ao termo pelo qual o então candidato Collor de Mello ficou conhecido, a partir de uma capa publicada pela própria *Veja*, em 1988: “O Caçador de Marajás”.

Ironicamente, passados pouco mais de 4 anos daquela edição, a revista mostrou o presidente Collor, dono da Casa da Dinda, a residência oficial do Presidente, como um “marajá” que ele antigamente “caçava”, ao exercer o governo de Alagoas. No interior da revista, além da matéria de capa, mais de 10 páginas foram dedicadas a divulgar os problemas enfrentados por Collor, incluindo os de natureza pessoal e desmentidos pela sua mulher, Rosane Collor. Nas duas últimas páginas, destaque para as “deturpações e à confusão” feitas pelo Presidente, em rede nacional de

televisão, na noite de domingo, 30 de agosto, para responder as acusações de corrupção contra ele contidas no relatório da CPI do PC Farias.

Nessa edição, a *Veja* também destacou o jantar entre o ex-presidente José Sarney, o vice-presidente Itamar Franco e o presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, chamando-o de “O encontro dos três presidentes”. No texto, a revista mostrava a disposição de Itamar em assumir a presidência e implementar “as reformas modernizantes” por ter melhor trânsito no Congresso e não haver suspeitas de corrupção sobre ele; a observação de que Roberto Marinho movera-se do apoio ao presidente Collor para a conclusão de que ou a renúncia ou o impeachment seria inevitável; e a satisfação de Sarney em testemunhar o entendimento entre Itamar e Marinho. O mês de setembro foi um mês crucial para o desdobramento da CPI. No dia 22, Collor apresentou a sua defesa à Comissão Especial da Câmara dos Deputados. No dia seguinte, o STF nega mandado de segurança impetrado por Collor para que o voto fosse secreto. Na quinta-feira, 24, a Comissão Especial da Câmara aprova o parecer do deputado Nelson Jobim, favorável à autorização para o processo por crime de responsabilidade. No dia seguinte, PC Farias é indiciado em nove crimes, entre eles, corrupção, falsificação, exploração de prestígio e formação de quadrilha.



Figura 31 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.255, de 2/10/1992.

Na terça-feira, 29, a Câmara dos deputados, por 441 votos a favor, 38 contra e 1 abstenção, autoriza a instauração do processo contra Collor. No dia 1º de outubro o processo é instaurado no Senado. No sábado, 2, Collor é afastado e o vice-Itamar Franco assume interinamente a Presidência. A edição 1.255, da *Veja*, circula em edição histórica extra, com uma análise da saída de Collor e das mudanças que adviriam com a entrada em cena de Itamar.

No dia 27 de outubro a Comissão Especial do Senado aprova o parecer do relator, senador Antonio Mariz. Em 12 de novembro o procurador-geral da República,

Aristides Junqueira, denuncia o presidente afastado Fernando Collor e mais 8 pessoas ao STF por prática de crime comum. Collor foi enquadrado nos crimes de corrupção passiva e formação de quadrilha. Finalmente, no dia 29 de dezembro de 1992, o presidente Collor renuncia ao mandato e Itamar Franco assume a Presidência em definitivo. No mesmo dia, o impeachment é aprovado pelo Congresso Nacional e Collor condenado a perder seus direitos políticos por 8 anos.

Para tentar evitar sua condenação pelo Congresso, Fernando Collor renunciou momentos após ter começado o seu julgamento político no Senado federal. Entretanto os senadores deram continuidade ao processo iniciado na Câmara dos Deputados e ele foi condenado, em 29 de dezembro de 1992, a perda do mandato presidencial, a inelegibilidade e a inabilitação para o exercício de quaisquer cargos públicos por oito anos.



Figura 32 – *JB* destaca decisão do STF

Fonte: Disponível em:

<<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6332>>. Acesso em: 25 jun. 2007

Dois anos depois do seu julgamento político pelo Congresso e o seu afastamento da Presidência, o *JB* destacava a decisão do STF de isentar o ex-presidente Fernando Collor e PC Farias dos crimes de corrupção passiva por falta de provas, em 12 de dezembro de 1994. Foram cinco votos a favor de Collor e PC Farias e três votos contrários.¹⁴⁵

O conceito de liberdade, uma condição alcançada por aquele que está ou é livre, talvez possa parecer simples. No entanto, Felix Oppenheim, para definir o que é

¹⁴⁵ AMORIN, A. P. Collor escapa por falta de provas. **JB Online**. Rio de Janeiro, 24 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6332>>. Acesso em: 25 jun. 2007. O então governador de São Paulo pelo PSDB, Mário Covas, recebeu com surpresa a absolvição porque estava convencido de que Collor era culpado tanto do crime de responsabilidade quanto de corrupção passiva. Por sua vez, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, afirmou que o Movimento pela Ética na Política iria se mobilizar também pela ética na Justiça.

liberdade, utiliza oito itens que partem da idéia de não-liberdade e de liberdade social até concluir com o conceito de liberdade como construção moral. E sob essa ótica, liberdade é a não liberdade para fazer o mal.¹⁴⁶

No início do ano 2000, após cumprir uma quarentena política de oito anos, Fernando Collor tornou-se novamente livre para exercer os seus direitos políticos de forma plena. A professora, escritora, jornalista e poetisa Cecília Meireles, no livro *O Romanceiro da Inconfidência*, nos oferece uma opção poética para compreender a expressão ser livre e a palavra liberdade:

Ser livre é o estado daquele que tem liberdade. E os seus tristes inventores já são réus – pois se atreveram a falar em liberdade (que ninguém sabe o que seja): (liberdade – essa palavra que o sonho humano alimenta; que não há ninguém que explique, e ninguém que não entenda!).



Figura 33 – reprodução da capa da revista *Isto É*, n. 1945

As urnas de Alagoas mostraram que ele também foi liberto politicamente. No início do ano de 2007, Fernando Collor voltou à Brasília e à cena política, eleito senador por 550.725 eleitores alagoanos (44,04 % dos votos válidos) sob a sigla do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) - legenda criada por ele e na qual, segundo a revista *Isto É*, os 28 filiados seriam seus amigos ou seus empregados.¹⁴⁷

Hoje, quase 16 anos após esses acontecimentos podemos ver na administração Collor de Mello não só os problemas investigados e divulgados pela imprensa, que culminaram com a consolidação de uma imagem negativa por meio do impeachment. Elementos básicos para uma profunda mudança na sociedade brasileira devem ser creditados ao seu governo.

¹⁴⁶ OPPENHEIM, F. O. Liberdade. In: **Dicionário de Política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Unb/Imprensa Oficial, 2004, p.708-713.

¹⁴⁷ STUART, H. Collor volta Brasília. *Isto É*. São Paulo: Ed. Três, n. 1.945, p. 31-35, 7 fev. 2007. 106p.

De acordo com Bresser Pereira “O governo Collor mudou a agenda política do país, pois conseguiu implementar reformas corajosas e muito necessárias, e buscou o ajustamento fiscal”. Bresser afirma também que “foi durante o governo Collor que as velhas idéias nacional-desenvolvimentistas foram efetivamente enfrentadas e combatidas (...) por um programa corajoso de reformas econômicas orientadas para a liberalização comercial e a privatização”.¹⁴⁸

Também no plano das relações sociais, o governo de Collor de Mello instituiu mudanças polêmicas, como a sanção da Lei 8.069, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990. Esta legislação marca uma mudança fundamental e sobretudo polêmica na forma como o país deve tratar seus cidadãos que ainda não atingiram a maioridade legal.

Por sua vez, a criação do Código de Defesa do Consumidor, em 11 de setembro de 1990, pela Lei 8.078, por exemplo, estabeleceu normas de proteção e defesa do consumidor e passou a vigorar a partir de 11 de março de 1991. Por meio deste marco legal foram definidas as responsabilidades e os mecanismos para a reparação de danos causados, os mecanismos para o poder público atuar nas relações de consumo e estabelecidos os novos tipos de crimes e as punições para os mesmos.

A atuação do governo brasileiro também foi essencial para a criação do Mercosul, em 26 de março de 1991, com a assinatura do tratado de Assunção, integrando os mercados do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. No início de junho de 1992, a cidade do Rio de Janeiro foi colocada no centro mundial dos debates sobre as mudanças climáticas com a realização da Eco 92, a conferência mundial sobre o meio-ambiente, que teve a presença de mais de cem chefes de Estado.

Tendo como parâmetro a revista semanal *Veja*, é possível perceber-se a importância da atuação dos periódicos diários e semanais e dos demais veículos de comunicação, como as emissoras de televisão e de rádio no desenrolar dos acontecimentos que levaram a queda do Presidente Collor de Mello.

¹⁴⁸ BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. Editora 34, São

Em seu primeiro ano de governo, apesar de ter sido o primeiro presidente eleito pelo voto popular desde 1961 e de ter implementado ações que atingiram uma parcela expressiva dos cidadãos brasileiros, Collor de Mello não apareceu com frequência como personagem de destaque nas capas da *Veja*, por exemplo, durante o ano de 1990. No período de 15 de março (dia de sua posse na Presidência) a 31 de dezembro, ele é capa de apenas duas edições: em 21 de março (ed. n.1.122) e em 25 de abril (ed. n. 1.127). Já a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aparece como destaque em três edições.

Mas a partir de 1º de janeiro de 1991 é possível identificar, na própria revista *Veja*, uma mudança na cobertura das ações presidenciais e na representação do Presidente. Dessa data até 31 de dezembro do mesmo ano, Collor aparece na capa de seis edições da revista.



Figura 34 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.165, de 9/1/1992.

Na segunda edição da *Veja* de 1991, a de n. 1.165, que circulou a partir do dia 9 de janeiro, ele foi retratado ironicamente, sorridente e acenando para o povo, durante as férias, a bordo do iate do empresário Alcides Diniz. As demais imagens de capa da revista em que ele aparece durante o ano, sinalizam o começo da crise no seu governo como a queda de Zélia, as denúncias de corrupção, o isolamento político, a falta de credibilidade e o escândalo na LBA envolvendo a sua mulher, Rosane Collor.

No ano de 1992, o destaque nas capas da revista *Veja* de questões relacionadas ao governo e ao Presidente Collor de Mello é intensificado de forma exponencial. As manchetes negativas estamparam as capas de 27 das 53 edições da revista naquele ano. Em outras 12 edições Collor ou os membros de seu governo aparecem em

manchetes secundárias, mas também com viés negativo. Ou seja, a cobertura crítica ao governo atingiu um patamar de pré-julgamento deste.

O acompanhamento da crise pelas revistas semanais foi mais intensa e aprofundada do que as dos periódicos diários, devido as particularidades desses veículos. No caso dos jornais, não há tempo hábil para levantamento de informações detalhadas e análises de documentos complexos, como as declarações do imposto de renda de PC Farias, por exemplo, devido ao fechamento diário das edições. Por outro lado, as revistas eram favorecidas porque as redes de emissoras abertas de televisão, nos telejornais e programas do final de semana, buscavam antecipar as denúncias que estariam nas bancas a partir do início de cada semana. Isso ajudava a vender as revistas nas bancas e estimulava a procura por novas denúncias e informações exclusivas.

Fernando Collor não foi um revolucionário, mas ao final de sua passagem pela Presidência, tristemente foi transformado em uma caricatura dele próprio, como apontou a capa da última edição do ano de 1992 da revista *Veja*.

Considerações Finais

“Pedidos de *impeachment* contra os Presidentes da República transformaram-se em uma atividade rotineira em nosso presidencialismo. Todos os Chefes de Governo sob a Constituição de 1946, à exceção do Marechal Dutra e do Presidente Jânio Quadros, e todos os demais depois do fim do regime militar foram objeto desse procedimento. Alguns subscritos por parlamentares, outros, por anônimos em busca de notoriedade. Tanto o Presidente Vargas quanto alguns de seus Ministros foram alvo de numerosas tentativas, mas tiveram os pedidos que lhes diziam respeito, invariavelmente, rejeitados. O mesmo ocorreu com o Presidente Juscelino Kubitschek. Depois do regime militar, o Presidente José Sarney foi a primeira vítima desse expediente. Meu substituto, que por esse processo tornou-se meu sucessor, teve duas tentativas rejeitadas pelo Presidente da Câmara. Contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram apresentados nada menos que vinte e seis pedidos de *impeachment*, sendo cinco subscritos por deputados. Contra o Presidente Lula, em seu primeiro mandato, intentaram-se vinte e oito representações, sendo apenas uma de parlamentar, as demais de cidadãos, além de uma outra representação no mandato atual. Em nenhum desses casos as iniciativas prosperaram. A indagação cabível em face desses precedentes é, necessariamente, apenas uma: por que até hoje, mais de sessenta anos depois da Constituição de 46, apenas contra meu governo se deu curso a essa espúria representação?”¹⁴⁹

Fernando Affonso Collor de Mello

A eleição de 1989 marcou definitivamente o fim de um período histórico, o regime autoritário sustentado por uma coalizão civil-militar, e o início de outro, que tem como lastro de sustentação a carta constitucional de 1988. A entrada de Collor na história se tornou emblemática assim como a sua saída da presidência. A democracia brasileira fortaleceu-se na adversidade ao ser submetida à prova de alijar do poder máximo do país um presidente legitimamente eleito pelo voto popular.

A imprensa teve um papel decisivo no desenrolar dos acontecimentos, pois, por meio dela, primeiramente, Collor tornou-se conhecido pela maioria do eleitorado brasileiro

¹⁴⁹ Disponível em <<http://www.senado.gov.br/web/senador/FernandoCollor/biografia.asp>>. Acesso em 12 dez. 2007.

que o consagrou nas urnas. Depois, a imprensa foi o canal pelo qual denúncias de corrupção e improbidade administrativa envolvendo o seu governo e os seus integrantes, sua esposa e ele próprio, tornaram-se conhecidas pela população.

De fato, encontramos em Maquiavel a consideração de que a “um príncipe é necessário ter o povo a seu lado e que de outro modo ele sucumbirá às adversidades”.¹⁵⁰

O seu legado administrativo lançou as bases para as mudanças que possibilitaram ao país aspirar à condição de nação protagonista na cena de intensa globalização deste início de século. No entanto, a representação na imprensa de suas ações e decisões positivas entraram para a história em um patamar subalterno às representações dos equívocos e desvios cometidos durante seu breve governo.

Desde que Collor assumiu o poder, o Brasil estava em recessão e o Produto Interno Bruto foi negativo nos três anos de governo. A taxa de desemprego atingiu 15 % da população economicamente ativa na região metropolitana de São Paulo, em 1992. A inflação não foi derrubada como o Presidente prometera e nem a corrupção fora extirpada. O confisco das contas correntes e da caderneta de poupança desorganizara a vida dos correntistas e poupadores e não teve um efeito prático a longo prazo. Os projetos de modernização do país não se concretizaram rapidamente e abertura para as importações levou muitas empresas a falência, principalmente no setor de autopeças, causando mais desemprego.

Por sua vez, além de patinar na questão econômica, o governo de Collor de Mello esteve no centro de dois aspectos cruciais: o confisco da poupança e a corrupção. As duas situações remetem à advertência formulada por Maquiavel:

O príncipe (...) deverá abster-se dos bens de outrem, visto que os homens não tardam tanto a esquecer a morte de um pai quanto à perda de um patrimônio. Ademais, razões nunca faltam a apoiar um espólio material, e aquele que

¹⁵⁰ MACHIAVELLI, N. B. dei. **O Príncipe** / Maquiavel. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 47.

envereda por um caminho de rapinas encontra sempre uma justificativa para perpetrar as suas usurpações.¹⁵¹

O próprio PC Farias sintetizou, no início de 1996, quando já desfrutava da liberdade condicional, depois de passar dois anos e um mês preso, o que acontecera com ele e Collor: “O poder é a droga mais pesada que existe, o poder enlouquece. (...) Essa foi a loucura: querer ter uma rede de televisão para enfrentar a Globo, uma companhia de aviação para disputar com a Varig, um partido maior que o PMDB, o PFL e o PT”.¹⁵²

Neste ponto cabe uma constatação: para PC Farias, o erro não foi ter sonegado imposto, criado contas fantasmas, saldado dívidas com recursos ilegais, usado tráfico de influência, utilizado informações privilegiadas e outros ilícitos jurídicos. O erro foi ter sido ambicioso demais na aspiração de um fim para o qual tais atos eram o meio, segundo se pode inferir por sua fala.

A edição n. 1945, de 7 de fevereiro de 2007, A revista IstoÉ, tem como manchete principal de capa “Collor volta a Brasília”. Nas páginas 38 e 39 dessa mesma edição, a revista publica uma entrevista com o advogado Cláudio Vieira, ex-secretário particular de Collor, sob o título “Assombrações colloridas”, conduzida pelo jornalista Hugo Marques. No primeiro parágrafo ele destaca que Vieira fez revelações bombásticas, como a confirmação da existência de um “Esquema PC Farias”:

As provas que levaram ao impeachment são verdadeiras. Existiu, sim, um Esquema PC Farias, com o uso de fantasmas e laranjas. O Fiat Elba usado na Casa da Dinda foi comprado em nome de um fantasma. Pior: Collor não ficou com as senhas da contas bancárias do esquema e perdeu, assim, U\$ 20 milhões”.¹⁵³

Vieira assume a culpa pelo erro de ter permitido que Eriberto França fosse buscar o carro na concessionária, que teria sido comprado com dinheiro de sobra de campanha. Ele também cita o ministro do Tribunal de Contas da União, Thales Ramalho, que teria lhe feito um aviso no restaurante La Becasse, um ano antes do

¹⁵¹ MACHIAVELLI, N. B. dei. **O Príncipe** / Maquiavel. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998. p. 81.

¹⁵² ¹⁵² CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 678.

¹⁵³ MARQUES, H. Assombrações colloridas. Depoimento. Revista **IstoÉ**. São Paulo: Editora Três, 2007. p. 38.

impeachment. “Avise seu presidente que vão derrubá-lo”, referindo-se a políticos como Mário Covas e Ibsen Pinheiro. Thales Ramalho teria confirmado essa informação para Collor, em uma reunião na sua casa, após a queda do Presidente.

De fato, a falta de estrutura partidária e o isolamento político foram aspectos que o candidato Collor de Mello soube transformar em trunfos favoráveis a ele, na campanha presidencial de 1989, para conquistar o eleitorado e ser eleito. No entanto, estes mesmos elementos foram identificados por Figueiredo, Conti e Silva, como negativos para a sustentação do então presidente Collor de Mello no poder conquistado.

No entanto, se para Singer é praticamente impossível, com os instrumentos disponíveis atualmente, identificar qual o fator preponderante na predição do voto do eleitor, igualmente pode ser inferido, com base nas informações analisadas pela nossa pesquisa, que é temerário afirmar, com um razoável grau de certeza, qual foi o aspecto determinante a levar ao impedimento político do presidente Collor.

No decorrer desta pesquisa foi possível constatar que Collor de Mello realmente seduziu a imprensa e o eleitor como o salvador da pátria, um personagem de folhetim novelesco da TV Globo exibido em horário nobre em 1989 e vivido por Lima Duarte. Mas no exercício da Presidência, a imprensa o satanizou para esse mesmo eleitor a partir da versão publicada sobre os seus atos e os de seus subordinados com base no levantamentos de informações, denúncias e dados proporcionados pelo jornalismo investigativo.

A literatura utilizada sugere que essa mudança aconteceu tanto por força editorial quanto pela competição comercial. Uma outra competição, a profissional, também aconteceu entre os jornalistas e os moveu a vasculhar documentos oficiais, convencer entrevistados que se tornariam testemunhas mais tarde, como o motorista Eriberto França. Mas esta última, para se completar, por meio da publicação da matéria investigada, sempre dependeu da vontade dos editores e ou dos donos dos veículos. Em ambos os casos, os interesses contrariados pela sua administração bem como a

frustração das expectativas criadas por ele, ao se projetar com as características de um líder messiânico, foram o combustível necessário para amplificar a crise.

Ao observarmos as capas da revista semanal *Veja*, em seis edições dedicadas a Fernando Collor, em momentos distintos, desde a sua entrada no cenário político nacional após a eleição para governador em Alagoas, é possível perceber-se claramente a transformação ocorrida com a sua representação pela imprensa. Ao final, até mesmo o uso de uma fotografia do presidente afastado foi substituído por um desenho caricato, repleto de simbolismos e cuidadosamente elaborado para transmitir uma mensagem clara de apoio a decisão do Congresso Nacional.

O jovem governador, corajoso e intrépido, o caçador de marajás, teve a sua imagem foi cuidadosamente preparada pela revista *Veja* para ser publicada na capa da edição 1.079, de 17 de maio de 1989, com a manchete de que Collor estava “agitando a sucessão”. Pouco mais de 3 anos depois, o jovem Presidente perdeu o rosto, e a pose, quando a *Veja* afirmou que o “Brasil renuncia a Collor”, no final de agosto de 1992. Naquele momento, a revista sinalizou indubitavelmente uma decisão editorial que refletia a opinião dos proprietários da Editora Abril.

A mesma revista, ao registrar a alegria do candidato do PRN após ser eleito presidente, alertava que ele iria governar um país dividido, em dezembro de 1989. Menos de um ano depois, essa divisão tomou outra forma a partir do “duelo” entre o governo e os empresários, descontentes com a política econômica que perdera o controle da inflação e estava à beira de uma recessão. No final de dezembro de 1992, a *Veja* não escondeu a alegria editorial pela queda de Collor.

No primeiro momento, o caçador de marajás, corajoso e voluntarioso, é apresentado ao Brasil pela *Veja*:

Pouco mais de um ano depois, a revista mostra o candidato idealizado pelo eleitor nas pesquisas de opinião:



Figura 35 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.020, de 23/03/1988.



Figura 36 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.079, de 17/05/1989.

No terceiro momento, a revista alerta que o novo presidente eleito irá deparar-se com um país dividido:

Antes de completar um ano na presidência, *Veja* aponta que a euforia deu lugar a insatisfação na economia:



Figura 37 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.120, de 24/12/1989.



Figura 38 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.155, de 01/11/1990

A cobertura do “domingo de roupa preta”

O ciclo é completado pela “alegria”

em oposição ao verde-amarelo de Collor indica a opção editorial da Veja:



Figura 39 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.250, de 26/08/1992.

editorial da revista ao anunciar que “estávamos” nos livrando dele:



Figura 40 – reprodução da capa da revista *Veja*, n. 1.1268, de 30/12/1992.

A última capa da *Veja* é ainda mais emblemática pela carga simbólica que ela expressa. O traje de gala presidencial foi transformado numa camisa de força, lacrada com um cadeado, como a dizer que ele enlouquecera. E o seu olhar não deixa dúvidas.

Em relação à atuação da imprensa para construir o candidato e depois desconstruir o presidente, que é o foco da nossa pesquisa, ficou evidente que Collor de Mello passou a enfrentar a resistência dos veículos já a partir do lançamento do plano Collor. Além do apoio inicial ao Plano Collor, ficou registrada na imprensa a opinião de que a equipe de governo era despreparada, tanto para anunciá-lo quanto para executá-lo.

Logo depois ocorreu o episódio de invasão da sede do tradicional e respeitado jornal paulista *A Folha de São Paulo*. Não bastasse isso, PC Farias tentou construir uma estrutura própria de comunicação para sustentar o projeto de 20 anos no poder do grupo de Collor. Primeiro regionalmente, ao comprar o jornal *A Tribuna de Alagoas*, cujo desdobramento foi a denúncia de Pedro Collor e a instalação da CPI que levou ao impedimento do presidente. Depois foram as tentativas de comprar um dos jornais mais tradicionais do país, o *JB*, dirigido por Nascimento Brito, e a rede de televisão

Manchete, de Bloch, passando pela disputa com João Saad, da *TV Bandeirantes*, em que este último perdeu o acesso aos mercados de Santa Catarina e de parte do Paraná.

Embora importantes essas ações, sozinhas, não bastariam para sustentar os desdobramentos posteriores. No entanto os atritos com os barões da imprensa foram potencializados por fatores como a insatisfação empresarial com o rumo da economia, marcada pelo fim da reserva de mercado somado a volta da inflação e a recessão econômica; a frustração dos eleitores com as promessas de campanha não cumpridas como o respeito à poupança e o fim da corrupção; o isolamento político decorrente da centralização do poder acrescida da ausência de base parlamentar; a resistência surda da farda pela perda de poder simbólico e efetivo, como o fim do SNI e a nomeação dos ministros militares.

Com a imprensa experimentando o pleno exercício da liberdade de expressão somada a competição por notícias que se traduziam pelo aumento da tiragem e elevação dos índices de audiência, o presidente perdeu o apoio popular.

Ao final, a perda da faixa presidencial, tornou-se apenas uma questão de tempo.

Mais precisamente de um dia: 29 de dezembro de 1992.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

CONTI, M. S. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DINNES, A. **Notas sobre notícias. Dinâmica da verdade vence malícia do Sistema**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/iq051299.htm>>. Acesso: 23 out.2005.

ELEITORAL, T. S. **Eleições no Brasil (1945-2006)** <<http://www.tse.gov.br/>> Acesso em: 23. out, 2005.

FIGUEIREDO, N. L. **Jogando Para Ganhar. Marketing Político: Verdade e Mito**. São Paulo: Geração Editorial, 1994.

MELLO, P. C. de. **Passando a limpo. A trajetória de um farsante**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MENDES, J. B. P. **A CPI do PC e os crimes do poder**. Rio de Janeiro, Foglio Editora Ltda, 1992.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Constituição 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. – Ed. atual. Em 2000. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ISTOÉ-SENHOR

REVISTA CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

VEJA

SILVA, C. H. R. e. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, 1993.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem: discurso e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.
- _____. **Palavra e discurso: história e literatura**. São Paulo: Ática, 1995.
- BALANDIER, G. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5ª ed. São Paulo: Editora Unb/Imprensa Oficial, 2004.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. Editora 34, São Paulo, 1996.
- CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs.). **Representações. Contribuição a um debate transdisciplinar**. Coleção Textos do Tempo. Campinas: Papyrus Editora, 2000.
- CAMPOS SALES, M. F. de. **Da propaganda à presidência**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro> Paz e Terra, 1982.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- GIRARDET, R. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1987.
- GUERRA, J. Luiz. O "contrato fiduciário" entre o jornal e o público. Paradoxos da crítica à objetividade. In: **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, janeiro-abril/1998.
- LATTMAN-WELTMAN, F.; CARNEIRO, J. A. D.; RAMOS, P. de A. **A imprensa faz e desfaz um presidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- LEMOS, R.. **Fernando Collor**. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1418_3.asp> Acesso em: 16 out. 2005.
- MACHIAVELLI, N. di B. dei. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- MELO, J. M. de. **Jornalismo opinativo**. 3ª ed. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.
- PESAVENTO, S. J. "Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Contexto, 1995. p. 9-29.
- RAMALDES, M. D. **A persuasão e a manipulação no discurso político eleitoral – análise semiótica dos discursos de Fernando Collor de Mello**. 1998.

SINGER, A. V. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Edusp / FAPESP, 2000.

SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura – a comunicação e seus produtos.** 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TAVARES, O. **Fernando Collor. O discurso Messiânico. O clamor ao sagrado.** São Paulo, ANNABLUME editora e comunicação, 1998.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil: 1964 – 1984.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

CARVALHO, C. P. de. **A esquerda em crise. Maceió, Edufal, 1992**

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão.** 9. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DIMENSTEIN, G. **As armadilhas do poder. Bastidores da Imprensa.** São Paulo: Summus Editorial Ltda. 1990

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.

KRIEGER, G; NOVAES, L. A.; FARIA, T. **Todos os sócios do Presidente.** 3ª ed. – São Paulo, Scritta Editorial, 1992.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação.** São Paulo: Loyola, 1990.

MENDES, C. **A democracia desperdiçada.** 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

NERY, S. **A história da Vitória – Porque Collor Ganhou.** Brasília, Dom Quixote, 1990.

NICOLAU, J. **História do voto no Brasil.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002 (coleção Descobrimos o Brasil).

OLIVEIRA, F. **Collor, a falsificação da ira.** Rio de Janeiro, Imago, 1992.

PINTO, J. N. **A República na lama**. 2ª ed. São Paulo, Geração Editorial, 1992.

SUASSUNA, L.; PINTO, L. C. **Os fantasmas da casa da Dinda**. São Paulo, Editora Contexto, 1992.

ANEXO 1

A TRAJETÓRIA DE FERNANDO AFONSO COLLOR DE MELLO

Para proporcionar uma melhor compreensão do nosso trabalho de pesquisa oferecemos de forma concisa, o relato da trajetória de vida pessoal e política de Fernando Collor. Acreditamos que isto se faz necessário para possibilitar a compreensão da forma como as relações microscópicas ajudam a tecer o complexo tecido social onde é costurado o destino da sociedade, conforme registrado por Frias em editorial do jornal *A Folha de São Paulo*, em março de 1990.

As atividades profissionais de seus ascendentes e as dele próprio indicam a sua familiaridade com os profissionais de imprensa, com a dinâmica dos veículos de comunicação e com os empresários do ramo. Ao contrário da imagem que buscou construir junto à opinião pública durante a campanha presidencial de 1989, Fernando Collor sempre esteve umbilicalmente ligado à elite cultural, econômica e política do país.

1949 – 1963

Fernando Afonso Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 12 de agosto de 1949, filho de Arnon de Mello e Leda Collor de Mello. Seu pai era advogado, jornalista, escritor e empresário, mas também político. Arnon governou Alagoas de 1951 a 1956, Estado pelo qual também exerceu o mandato de senador, de 1963 a 1981, e fundou as *Organizações Arnon de Mello*. Deste grupo de comunicação de Alagoas faziam parte, quando Fernando Collor foi seu superintendente, um jornal, uma emissora de televisão, três emissoras de rádio e uma gráfica. Arnon também foi proprietário de uma imobiliária no Rio de Janeiro e teve negócios em sociedade com Roberto Marinho. Seu avô materno, Lindolfo Collor,

deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1923 a 1930, foi um dos principais líderes da Revolução de 1930 e o primeiro Ministro do Trabalho, pasta criada por Getúlio Vargas assim que tomou o poder.¹⁵⁴

Como membro da elite política e econômica do país, Fernando Collor estudou em tradicionais colégios cariocas como o Padre Antônio Vieira, o São Vicente de Paula e o São José. Ele tinha 14 anos quando aconteceu o episódio no qual o seu pai e senador Arnon de Mello matou com um tiro, de forma involuntária, o suplente de senador pelo Acre, José Kairala, no plenário do Senado Federal. José Kairala foi senador interino pelo Acre em substituição do general e senador José Guimard. No dia quatro de dezembro de 1963, ao fim de sua interinidade como senador e acompanhado da mãe, mulher e filho, foi ao senado. Lá pediu ao filho que lhe tirasse uma foto no plenário, para guardar como lembrança. Naquele dia Arnon de Mello havia marcado a sua estréia na tribuna do senado.

Entre os senadores estava presente o senador por Alagoas Silvestre Péricles de Góis Monteiro, ex-governador do Estado e inimigo político de Arnon. Silvestre prometera matar o Arnon no plenário se este ousasse assumir o mandato de senador e discursar da tribuna. Arnon conseguiu entrar armado no plenário do senado e quando começou seu discurso foi interrompido por Silvestre que se levantara da cadeira. Supondo que seria alvo de Silvestre, Arnon puxou seu revólver e atirou primeiro.

Um dos tiros acertou José Kairala, que viria a falecer às 20h45 do mesmo dia, no Hospital Distrital de Brasília. O episódio marcaria a vida de Fernando Collor de tal forma que anos mais tarde, já deputado federal por Alagoas, “comprou uma briga inglória com o Jornal do Congresso Nacional, que circula em Brasília, sobretudo junto à classe política, porque seu editor, Sílvio Leite, decidiu publicar uma reportagem a respeito das dificuldades em que se encontrava a viúva do senador Kairala, pobre e na miséria”.¹⁵⁵

¹⁵⁴ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 16 e 121. Na biografia do ex-senador de Arnon de Mello também consta à publicação de quatro trabalhos: Os sem trabalho da Política (1931); São Paulo venceu, (1933); África - Viagem às Colônias Portuguesas e Á África Inglesa, (ambos de 1940); e, Uma Experiência de Governo (1958).

¹⁵⁵ SILVA, C. H. S. e. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou**. 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial,

1963 – 1972

Em 1967 mudou-se para Brasília e ingressou no Centro Integrado de Ensino Médio, escola pública de aplicação da UNB, mas concluiu o curso de Ciências Econômicas na União Pioneira de Integração Social, de Brasília. Sua experiência para tratar com profissionais de imprensa teve início quando foi estagiar na sucursal de Brasília do *JB*, no início dos anos 1970, e teve continuidade na sua passagem pela direção das Organizações Arnon de Mello. No *Jornal do Brasil*, trabalhou com o colunista político Carlos Castello Branco e também escrevia pequenas notas com base em notícias publicadas na revista *Time* para a coluna do Zózimo.¹⁵⁶

No final dos anos 60, numa manifestação de repúdio ao acordo Mec-Usaid durante a cerimônia de doação de livros pela embaixada dos EUA à biblioteca da UNB, Fernando Collor foi espancado juntos com outros manifestantes adolescentes por soldados do exército. Também numa manifestação diante da Casa de Thomas Jefferson Collor seria espancado por soldados do exército. Algum tempo depois, em outra manifestação, desta vez diante da Casa Thomas Jefferson, os manifestantes foram isolados, espancados e depois mantidos presos por dois dias numa delegacia da polícia política da Asa Norte, em Brasília. Ao serem soltos, nos arredores da Capital, foram ameaçados de serem metralhados pelas costas. O oficial chegou a sacar sua pistola e dar tiros ao alto. Silva afirma que “Collor jamais esqueceu a humilhação e tomou verdadeiro ódio a militares, sentimento que jamais o abandonaria”.

Collor também foi campeão de karate, chegando a alcançar a faixa preta da modalidade. Depois do estágio no *Jornal do Brasil*, ele trabalhou dos 21 aos 23 anos como gerente de captação do banco Danasa, cujo presidente era Juscelino Kubitschek. Na capital federal, junto com os amigos Paulo Otávio e Luís Estevão, se tornaria figura de destaque na vida política da cidade fazendo parte da geração

1993, p. 127 e135.

¹⁵⁶ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras,

conhecida como "os filhos do poder", constituída por jovens membros de famílias influentes durante o regime militar que se divertiam promovendo corridas de automóvel pelas ruas da cidade e festas ruidosas.

1967 – 1987

Em 1972, aos 23 anos, transferiu-se para Maceió e assumiu a direção da Gazeta de Alagoas, jornal de propriedade de seu pai. No ano seguinte, tornou-se superintendente da Organização Arnon de Mello, grupo empresarial da família, formado pelo jornal, a TV Gazeta, três emissoras de rádio e uma gráfica. Com a ajuda de Cláudio Francisco Vieira, advogado da *TV Gazeta*, elegeu-se presidente do Centro Sportivo Alagoano.¹⁵⁷

Em 1975, casou-se com Celi Elizabeth Júlia Monteiro de Carvalho, conhecida como Lilibeth de Carvalho e filha de Joaquim Monteiro de Carvalho, controlador do grupo empresarial Monteiro Aranha, simbolizando a união da elite industrial do sul com a oligarquia política do nordeste. Com ela teve dois filhos: Arnon Affonso e Joaquim Francisco. Dela se separou em 1981. No ano de 1979, por indicação do pai e com o apoio da família da esposa, é nomeado Prefeito de Maceió pelo partido da Aliança Renovadora Nacional, a extinta Arena, que dava sustentação ao regime. Sai da prefeitura em 15 de maio de 1982 para poder concorrer a uma vaga na Câmara Federal por Alagoas.¹⁵⁸

Em 15 de novembro de 1982, é eleito deputado federal por Alagoas pelo PDS - que substituiu a antiga Arena após a extinção do bipartidarismo, obtendo a maior votação entre os candidatos do Estado. No Congresso Nacional, Fernando Collor apoiou a emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para presidente. Entretanto,

1999, p. 54.

¹⁵⁷ SILVA, C. H. R. e. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou.** 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 151.

¹⁵⁸ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor.** São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 685.

após a derrota das “*diretas já*”, votou no candidato do regime militar, Paulo Maluf, no colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves como sucessor do general João Baptista Figueiredo. Como parte do acordo política do Estado para contar com o apoio de qualquer dos candidatos escolhidos pelo Colégio eleitoral, Fernando Collor é escalado para votar em Paulo Malluf no dia 15 de janeiro de 1985. Na oportunidade, Tancredo Neves é eleito indiretamente para a Presidência da República, morrendo no dia 21 de abril de 1985, antes de tomar posse. Ainda em 1985, com a ajuda de Renan Calheiros (então deputado federal por Alagoas) transferiu-se para o PMDB e, no ano seguinte, foi lançado como candidato a governador de Alagoas pelo partido. Beneficiado pelo Plano Cruzado, implantado em fevereiro de 1986 pelo presidente José Sarney para estabilizar a economia, ganha a eleição apoiado por uma grande aliança que incluía o PCdoB e dissidentes do PDS.

1987 – 1989

Logo após sua posse como governador de Alagoas, em 15 de março de 1987, Fernando Collor iniciou sua cruzada contra os “marajás” do serviço público – servidores que recebiam altos salários ou que simplesmente não trabalhavam. Indisposto com os Usineiros que apoiaram maciçamente seu adversário, Guilherme Palmeira, Collor anunciou a cobrança de uma dívida destes com o Banco do Estado de Alagoas – Produban, no valor de 140 milhões dólares. Fernando Collor também passa a se apresentar para imprensa como um intransigente adversário do presidente José Sarney (PMDB). No segundo semestre de 1987, 21 governadores do PMDB, reunidos no Rio de Janeiro, elaboraram a Declaração do Rio de Janeiro reafirmando a posição, majoritária no partido, favorável à fixação do mandato constitucional de Sarney em cinco anos. Fernando Collor, favorável à imediata realização de eleições diretas para a presidência da República, foi à única voz discordante e, em nota separada, defendeu um mandato de quatro anos para o então presidente.

Em dezembro de 1987, durante uma viagem que fez à China por convite do governo local, Collor e seus principais aliados na política alagoana, Renan Calheiros, Cláudio

Humberto, Cleto Falcão, Francisco Mello, Francisco Hélio Jatobá e Pedro Paulo Leoni Ramos, chegaram a um consenso de que ele poderia ser eleito presidente se concentrasse sua campanha no ataque intransigente a Sarney, então acossado por acusações de corrupção em seu governo. No dia seguinte à tomada da decisão, num jantar oferecido pelo vice-primeiro-ministro da China, seus amigos e as respectivas esposas brindaram ao "futuro presidente da República".¹⁵⁹

Em janeiro de 1988, Fernando Collor anunciou a intenção de disputar com o deputado Ulisses Guimarães na convenção do PMDB o direito de se candidatar pelo partido a presidente da República. Mas à medida que intensificava as críticas a Sarney e dava freqüentes entrevistas como o único governador a defender o mandato presidencial de quatro anos - opção preferida pela maioria da população segundo as pesquisas de opinião, suas relações com o PMDB se deterioravam. Quando a Constituinte, afinal, optou pelo mandato de cinco anos para Sarney, Fernando Collor acusou-o de ter usado o poder e o dinheiro público para obter aquele resultado. Ameaçado de processo judicial pelo presidente, deixou o PMDB.

O combate à corrupção foi o tema enredo de quatro escolas de samba do Rio de Janeiro, em 1988. Na noite da segunda-feira de carnaval daquele ano, ele percorreu todo o sambódromo da Avenida Marquês do Sapucaí, onde se realizava o desfile de carnaval, fazendo "V" da vitória com os dedos enquanto era aplaudido pelos espectadores. Em março deste ano Veja divulgava uma pesquisa que o mostrava como o governador mais popular do Nordeste. Tinha início um "projeto secreto, sonhado para ficar 30 anos no poder", com programa, manifesto e nome: Partido do Social-Liberalismo - PSOL, inspirado do Partido Socialista Obrero Español - PSOE, de Felipe Gonzáles, uma das figuras públicas mais admiradas por Collor.¹⁶⁰

No início de 1989 lança o manifesto de criação do PRN, que tinha como base o PJ, uma legenda sem qualquer expressão eleitoral. Em 30 de março de 1989, aparece em rede nacional para o lançamento do PRN. No dia 27 de abril, participa do programa

¹⁵⁹ LEMOS, R. **Fernando Collor.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/1418_3.asp> Acesso em: 16 out. 2006.

¹⁶⁰ SILVA, C. H. S. e. **Mil dias de solidão. Collor bateu e levou.** 2ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 1993, p. 12.

eleitoral gratuito de televisão do PTR e poucos dias depois no do PSC. Em 15 de maio deixa o governo de Alagoas para candidatar-se a presidência.¹⁶¹

Com o senador Itamar Franco, recém-egresso do PMDB/MG, como candidato a vice-presidente, Fernando Collor iniciou sua campanha, cuja parte financeira ficou a cargo de PC Farias que fazia esse tipo de função para ele desde 1982. O eixo principal da campanha de Fernando Collor para a presidência em 1989 foi à moralização administrativa - centrada no combate a corrupção e naquilo que classificava como privilégio do funcionalismo (aos altos salários), traduzido pela sua cruzada contra o “marajaísmo” - e a modernização do país, com destaque para a redução do Estado e da intervenção na economia.

¹⁶¹ CONTI, M. S. **Notícias do Planalto – A Imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 686.

ANEXO 2

MANIFESTO DA GOVERNABILIDADE, ASSINADO PELOS MINISTROS NOMEADOS POR COLLOR DE MELLO

COMUNICADO À NAÇÃO

Brasília, em 25 de agosto de 1992.

Convocados pelo Senhor Presidente da República para integrar o Poder Executivo e contribuir para restaurar a confiança que o País, nele, há de ter, modernizando o Estado e o serviço público, combatendo a inflação e buscando a retomada do desenvolvimento e prosperidade geral, com liberdade e justiça, os Ministros de Estado e Secretários de Governo afirmam a sua determinação de continuar cumprindo os seus deveres para com o povo brasileiro.

Seguros da honradez de suas vidas, não temem a ameaça de perderem o respeito de seus concidadãos, exatamente por servi-los na hora difícil e em circunstâncias adversas. Conscientes do valor e da utilidade da política de governo que executam, põem o maior empenho em que ela prossiga para que o povo brasileiro possa vir a colher os frutos da renovação das estruturas econômicas, sociais e políticas do país.

Como o bem comum está acima dos partidos, dos interesses eleitorais e corporativos, das rivalidades regionais e de facção, das antipatias políticas e pessoais, os signatários acreditam, firmemente, ser desejo de todos os brasileiros que a questão política que ora vivemos venha a ser superiormente resolvida, nos foros constitucionais próprios, sem por em risco, em nenhum momento, os interesses maiores e as necessidades presentes da Nação brasileira.

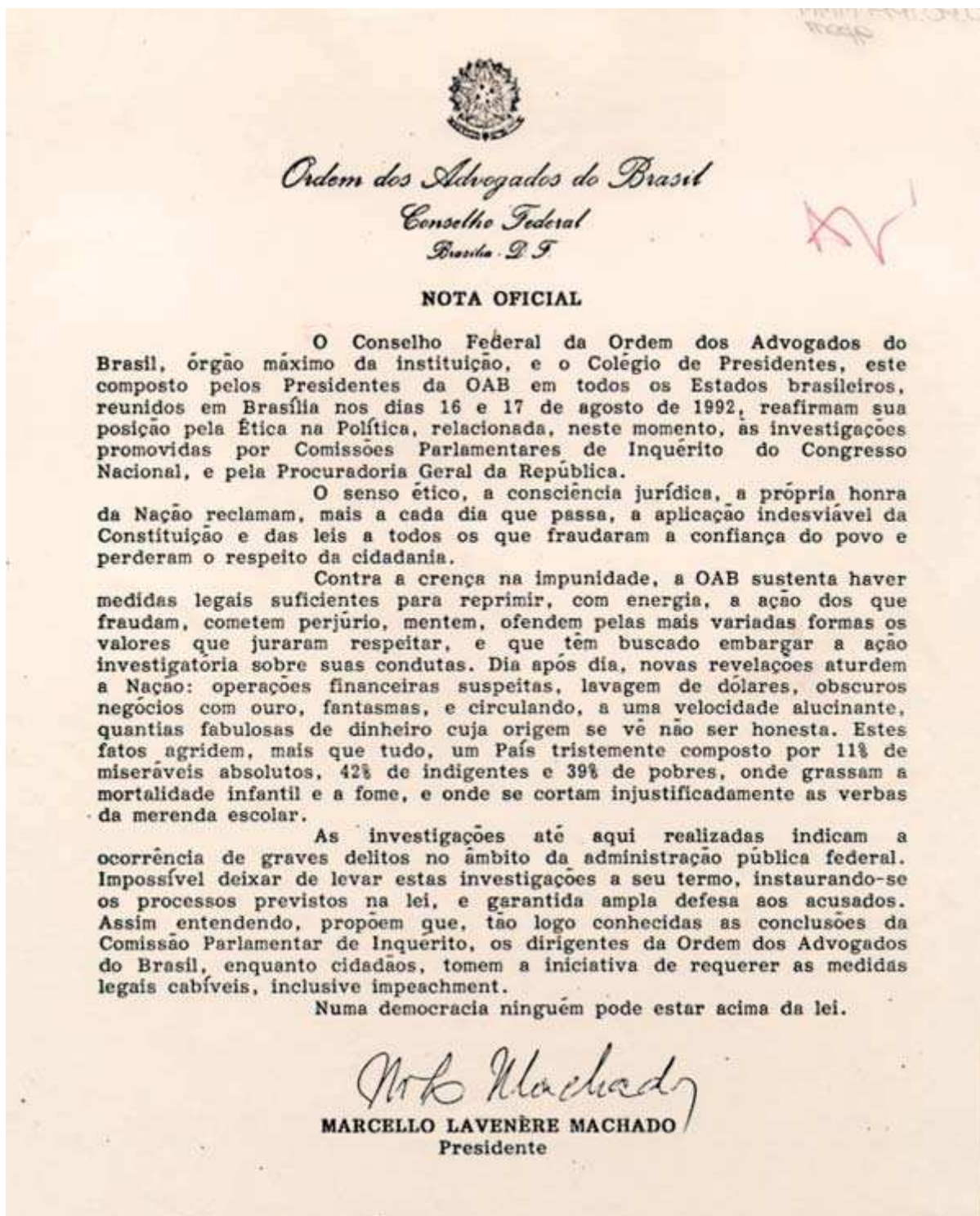
Encerrado esse episódio, os Ministros de Estado e Secretários de Governo confortar-se-ão em terem feito ao seu País, com a probidade de que, sem vaidade, se orgulham e com a competência que lhes é possível, o serviço que, em momento de sacrifícios, só poucos foram incumbidos de prestar.

Até lá consideram de seu dever prosseguir trabalhando, com serenidade, para assegurar a indispensável continuidade da administração pública, da atividade privada e da tranquilidade dos cidadãos. Nesse sentido apelam a todos os brasileiros de boa vontade e a todos os setores da sociedade, sem exclusão, para que, acima da crise política que encontrará o seu desfecho natural na órbita da Constituição e das instituições democráticas, colaborem para a indispensável governabilidade do país, e a preservação dos interesses permanentes do Brasil.

Handwritten signatures of the signatories of the Manifesto of Governability, including names like Collor, Sarney, and others.

ANEXO 3

NOTA OFICIAL DA OAB



ANEXO 4

PÁGINA INICIAL DA DENÚNCIA FORMULADA PELA ABI E OAB

